



**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Paula Cristina Alexandre Martins dos Santos

**A Gestão do Conhecimento Fiscal em Portugal:  
a Perceção dos Consultores Fiscais**

A Gestão do Conhecimento Fiscal em Portugal: a Perceção dos Consultores Fiscais

Paula Martins Santos

ISCAC | 2020

Coimbra, agosto 2020





**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Paula Cristina Alexandre Martins dos Santos

**A Gestão do Conhecimento Fiscal em Portugal:  
a Perceção dos Consultores Fiscais**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Doutora Cidália Maria da Mota Lopes e coorientado pela Professora Doutora Clara Margarida Pisco Viseu.

Coimbra, agosto 2020

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

*“Viva como se fosse morrer amanhã. Aprenda como se fosse viver para sempre”*

Mahatma Gandhi

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração desta dissertação foi um longo percurso com vários obstáculos. A superação destas dificuldades só foi possível porque várias pessoas contribuíram para a conclusão deste trabalho; a todas presto o meu sincero agradecimento.

Começo por agradecer às Professoras Doutoras Cidália Lopes e Clara Viseu, que me orientaram na realização deste trabalho de investigação. À Doutora Cidália Lopes, agradeço a sugestão do tema e a disponibilidade de partilhar comigo os seus conhecimentos na área da fiscalidade. À Doutora Clara Viseu, agradeço os seus pertinentes ensinamentos estatísticos. As orientações e correções propostas, por ambas, muito valorizaram esta dissertação.

Um agradecimento à Susana Carvalho pela leitura atenta e revisão ortográfica. As suas sugestões contribuíram para uma leitura mais clara desta dissertação.

À Cristina Lopes, pela amizade, apoio e incentivo para a conclusão deste projeto.

Agradeço ao meu colega de mestrado, Cláudio Ribeiro, que sempre demonstrou interesse pela progressão deste trabalho; a sua determinação e exemplo motivaram-me a concluir este estudo.

Por fim, à minha família, obrigada pelo amor e carinho e por estarem sempre ao meu lado. Um agradecimento especial ao Sandro, o meu suporte, companheiro de uma vida, que além de todo o carinho, teve a paciência de me apoiar nesta dissertação, sugerindo diversas melhorias. Aos meus filhos André, Rita e Pedro, pela paciência com que suportam a minha menor disponibilidade e pelos sorrisos que me deram motivação para a concretização deste desafio.

## RESUMO

A presente dissertação versa sobre a análise da gestão do conhecimento fiscal em Portugal, em especial através do estudo da perceção dos diferentes consultores fiscais.

O conhecimento fiscal em sistemas tributários complexos, nos quais se recorre com frequência aos serviços de consultores fiscais, é um fator fundamental no processo de cumprimento fiscal. Os estudos sobre esta temática assumem, assim, grande relevância, até porque, tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem em Portugal muitos estudos sobre a gestão do conhecimento fiscal pela análise da perceção dos diferentes intervenientes no sistema fiscal.

A primeira parte deste trabalho apresenta uma revisão da literatura, expondo as diferentes abordagens do conceito de conhecimento fiscal e de gestão fiscal. Identificam-se duas linhas de investigação dos determinantes do nível de conhecimento fiscal: a primeira, referente aos trabalhos que identificam fatores sociodemográficos e socioprofissionais; a segunda, nos estudos que incidem na complexidade fiscal e no relacionamento com as autoridades fiscais. A maioria dos estudos sobre a gestão do conhecimento fiscal aponta no sentido da existência de uma relação positiva entre o nível de conhecimento fiscal e o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

A segunda parte apresenta os resultados de um questionário, aplicado a consultores fiscais no ano de 2018. Os resultados sugerem que os consultores fiscais que se avaliam com um nível elevado de conhecimento fiscal são aqueles com maior experiência profissional e que mais tempo despendem em formação e atualização fiscal.

Na análise e discussão dos resultados, observámos que a maioria dos consultores fiscais perceciona elevados níveis de complexidade fiscal resultantes da instabilidade e da dispersão da legislação, que exercem um impacto negativo no nível do conhecimento fiscal. Verificámos também que tal complexidade fiscal conduz a que os consultores fiscais incorram na prática de erros involuntários que se traduzem em situações de incumprimento.

Como conclusão geral, sublinhámos que os consultores fiscais revelam um comportamento fiscal pouco agressivo e consideram que a cooperação com a Autoridade Tributária tem efeitos positivos no nível de conhecimento fiscal. Concluímos, ainda, que percecionam um baixo nível de consciência tributária dos clientes e dos decisores

operacionais e que a principal motivação dos clientes para a contratação de especialistas fiscais é a minimização da sujeição fiscal.

**Palavras-chave:** Conhecimento fiscal; Gestão do conhecimento fiscal; Cumprimento fiscal; Consultores fiscais.



## ABSTRACT

This dissertation lens on the analysis of tax knowledge management in Portugal, especially through the study of the perception of different tax advisers.

Tax knowledge in complex tax systems, in which the services of tax advisers are often used, is a fundamental factor in the tax compliance process. Studies on this topic are therefore of great relevance, because, as far as we know, there are not many studies in Portugal on the management of tax knowledge by analyzing the perception of different actors in the tax system.

The first part of this work presents a literature review, exposing the different approaches to the concept of tax knowledge and tax management. Two lines of investigation can be identified for the determinants of the level of tax knowledge: the first, referring to studies that identify socio-demographic and socio-professional factors; the second, in studies that focus on tax complexity and on the relationship with tax authorities. Most studies on tax knowledge management point to the existence of a positive relationship between the level of tax knowledge and voluntary compliance with tax obligations.

The second part presents the results of a survey, applied to tax advisers in 2018. The results suggest that the tax advisers who evaluate themselves with a high level of tax knowledge are those who have the greatest professional experience and who spend more time in training and tax updating.

When analyzing and discussing the results, we noticed that the majority of tax advisers perceive high levels of tax complexity resulting from the instability and dispersion of legislation, which have a negative impact on the level of tax knowledge. We also found that such tax complexity leads to tax advisers incurring on the practice of involuntary errors that translate into situations of evasion.

As general conclusion, we highlighted that the tax advisers show a little aggressive tax behavior and they consider that cooperating with the Tax Authority has positive effects on the level of tax knowledge. We also concluded that they perceive a low level of tax awareness among customers and operational decision-makers and that the main motivation for customers to hire tax specialists is to minimize tax liability.

**Keywords:** Tax knowledge; Tax knowledge management; Tax compliance; Tax advisers.

# ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 – GESTÃO DO CONHECIMENTO FISCAL: ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	3
1. O conceito de conhecimento fiscal .....	3
2. Fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal .....	8
2.1. Fatores sociodemográficos e socioprofissionais .....	8
2.1.1. Idade.....	9
2.1.2. Grau académico e área de formação .....	9
2.1.3. Atividade e experiência profissional.....	11
2.1.4. Formação e atualização tributárias .....	12
2.2. Outros fatores com influência no nível de conhecimento fiscal .....	13
2.2.1. Complexidade do sistema fiscal .....	13
2.2.2. Relacionamento com as autoridades fiscais.....	16
3. Conhecimento fiscal como fator de cumprimento fiscal .....	21
4. Gestão do Conhecimento Fiscal .....	24
4.1. Gestão fiscal: prática aceitável ou conduta reprovável?.....	25
4.2. A gestão fiscal e a estratégia da organização.....	27
4.3. O processo de gestão fiscal na organização.....	30
4.4. A gestão do conhecimento na Autoridade Tributária e Aduaneira.....	32
4.5. A partilha de conhecimento entre os intervenientes no sistema fiscal .....	33
5. O papel do consultor fiscal .....	35
6. Conhecimento fiscal e erro involuntário.....	36

CAPÍTULO 2 – GESTÃO DO CONHECIMENTO FISCAL: EVIDÊNCIA EMPÍRICA SOBRE A PERCEÇÃO DOS CONSULTORES FISCAIS EM PORTUGAL.....	38
1. Nota introdutória.....	38
2. Metodologia.....	38
2.1. Objetivos da investigação .....	38
2.2. Hipóteses de investigação.....	39
2.2.1. Hipóteses relacionadas com os fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal .....	39
2.2.2. Hipóteses relacionadas com o processo de aquisição e partilha de conhecimento fiscal .....	39
2.2.3. Hipóteses relacionadas com a gestão fiscal na organização .....	40
2.2.4. Hipóteses relacionadas com a relação entre o conhecimento fiscal e o cumprimento .....	40
2.2.5. Hipóteses relacionadas com o conhecimento fiscal e os custos de cumprimento .....	40
2.3. Técnica de recolha de dados .....	42
2.4. Apresentação do questionário.....	42
2.5. População e amostra .....	44
3. Apresentação e discussão dos resultados.....	44
3.1. Caracterização sociodemográfica da amostra.....	44
3.2. Caracterização técnico-profissional da amostra .....	46
3.3. O processo de aquisição de conhecimento fiscal.....	50
3.4. Fatores com impacto no nível de conhecimento fiscal .....	57
3.5. A gestão fiscal na organização.....	64
3.5.1. O papel do consultor fiscal na organização .....	64
3.5.2. O consultor fiscal e as organizações através das quais exerce a atividade .....	67

3.5.3.	O consultor fiscal e os seus clientes/organizações nas quais presta serviços .....	69
3.5.4.	A gestão fiscal - perceção do consultor fiscal.....	71
3.6.	O conhecimento fiscal e o cumprimento fiscal.....	78
3.7.	O conhecimento fiscal e os custos de cumprimento .....	90
CONCLUSÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PERSPETIVAS FUTURAS .....		99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		103
APÊNDICE.....		111

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Características sociodemográficas da amostra .....	45
Tabela 2 - Características socioprofissionais da amostra .....	46
Tabela 3 - Nível de conhecimento fiscal .....	49
Tabela 4 - Fontes de aquisição e atualização de conhecimentos fiscais .....	52
Tabela 5 - Frequência de recurso à AT na aquisição de conhecimento fiscal por atividade profissional.....	54
Tabela 6 - Características sociodemográficas e socioprofissionais e o conhecimento fiscal .....	58
Tabela 7 - Testes de correlação entre o nível de conhecimento fiscal e o tempo despendido com formação profissional.....	60
Tabela 8 - Percepção da influência da complexidade fiscal no conhecimento fiscal e a área de exercício da atividade.....	62
Tabela 9 - Percepção sobre a facilidade de compreensão do conhecimento fiscal transmitido pela AT .....	63
Tabela 10 - Grau de concordância dos consultores fiscais sobre a importância do conhecimento fiscal no exercício das suas funções .....	66
Tabela 11 - Aspectos destacados pelos consultores fiscais na comercialização de serviços fiscais .....	66
Tabela 12 - Percentagem de concordância dos consultores fiscais sobre o nível adequado dado pela organização às questões fiscais e a motivação dos colaboradores na aquisição e partilha de conhecimento fiscal.....	67
Tabela 13 - Percepção dos consultores fiscais sobre a consciência fiscal dos clientes e partilha de informações fiscais .....	70
Tabela 14 - Percepção dos consultores fiscais sobre a valorização da gestão fiscal pelas outras áreas da organização .....	70
Tabela 15 - Percepção da gestão fiscal pelos consultores fiscais .....	72
Tabela 16 - Percepção da gestão fiscal - distribuição em função da atividade dos consultores fiscais .....	74

Tabela 17 - Percepção da gestão fiscal em função do seu nível de conhecimento dos consultores fiscais .....	76
Tabela 18 - Consultores fiscais que incorreram em erro no preenchimento de declarações .....	79
Tabela 19 - Erros declarativos por tipo de imposto .....	80
Tabela 20 - Auditoria da inspeção tributária .....	83
Tabela 21 - Resultado das inspeções tributárias nas entidades nas quais os consultores fiscais exercem atividade .....	83
Tabela 22 - Nível de conhecimento fiscal e os erros incorridos nas declarações fiscais relacionados com o conhecimento .....	85
Tabela 23 - Nível de conhecimento fiscal e as correções efetuadas pela AT cujos motivos estão relacionados com o conhecimento fiscal .....	86
Tabela 24 - Resultado das ações de inspeção de comprovação e verificação .....	89
Tabela 25 - Frequência de regularização voluntária associada ao erro detetado em auditorias tributárias .....	89
Tabela 26 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o estudo da legislação /atualização legislativa representa um custo elevado para as empresas .....	92
Tabela 27 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: os honorários dos consultores representam um custo elevado para as empresas.....	92
Tabela 28 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento da empresa .....	93
Tabela 29 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o conhecimento fiscal permite às empresas reduzir a sua carga tributária.....	95
Tabela 30 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: um maior nível de conhecimento fiscal diminui o tempo de preparação da informação necessária ao preenchimento das declarações fiscais .....	95
Tabela 31 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o contencioso tributário representa um custo elevado para as empresas .....	96
Tabela 32 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: um maior nível de conhecimento fiscal diminui os custos de contencioso tributário.....	96

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos consultores fiscais inquiridos, por género.....	45
Gráfico 2 - Região de exercício da atividade dos consultores fiscais da amostra .....	46
Gráfico 3 - Área do conhecimento.....	47
Gráfico 4 - Área de exercício da atividade de consultor fiscal .....	48
Gráfico 5 - Experiência profissional dos inquiridos .....	48
Gráfico 6 - Nível de conhecimento.....	50
Gráfico 7 - Formação e atualização fiscal .....	51
Gráfico 8 - Frequência de utilização das fontes de conhecimento e atualização fiscal ..	53
Gráfico 9 - Frequência de recurso à AT na aquisição de conhecimento fiscal.....	53
Gráfico 10 - Utilização dos serviços da AT.....	56
Gráfico 11 - Nível de conhecimento fiscal dos inquiridos em função da experiência profissional.....	59
Gráfico 12 - Nível de conhecimento fiscal dos inquiridos em função do número de horas de formação profissional.....	59
Gráfico 13 - Perceção dos consultores fiscais sobre os fatores associados à complexidade com impacto negativo no conhecimento fiscal.....	61
Gráfico 14 - Perceção dos consultores fiscais sobre os fatores com impacto positivo no conhecimento fiscal .....	63
Gráfico 15 - Perceção dos consultores fiscais sobre as motivações dos clientes na sua contratação .....	65
Gráfico 16 - Aspetos destacados pelos consultores fiscais na comercialização de serviços fiscais .....	67
Gráfico 17 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: a organização em que está inserido dá um nível adequado de atenção às questões fiscais .....	68
Gráfico 18 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: as pessoas que pertencem à organização estão motivadas para adquirir e partilhar conhecimento fiscal .....	68

Gráfico 19 - Nível de concordância dos consultores fiscais sobre a gestão do conhecimento gerado internamente .....	69
Gráfico 20 - Percentagem de concordância dos consultores fiscais sobre a valorização da gestão fiscal pelas outras áreas da organização .....	71
Gráfico 21 - Percepção da gestão fiscal pelos consultores fiscais .....	72
Gráfico 22 - Percepção da gestão fiscal - distribuição em função da idade dos consultores fiscais .....	73
Gráfico 23 - Percepção da gestão fiscal em função da experiência profissional do consultor fiscal .....	74
Gráfico 24 - Gestão fiscal: estudo e planeamento das opções fiscais ou planeamento fiscal agressivo - percepção dos consultores fiscais por área do exercício da atividade.....	75
Gráfico 25 - Percepção da gestão fiscal por nível de conhecimento dos consultores fiscais .....	76
Gráfico 26 - Percentagem de consultores fiscais que incorreram em erro no preenchimento de declarações .....	79
Gráfico 27 - Declarações fiscais em que os consultores fiscais incorrem, com maior frequência, em erro .....	80
Gráfico 28 - Causas dos erros declarativos.....	81
Gráfico 29 - Percepção dos consultores fiscais sobre a complexidade dos principais modelos declarativos (repostas complexo/muito, complexo).....	82
Gráfico 30 - Motivo das correções aritméticas efetuadas pela AT.....	84
Gráfico 31 - Nível de conhecimento fiscal e os erros incorridos nas declarações fiscais relacionado com o conhecimento .....	86
Gráfico 32 - Nível de conhecimento fiscal e as correções efetuadas pela AT cujos motivos estão relacionados com o conhecimento fiscal .....	87
Gráfico 33 - Frequência de regularização voluntária associada ao erro detetado em auditorias tributárias .....	88
Gráfico 34 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o estudo da legislação /atualização legislativa representa um custo elevado para as empresas .....	93



Gráfico 35 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: os honorários dos consultores representam um custo elevado para as empresas.....	93
Gráfico 36 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento da empresa .....	94
Gráfico 37 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: as empresas recorreriam com maior frequência à via judicial se os custos fossem menores .....	97

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das hipóteses de investigação.....	41
Quadro 2 - Síntese do questionário apresentado.....	43

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Relação entre cidadania, educação, literacia e conhecimento fiscal.....	7
Figura 2 - Mercado do conhecimento da legislação fiscal.....	17
Figura 3 - Evolução da adoção do modelo de <i>co-operative compliance</i> .....	19
Figura 4 –A curva de Laffer: relação entre conhecimento fiscal e receitas fiscais.....	23
Figura 5 – Fases do processo de gestão conhecimento fiscal .....	30

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CAT	Centro de Atendimento Telefónico
CC	Contabilista Certificado
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
FTA	<i>Forum on Tax Administration</i>
HMRC	<i>Her Majesty's Revenue and Customs</i>
IES/DA	Informação Empresarial Simplificada/ Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal
IMT	Imposto Municipal sobre Transmissões
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IT	Inspeção Tributária e Aduaneira
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCC	Ordem dos Contabilistas Certificados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PIV	Pedido de Informação Vinculativa
RETGS	Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades
TOC	Técnico Oficial de Contas
UE	União Europeia

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a perceção dos consultores fiscais relativamente à gestão do conhecimento fiscal em Portugal. A escolha do tema justifica-se por diferentes razões.

Em primeiro, o conhecimento assume, atualmente, um papel fundamental numa organização. É o elemento diferenciador e a principal vantagem competitiva das organizações modernas, sendo que a área fiscal não constitui exceção. Importa saber que importância assume este ativo intangível para os contribuintes e para a administração fiscal, e aferir de que forma é gerido o conhecimento fiscal.

Em Portugal, e em segundo, as exigências do cumprimento fiscal têm vindo a ser cada vez maiores e de cariz mais técnico, com maiores custos, obrigando, na maioria dos casos, a recorrer ao serviço de especialistas fiscais, de forma a possibilitar o cumprimento correto e atempado das obrigações tributárias. Os consultores fiscais constituem, assim, o grupo-alvo adequado para analisar e discutir a sua perceção do processo de gestão do conhecimento fiscal, o que justifica a nossa escolha como objeto de estudo da presente investigação.

Adicionalmente, e tanto quanto é do nosso conhecimento, os estudos sobre a gestão do conhecimento fiscal em Portugal são escassos e, como é sabido, a investigação nesta área pode contribuir para a reflexão e a melhoria do sistema fiscal, nomeadamente no que se refere ao cumprimento fiscal voluntário. É importante estudar os fatores que influenciam o conhecimento fiscal. É relevante, também, analisar a perceção dos consultores fiscais relativamente ao processo de aquisição e gestão do conhecimento fiscal e as interações e partilha desse ativo com a Autoridade Tributária e Aduaneira e no interior das próprias organizações. Importa, ainda, analisar o impacto da gestão desse conhecimento no cumprimento fiscal, ou seja, escrutinar em que medida um maior nível de conhecimento fiscal concorre para a diminuição dos erros praticados, contribuindo para o incremento do cumprimento fiscal voluntário.

Este trabalho de investigação está estruturado em dois capítulos, dando-se a conhecer, no final, as principais conclusões desta dissertação.

No primeiro capítulo é efetuado o enquadramento teórico do tema, apresentando-se uma revisão da literatura. Este capítulo divide-se em seis pontos; o primeiro faz referência às diferentes abordagens do conceito de conhecimento fiscal. O segundo ponto apresenta uma síntese dos fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal e o terceiro aborda alguns estudos que analisam a influência do conhecimento fiscal nas atitudes de cumprimento dos contribuintes. O quarto ponto do capítulo é dedicado à gestão do conhecimento fiscal, caracterizando-se os comportamentos dos contribuintes relativamente às práticas de cumprimento, fraude e evasão fiscal, analisando-se ainda a importância da gestão do conhecimento fiscal na estratégia das organizações e o processo de partilha de conhecimento entre os intervenientes no sistema fiscal. No ponto seguinte, debate-se o papel dos consultores fiscais e, por fim, analisa-se a relação entre conhecimento fiscal e erro involuntário.

O segundo capítulo é constituído pelo estudo empírico que nos propusemos efetuar e tem por base os resultados de um questionário, aplicado a consultores fiscais, em Portugal, no ano de 2018. Este estudo teve por objetivo avaliar a perceção dos consultores fiscais sobre o processo de gestão do conhecimento fiscal em Portugal. O questionário divide-se em cinco secções: a caracterização sociodemográfica e socioprofissional da amostra; o processo de aquisição do conhecimento fiscal; a gestão fiscal na organização; o conhecimento fiscal e o erro; o conhecimento fiscal e os custos de cumprimento. No que se refere à metodologia, foram definidas as questões de investigação e apresentadas as hipóteses de estudo, atendendo à revisão da literatura. Nos pontos seguintes deste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos e aduzidas algumas contribuições da nossa investigação ao tema em estudo.

Por último, sintetizam-se as principais conclusões, evidenciando os contributos deste trabalho para o tema em estudo. Adicionalmente, incluem-se as limitações da presente dissertação e sugerem-se linhas de investigação futura.

## **CAPÍTULO 1 – GESTÃO DO CONHECIMENTO FISCAL: ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. O conceito de conhecimento fiscal**

Na fiscalidade moderna assistiu-se a uma enorme evolução da técnica fiscal que se manifesta, como refere Santos (2013), em factos como a passagem da técnica de indícios para a técnica declarativa (*self assessment*), no aparecimento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e na profunda conexão entre os sistemas fiscais e as modernas tecnologias da informação.

A mudança de paradigma nos países que adotaram sistemas auto declarativos, como é o caso de Portugal, onde os contribuintes assumem uma maior responsabilidade no cumprimento das suas obrigações fiscais, implica que estes tenham maior necessidade de obter conhecimentos fiscais e maior perceção do funcionamento do sistema fiscal.

Lopes & Brites (2016) salientam que nos sistemas fiscais em que o cálculo de imposto assenta na autoliquidação dos rendimentos declarados pelo contribuinte, o nível de conhecimentos técnicos, económicos, financeiros e fiscais dos contribuintes é fundamental para o processo de apuramento do imposto.

No caso das empresas, os impostos influenciam as decisões operacionais e financeiras, não só pela imposição direta do próprio imposto, mas também, indiretamente, através dos custos de cumprimento associados (*compliance*). As empresas podem tentar reduzir o impacto da tributação, quer através de planeamento fiscal, quer assegurando que as tarefas relacionadas com o cumprimento são realizadas de forma eficiente. O conhecimento fiscal é determinante para o sucesso da gestão fiscal empresarial (Hasseldine et al., 2009).

Na ótica das administrações fiscais, estas devem, também, prosseguir o objetivo de manter os contribuintes informados e com um nível de conhecimento fiscal que permita o cumprimento das suas obrigações e a diminuição do erro involuntário (por desconhecimento ou má interpretação da lei), pois a receita arrecadada depende, em grande parte, do grau de cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes. A este propósito, Sá & Martins (2013) realçam que quanto maior for o grau de cumprimento,

maior será a receita fiscal obtida pelo Estado, diminuindo assim o esforço de cobrança coerciva, traduzindo-se numa administração fiscal mais eficiente. No mesmo sentido, Hasseldine et al. (2009) mencionam que os governos desejam ter empresas informadas e sensibilizadas para a legislação fiscal, pois tal contribui para a redução de custos administrativos e de cumprimento e para a utilização da legislação fiscal, como um instrumento de política pública para alterar ou encorajar ações ou atividades particulares, tais como o investimento na investigação e no desenvolvimento.

No contexto dos atuais sistemas fiscais, o conhecimento fiscal é um ativo intangível determinante na gestão fiscal dos contribuintes e assume um papel fundamental na concretização dos objetivos das Administrações Tributárias, designadamente no aumento do cumprimento voluntário das obrigações fiscais, com inevitável reflexo na eficiência da “máquina fiscal.”

O conceito de conhecimento fiscal não está claramente definido na literatura tributária e geralmente é utilizado em sentido lato, sendo usado por diversos autores com conotações diferentes, o que pode provocar dificuldade na elaboração de comparações, bem como inconsistência de resultados nos estudos realizados. O conceito é muitas vezes utilizado referindo-se a outras temáticas relacionadas, mas distintas, como sejam, a Educação Fiscal e a Literacia Fiscal.

Harris (1989), citado por Andreas & Savitri (2015), dividiu o conhecimento fiscal em conhecimento genérico sobre matérias fiscais, adquirido através da educação comum e conhecimento específico que permite ao contribuinte identificar oportunidades de evasão fiscal.

Eriksen & Fallan (1996) referem que os especialistas fiscais aplicam o termo conhecimento fiscal específico como a capacidade de calcular o imposto para diferentes contribuintes, em diferentes situações. Assim, na perspetiva destes autores, o conhecimento fiscal combina a informação sobre normas fiscais com o conhecimento financeiro de forma a possibilitar o cálculo das consequências económicas para o contribuinte.

Hasseldine et al. (2009) consideram que o conhecimento fiscal é o nível de conscientização ou sensibilidade do contribuinte para a legislação tributária. O

conhecimento tributário refere-se aos processos pelos quais os contribuintes se tornam cientes da legislação tributária e de outras informações relacionadas com impostos.

Saad (2012) considera que o conhecimento fiscal engloba três dimensões: conhecimento geral, conhecimento técnico e conhecimento jurídico ou normativo. O conhecimento geral implica um amplo conhecimento dos princípios fundamentais de um sistema fiscal, da finalidade e da estrutura dos vários impostos. O conhecimento técnico relaciona-se com a capacidade de o contribuinte efetuar o correto apuramento do imposto e o preenchimento dos modelos declarativos. O conhecimento jurídico enfatiza o conhecimento dos contribuintes sobre o enquadramento legal/normativo dos impostos, bem como das sanções a aplicar em caso de incumprimento.

Oladipupo & Obazee (2016) referem-se ao conhecimento fiscal como o nível de consciência ou sensibilidade dos contribuintes à legislação tributária. O conhecimento fiscal refere-se aos processos pelos quais os contribuintes tomam conhecimento da legislação tributária e outras informações relacionadas com impostos.

O conhecimento fiscal é um processo que consiste na aquisição de conhecimentos de tributação e a sua aplicação na determinação do imposto a pagar, abrangendo vários aspetos, como: a facilidade de aquisição do conhecimento, a compreensão das funções e benefícios do imposto, o preenchimento dos modelos declarativos e a preparação de relatórios financeiros, a forma de pagamento dos impostos, o cálculo do imposto, a minimização da carga fiscal dentro das soluções permitidas na lei, o conhecimento das contraordenações e crimes por violação da lei fiscal e o conhecimento e compreensão da essência do imposto (Nurkhim et al., 2018).

Palma & Mendes (2019) referem que o nível de conhecimento fiscal se traduz no conjunto de conhecimentos técnicos e fiscais básicos necessários ao cumprimento das obrigações tributárias dentro dos prazos previstos para o efeito.

Dos estudos revistos concluímos que o conceito de conhecimento fiscal é utilizado, essencialmente, em duas perspetivas: o conhecimento genérico e o conhecimento especializado.

O conhecimento fiscal genérico, ou básico, traduz-se no conjunto de conhecimentos técnicos e fiscais básicos, necessário ao cumprimento atempado de todas as obrigações tributárias (Lopes, 2008).

O conhecimento fiscal especializado é o processo de aquisição de conhecimento na área tributária que resulta da graduação académica em cursos com currículos específicos na área dos impostos, da experiência e da atualização profissionais e das interações que se estabelecem com outros profissionais, com os clientes e com as administrações fiscais. Este conhecimento, não detido pela generalidade dos contribuintes, mas sim por profissionais que exercem a sua atividade na área fiscal, permite não apenas o cumprimento de todas as obrigações tributárias, mas também a compreensão do imposto nas suas várias vertentes: a função; os benefícios; a penalização por violação da lei fiscal; a preparação da informação de forma a otimizar a gestão fiscal dentro das opções legalmente previstas e em função dos objetivos das organizações.

No nosso estudo, em que investigamos a perceção dos consultores fiscais sobre a gestão fiscal, o conceito de conhecimento fiscal relevante é o conhecimento especializado detido por estes profissionais.

Outros conceitos relacionados com o conhecimento fiscal, utilizados de forma indistinta como sinónimos, são a educação fiscal e a literacia fiscal. A educação fiscal, em traços gerais, é um processo de aprendizagem que tem por objetivo transmitir ideias, valores e atitudes favoráveis à responsabilidade fiscal e contrários a condutas fraudulentas (Delgado, 2013). A educação fiscal não pode reduzir-se à divulgação de conhecimentos necessários ao cumprimento das obrigações fiscais; é necessário, acima de tudo, explicar o motivo pelo qual os contribuintes têm o dever fundamental de pagar impostos. A finalidade da educação fiscal não é tanto desenvolver conteúdos académicos, mas sim conteúdos morais (Lopes & Brites, 2016; Lopes, 2017).

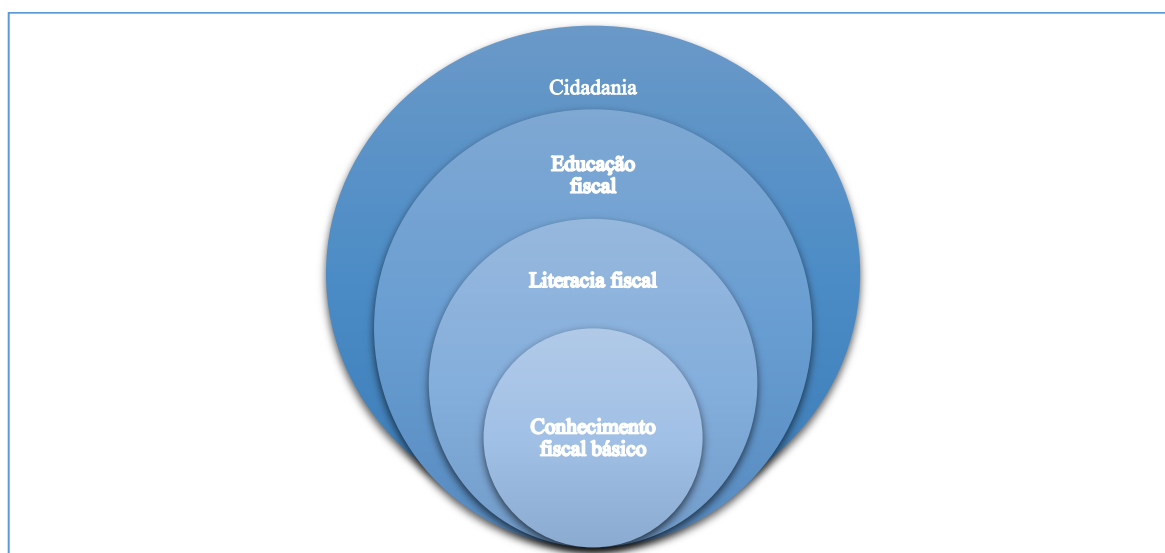
A literacia fiscal é a capacidade de o indivíduo captar, processar e perceber a informação fiscal (Palma & Mendes, 2019). O conceito engloba a detenção de um nível de conhecimentos fiscais básicos e a capacidade de compreender a legislação fiscal e demais informações sobre impostos, nomeadamente, a génese, a finalidade e a penalização por incumprimento.

A educação fiscal visa sensibilizar os cidadãos para o conjunto de direitos e deveres que resultam da variável fiscal e que integram o conceito amplo de Cidadania. É fundamental que os cidadãos sejam conscientes da sua responsabilidade fiscal e do seu papel na construção de uma sociedade mais justa, cabendo ao Estado incentivar e contribuir para



que todos os cidadãos possuam um conjunto de competências que lhes permita compreender o funcionamento do sistema fiscal, cumprindo voluntariamente as suas obrigações fiscais.

Os valores essenciais de Cidadania incluem a Educação Fiscal dos cidadãos que se traduz num processo de aprendizagem que envolve competências no âmbito do saber, do saber fazer e do saber estar (comportamento). A Educação Fiscal visa a consciencialização da sociedade quanto à necessidade de financiamento do Estado, através da arrecadação de impostos, o dever de pagamento pelo cidadão e o direito de acompanhar a sua aplicação, o que depende do nível de conhecimentos fiscais e técnicos dos contribuintes (Lopes & Brites, 2016; Lopes, 2017). A Educação Fiscal é um conceito amplo, que inclui a literacia fiscal e um nível de conhecimento fiscal básico que permita ao cidadão comum perceber o funcionamento do Sistema Fiscal, como se ilustra na figura 1.



**Figura 1- Relação entre cidadania, educação, literacia e conhecimento fiscal**

Fonte: Adaptado de Lopes (março, 2016)<sup>1</sup>

A educação fiscal visa a consciencialização do cidadão comum do dever de pagar impostos e do direito de acompanhar a aplicação dos recursos públicos, o que pressupõe

---

<sup>1</sup> Comunicação “A Universidade como interlocutor de cidadania e educação fiscal” proferida no *II Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1 de março de 2016.

um nível de conhecimento e literacia fiscais básicos. O conceito de conhecimento fiscal, relevante na nossa investigação, refere-se ao processo de aquisição de competências na área tributária, resultado de vários fatores e que permite aos contribuintes, recorrendo muitas vezes a especialistas tributários, o cumprimento de todas as obrigações fiscais e a otimização das opções legalmente previstas. Assim, importa aferir que fatores influenciam o nível de conhecimento fiscal.

## **2. Fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal**

O nível de conhecimento fiscal traduz-se no conjunto de conhecimentos técnicos e fiscais básicos, necessários ao cumprimento atempado de todas as obrigações tributárias (Lopes, 2008).

Os estudos realizados neste âmbito revelam que o nível de conhecimento fiscal é influenciado por fatores sociodemográficos, socioprofissionais e outros relacionados com o sistema fiscal, como sejam, a complexidade, a dispersão da legislação, a instabilidade legislativa e o relacionamento com as autoridades fiscais.

Nos pontos seguintes faremos uma análise detalhada, tendo por base a investigação de vários autores, sobre a influência desses fatores no nível de conhecimento fiscal.

### **2.1. Fatores sociodemográficos e socioprofissionais**

Os estudos sobre a influência dos fatores demográficos e profissionais no conhecimento fiscal envolvem as variáveis, género, idade, grau académico, área de formação, atividade e experiência profissional e a formação e atualização tributárias. Em Portugal, na sua investigação, na construção do “índice de conhecimento fiscal dos Técnicos Oficiais de Contas” (TOC), Borrego (2014) considerou as variáveis: graduação académica, cursos com currículos na área da tributação, experiência na área tributária e tempo gasto na atualização tributária. Os resultados obtidos por Palil (2010) na sua investigação, sugeriram que o conhecimento tributário é influenciado pelas variáveis género, etnia, nível de rendimento, área de residência e frequência de cursos na área fiscal.

Nos pontos que se seguem, apresentamos uma síntese dos estudos sobre a influência dos fatores sociodemográficos e socioprofissionais que consideramos mais relevantes para a

nossa investigação, designadamente a idade, o grau académico e a área de formação, a atividade profissional e experiência profissional e a formação e atualização tributárias.

### **2.1.1. Idade**

O contacto com os impostos ocorre, regra geral, com a entrada na idade adulta. Os contribuintes mais jovens, normalmente, não estão familiarizados com os procedimentos e a legislação fiscal. Os cidadãos com mais idade, com mais interações e contato com os mecanismos fiscais, apresentam, habitualmente, um maior nível de conhecimento fiscal. A investigação de Palil (2010), na Malásia, indicou que a idade influencia positivamente o conhecimento tributário. Esta pesquisa evidenciou que os contribuintes mais velhos, ao terem um maior número de interações com a administração fiscal, têm um maior conhecimento fiscal. Pereira (2014), no seu estudo empírico, com uma amostra constituída por habitantes do concelho de Castro Daire (distrito de Viseu), com idades compreendidas entre os 20 e os 92 anos, observou que os contribuintes com maior nível de conhecimento fiscal se situam na faixa etária entre os 30 e 39 anos. Já aqueles com pior desempenho, ou seja, com nível de conhecimento fiscal aferido muito fraco, foram, maioritariamente, inquiridos com idades entre os 20 e os 29 anos, ou com idade igual ou superior a 70 anos.

A generalidade dos estudos correlaciona positivamente a idade e o nível de conhecimento fiscal. Existem, contudo, alguns estudos empíricos que reportam uma relação negativa entre a idade e o conhecimento fiscal. A investigação de Pratama (2018), na Indonésia, sugere que a idade influencia negativamente o conhecimento tributário. A pesquisa evidenciou que os contribuintes mais jovens por terem um nível superior de formação estavam mais atualizados, revelando um grau superior de conhecimento fiscal, por oposição à população mais idosa, em grande parte analfabeta.

### **2.1.2. Grau académico e área de formação**

Muitos autores, como Vogel (1974), Spicer & Lundstedt (1976), Song & Yarbrough (1978), Laurin (1986), Kinsey & Grasmick (1993), citados por Eriksen & Fallan (1996) consideram que o conhecimento fiscal aumenta com o nível de escolaridade, independentemente do conteúdo educacional.

Os estudos realizados por Eriksen & Fallan (1996) e Fallan (1999) permitiram concluir que os alunos, após frequentarem a disciplina de direito tributário, melhoraram significativamente o seu nível de conhecimento fiscal.

Lopes & Santos (2013), citando Jackson & Millirion (1986), referem que o nível de educação dos contribuintes influencia a capacidade e perceção de compreender as obrigações fiscais. Assim, quanto maior o nível de escolaridade, maior será a aptidão para compreender sistemas fiscais complexos, o que expressa um maior conhecimento fiscal.

O nível de educação dos contribuintes é um fator importante que contribui para a compreensão das exigências tributárias, especialmente em relação ao cumprimento das obrigações de registo e declarativas (Oladipupo & Obazee, 2016).

No mesmo sentido, Chau & Leung (2009) constataram a correlação positiva do nível de educação no conhecimento fiscal, ou seja, mais habilitações académicas revelam contribuintes com um nível de conhecimento mais elevado; no entanto, os autores referem que o nível de formação se reflete no conhecimento fiscal em duas dimensões: por um lado, o conhecimento fiscal tem um efeito positivo nas atitudes de cumprimento; por outro lado, estes contribuintes podem revelar-se mais preparados para a gestão fiscal, o que envolvendo oportunidades de evasão fiscal terá um efeito negativo no cumprimento fiscal.

Na sua pesquisa, Pereira (2014) concluiu que existe uma associação forte e positiva entre as variáveis conhecimento fiscal e habilitações académicas, o que significa que à medida que o grau de habilitações académicas do indivíduo aumenta, o nível de conhecimento fiscal tende a ser mais elevado. Ainda, no mesmo estudo, incidindo agora, na área do curso do inquirido com formação superior, concluiu-se que o nível de conhecimento fiscal dos indivíduos com cursos em ciências económicas/empresariais é significativamente superior ao dos inquiridos com formação superior em outras áreas.

Saarah-Mensah (2020), numa investigação com uma amostra constituída por contribuintes singulares residentes no Estado de Maryland, nos Estados Unidos da América, concluiu que existe uma associação estatisticamente significativa entre o conhecimento tributário dos contribuintes e o seu nível educacional.

Em síntese, podemos concluir que, apesar de não ser consensual, a maioria dos investigadores refere que o nível de escolaridade tem um efeito positivo no conhecimento

fiscal. Outros autores, nas suas pesquisas, chegaram a conclusões diferentes e concluíram não haver ligação direta entre o número de anos de escolaridade e o nível de conhecimento fiscal (Ho et al., 2013; Hofmann, et al., 2017, citados por Saarah-Mensah, 2020).

Dos estudos revistos concluímos que a maioria dos autores percecionou que os contribuintes com mais habilitações, na generalidade, revelam uma melhor compreensão do sistema fiscal e, nessa medida, um maior nível de conhecimento fiscal; porém, alguns estudos apontam que os cidadãos com um nível de escolaridade superior têm uma perceção mais apurada das oportunidades para a evasão e fraude fiscal.

A investigação de Eriksen & Fallan (1996) permitiu colmatar uma lacuna no estudo sobre o tema, uma vez que as pesquisas anteriormente realizadas incidiram na existência de relação entre as variáveis nível de educação e conhecimento fiscal, independentemente do conteúdo do currículo académico. Estes autores concluíram que os indivíduos que frequentaram cursos que incluíam matérias de âmbito tributário, melhoraram significativamente os seus conhecimentos tributários.

### **2.1.3. Atividade e experiência profissional**

A investigação desenvolvida por diferentes autores sugere que o conhecimento fiscal dos profissionais tributários, numa primeira instância, assenta numa base teórica adquirida no âmbito da sua formação académica; contudo, a experiência profissional desenvolve uma estrutura de conhecimento adicional que incrementa o seu desempenho na resolução de questões tributárias.

Barrik, (1998), no seu estudo, examinou o efeito da experiência na estrutura do conhecimento e desempenho dos profissionais tributários<sup>2</sup>, concluindo que indivíduos experientes foram mais eficazes na procura de informação relevante, traduzindo-se numa maior eficácia na resolução de questões fiscais, quando comparados com os resultados obtidos por inquiridos inexperientes.

---

<sup>2</sup> O autor distribuiu uma mesma questão tributária a estudantes do último ano de um curso de Pós-graduação em Fiscalidade (experiência profissional média de 1,12 meses) e a profissionais tributários experientes (experiência profissional média de 32,06 meses).

No mesmo sentido, Magro & Nutter (2012) concluíram que a experiência proporciona aos consultores fiscais a oportunidade de adquirir o conhecimento processual necessário para aferir a relevância da informação disponível para resolução das questões tributárias concretas.

Com base na literatura analisada, também Borrego (2014) considerou na sua investigação que a experiência profissional é determinante para o nível de conhecimento fiscal.

Concluimos assim, de acordo com a revisão bibliográfica, que a experiência profissional afeta o desempenho dos consultores fiscais, pois, para além do conhecimento teórico, os profissionais mais experientes adquirem um conhecimento processual que resulta da exposição a um número significativo de casos, das interações com os pares, de resultados de auditorias ou litígios, ou seja, o exercício da atividade na área tributária incrementa o nível de conhecimento fiscal dos profissionais desta área.

#### **2.1.4. Formação e atualização tributárias**

O atual contexto de constantes mudanças na legislação e crescente exigência de obrigações fiscais, obriga à permanente atualização profissional dos consultores fiscais. Esse conhecimento é fundamental, não apenas para o desempenho das funções fiscais, mas também, na colaboração com os seus clientes no processo decisório.

Na pesquisa relativa à determinação dos custos de cumprimento das empresas, Lopes (2008) concluiu que, em Portugal, o processo de atualização fiscal é uma das atividades que consome mais tempo aos profissionais externos no cumprimento das tarefas inerentes ao cumprimento fiscal.

Os consultores fiscais estão permanentemente no processo de aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos, de forma a oferecerem aos seus clientes serviços com valor acrescentado, mantendo a sua vantagem competitiva (Hasseldine et al., 2009), pois o conhecimento não é exclusivo e os clientes podem adquirir ou desenvolver ativos comparáveis.

A formação e a atualização fiscais são fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal e diversos autores consideram que esta variável exerce uma influência significativa

no nível de conhecimento fiscal (Green, 1994; McKerchar, 2005 e Lopes, 2009, todos citados por Borrego, 2014).

Na sua investigação, Borrego (2014), com o objetivo de analisar a perceção dos profissionais fiscais relativamente à complexidade e ao incumprimento fiscais em Portugal, também considerou a variável tempo despendido na atualização tributária, na construção do “índice de conhecimento fiscal”.

## **2.2. Outros fatores com influência no nível de conhecimento fiscal**

Os fatores sociodemográficos e socioprofissionais são variáveis importantes que analisadas em conjunto influenciam o nível de conhecimento fiscal; contudo, existem outras variáveis que são independentes das características dos indivíduos e que, juntamente com estas, são condicionantes do grau de conhecimento fiscal dos contribuintes e, em particular, dos profissionais da área fiscal.

A complexidade fiscal e o relacionamento com as autoridades tributárias são fatores identificados por diversos autores que exercem uma influência significativa no conhecimento fiscal.

### **2.2.1. Complexidade do sistema fiscal**

A complexidade fiscal resulta dos novos desafios introduzidos pela economia contemporânea, é uma consequência do progresso e da complexidade da economia e da sociedade (Martins, 2005; Lopes, 2008).

A sofisticação dos negócios e a globalização dos mercados deram origem a processos mais complexos e mecanismos refinados de evasão fiscal. Com o intuito de travar estes comportamentos evasivos, os governos criam normas em que, com frequência, são introduzidos conceitos de difícil compreensão e interpretação, quer para os contribuintes, quer para a administração fiscal (Lopes, 2008).

Os sistemas fiscais são confrontados com objetivos cada vez mais exigentes e, muitas vezes, de difícil conciliação. Para atingir esses objetivos são adotadas medidas que,

frequentemente, são focos de complexidade fiscal, nomeadamente: os benefícios fiscais, as isenções, os regimes de exceção e os regimes transitórios.

Os altos níveis de complexidade da generalidade dos sistemas tributários devem-se principalmente a três grandes determinantes: conflito entre os objetivos dos impostos; maior complexidade das relações comerciais e resposta governamental com sofisticadas medidas anti abuso; e a complexidade da política tributária (Borrego, 2014).

A complexidade fiscal, na perspetiva de diversos autores, assume dimensões diferentes, por exemplo, técnica, estrutural, legislativa e administrativa, conforme referido por Borrego (2014). A autora, contudo, e tendo por base a perceção dos profissionais fiscais, agrupou as várias dimensões em duas categorias: a dimensão legislativa e a de cumprimento. A complexidade legislativa está relacionada com a própria legislação tributária e a complexidade de cumprimento está relacionada com as tarefas administrativas e declarativas inerentes ao cumprimento das obrigações fiscais.

A maioria dos estudos conclui que os profissionais fiscais percecionam altos níveis de complexidade tributária nos sistemas fiscais e identificam áreas de complexidade comuns.

Long & Swingen (1987) identificaram seis potenciais causas de complexidade do sistema fiscal que integram a dimensão legislativa e a dimensão de cumprimento, a saber: a ambiguidade da lei, a instabilidade da lei fiscal, inúmeras normas e regras, a complexidade dos formulários fiscais, inúmeros cálculos e exigência de arquivo detalhado. Kathryn Siu & Sawyer (2010) obtiveram resultados parcialmente consistentes com Long & Swingen, identificando como causas de complexidade fiscal a difícil legibilidade das normas tributárias e a existência de um elevado número de normas e com muitos detalhes.

Borrego (2014) concluiu, com base na revisão de literatura efetuada, que as principais causas de complexidade fiscal estão relacionadas com: a ambiguidade e a incerteza da legislação; as mudanças frequentes na lei tributária; a existência de numerosas regras; e a complexidade dos formulários.

No seu estudo empírico sobre a perceção da complexidade fiscal pelos TOC, Borrego (2014) concluiu ainda que estes profissionais explicam a complexidade tributária legislativa com base em vários fatores, dando mais relevância, contudo, à dispersão da



legislação, a existência de muitas exceções às regras gerais, a linguagem ambígua, pouco perceptível e muito técnica utilizada nas normas fiscais, os códigos fiscais e as normas muito extensos, a transposição para o direito interno das normas da União Europeia (UE) e a legislação internacional.

No contexto da complexidade do cumprimento fiscal, a autora concluiu que os profissionais fiscais portugueses atribuem um elevado nível de importância a todas as áreas, em particular, à preparação da informação contabilística para fins fiscais e à informatização de obrigações tributárias. Outras causas identificadas que contribuem para a complexidade do cumprimento tributário foram: a reduzida assistência prestada pelo pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a complexidade dos formulários e instruções, e o arquivo da documentação fiscal.

A autora concluiu ainda que os profissionais fiscais percecionam o IVA como o imposto que reveste maior complexidade legislativa e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) o de maior complexidade em termos de cumprimento das obrigações fiscais. Estes resultados estão alinhados com os obtidos por Lopes (2009), que mostraram que os contabilistas identificaram o IVA e o IRC, como os dois impostos que revestem maior complexidade.

Os altos níveis de complexidade percecionados pelos contribuintes, particularmente pelos profissionais fiscais, conduz ao justo receio de virem a incorrer em incumprimento fiscal involuntário. Borrego, Lopes & Ferreira (2016) concluíram que uma grande parte dos profissionais tributários admitiram ter incorrido em incumprimento fiscal não intencional, devido à complexidade tributária. O incumprimento involuntário significa que em dado momento o profissional não detinha o conhecimento necessário para realizar a tarefa em causa, seja por desconhecimento ou má interpretação da lei ou modelo declarativo. No mesmo sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2008a) indica que o incumprimento fiscal involuntário pode resultar do erro de interpretação da lei, do desconhecimento da lei, do inadequado arquivo e manuseamento de documentos, ou seja, resulta da prática não premeditada de um ato que é contrário ou omissivo à lei.

A complexidade fiscal é um fator que influencia o nível de conhecimento fiscal dos contribuintes e tem consequências sobre a necessidade de atualização. As frequentes

alterações da lei fiscal, sobretudo porque realizadas em intervalos temporais muito curtos, dificultam a sua interpretação e aplicação e obrigam a que os intervenientes no sistema fiscal, em particular os profissionais, estejam permanentemente num processo de atualização, o que implica que sejam despendidas muitas horas no processo formativo.

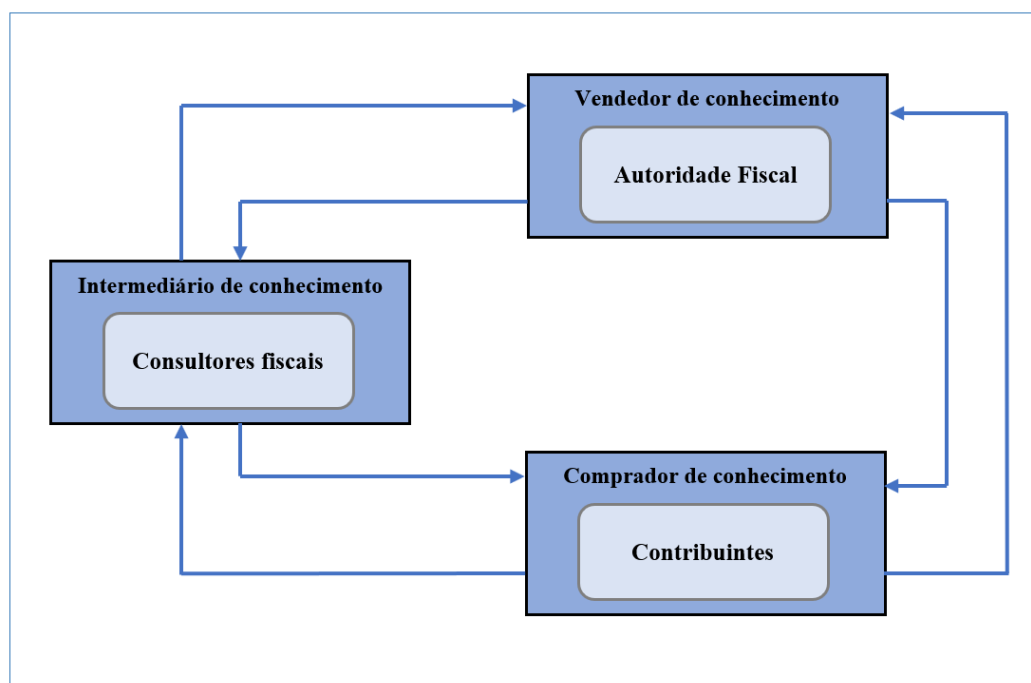
### **2.2.2. Relacionamento com as autoridades fiscais**

As administrações fiscais podem orientar a sua atuação segundo dois princípios básicos: o jurídico e o económico. A atuação orientada pelo princípio jurídico tem por objetivo garantir a correta aplicação de todas as normas fiscais e que os impostos cobrados sejam os legalmente previstos. A atuação da administração tributária, pelo princípio económico, tem como objetivo a maximização da receita líquida (Basto, 1994). Refere ainda este autor, que estes são dois tipos de administração que não funcionam *per si* pois, se por um lado, não se concebe uma administração fiscal em que a correta aplicação da lei se desliga de objetivos de eficiência, por outro lado, não é possível, num Estado de direito, que o princípio da eficiência não seja limitado, por normas legais que balizam a atuação das administrações fiscais.

A atuação da administração fiscal deve ser orientada pelo princípio da legalidade; no entanto, é relevante considerar os efeitos positivos associados ao princípio económico, nomeadamente se o objetivo for direcionado para o aumento do cumprimento voluntário e da cooperação espontânea do contribuinte com a administração tributária.

Com a alteração dos sistemas fiscais para modelos de autoliquidação, assistimos a uma redução do papel das administrações fiscais e ao correspondente aumento da participação dos contribuintes nos procedimentos de aplicação da legislação fiscal (Saldanha Sanches, 2000). Nestes modelos, transfere-se para o contribuinte o dever de interpretar e aplicar a lei fiscal que, na maioria das jurisdições, apresenta elevado nível de complexidade. O processo de apuramento do imposto está dependente do nível de conhecimentos técnicos, económicos, financeiros e fiscais do contribuinte (Lopes & Brites, 2016). Não existindo mecanismos eficazes de consulta prévia sobre a interpretação da legislação fiscal surgirão situações de incumprimento fiscal e de contencioso administrativo ou judicial (Rocha, 2018).

A literatura internacional tem vindo a defender a importância de uma maior confiança e da cooperação com a administração fiscal, em detrimento da abordagem mais tradicional que tem por base um ambiente, essencialmente, conflituoso. Neste sentido, Hasseldine et al. (2011) sugerem que o relacionamento entre os diferentes intervenientes no sistema fiscal pode ser entendido como um mercado de conhecimento da legislação fiscal, conforme representado na Figura 2.



**Figura 2 - Mercado do conhecimento da legislação fiscal**

Fonte: Adaptado de Hasseldine et al. (2011), "The Management of Tax Knowledge" in *Critical Perspectives on Accounting*, volume 22, Issue1.

As autoridades tributárias desenvolvem e transmitem a nova legislação fiscal e são consideradas como o vendedor de conhecimento. Os contribuintes, que procuraram o conhecimento sobre a nova legislação fiscal para poderem cumprir as suas obrigações tributárias de forma adequada, ou para explorarem oportunidades de planeamento e evasão fiscais, podem ser considerados como compradores de conhecimento. Se os contribuintes entendem não possuir conhecimento suficiente sobre a legislação fiscal emitida pelas autoridades tributárias, podem contratar profissionais fiscais que, neste contexto, desempenham o papel de intermediários do conhecimento fiscal, na medida em que interpretam a legislação emitida pelas autoridades fiscais, auxiliando os contribuintes em função dos objetivos por estes definidos. Concluem os autores que os intervenientes

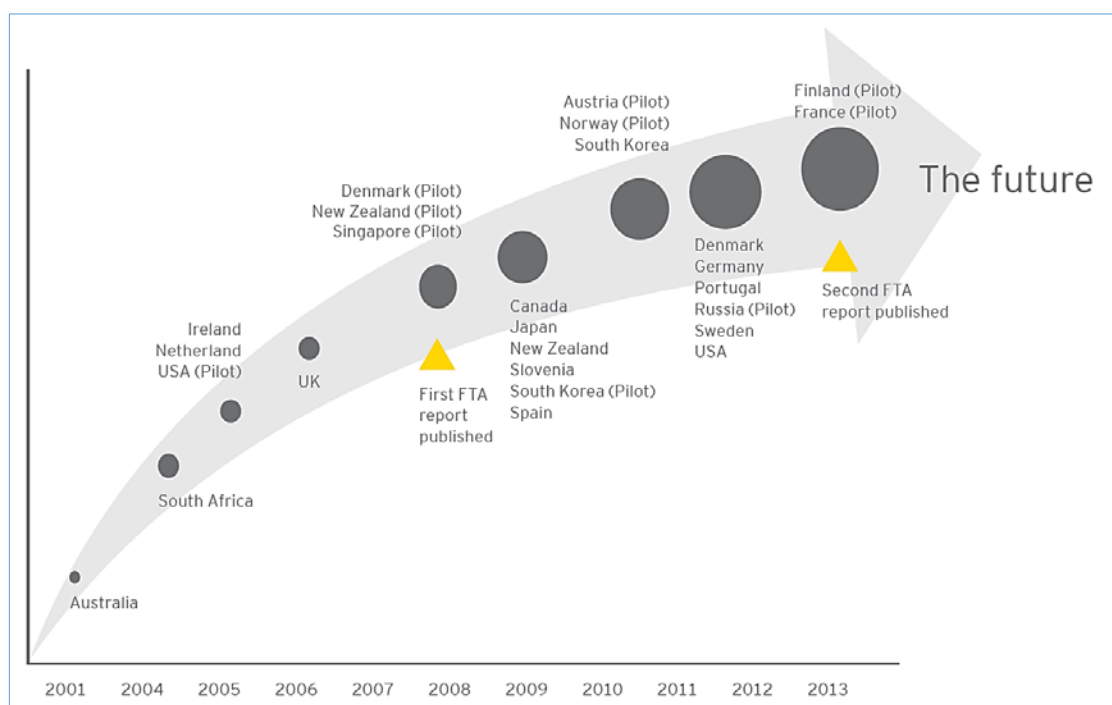
no sistema fiscal (autoridades tributárias, consultores fiscais e contribuintes) desempenham um papel crucial na comunicação, implementação e utilização de alterações na legislação tributária e todos devem estar dispostos a partilhar conhecimentos para que a implementação da nova legislação seja bem-sucedida.

O comportamento de *compliance* dos contribuintes reveste-se de natureza complexa e multidimensional e é influenciado por diversos fatores. Vitalis (2019) sugere a existência de três modelos que explicam o comportamento dos contribuintes: intimidação ou dissuasão económica; psicologia social; e psicologia fiscal. O primeiro modelo tem por base a análise da racionalidade económica entre o benefício do não pagamento do imposto e o risco de ser detetado e as consequentes penalizações pelo incumprimento. O modelo de psicologia social relaciona-se com fatores que influenciam o comportamento do contribuinte, nomeadamente a motivação pessoal, as normas sociais e a equidade. A teoria da psicologia fiscal relaciona o índice de cumprimento com um sistema fiscal assente na cooperação entre as autoridades fiscais e o contribuinte, pautado na confiança e no diálogo mútuo.

Grande parte dos governos tem adotado um modelo baseado na teoria da psicologia fiscal, ou seja, assente na cooperação entre a administração tributária e o contribuinte com o propósito de assegurar o cumprimento fiscal, entendido como o pagamento da quantia certa no momento correto.

O primeiro país a introduzir um modelo de *compliance* fiscal cooperativo foi a Austrália, em 2001. Mais tarde, em 2008, outros países adotaram, também, programas de *compliance* cooperativo, como foram os casos da África do Sul, Irlanda, Estados Unidos da América, Reino Unido ou Holanda. Atendendo à importância e ao efeito deste modelo, o *Forum on Tax Administration* (FTA) da OCDE (2008b) publicou um estudo sobre o papel dos intermediários tributários, que incentivava as administrações fiscais a estabelecerem um relacionamento baseado na cooperação que, inicialmente, abrangia apenas os grandes contribuintes.

A abordagem de *compliance* cooperativo foi acolhida por diversas administrações fiscais e foi notável o número de países que desenvolveram programas desse tipo desde a publicação do estudo do FTA de 2008, como se pode observar na figura 3.



**Figura 3 - Evolução da adoção do modelo de *co-operative compliance***

Fonte: *Co-operative compliance* (2014), Ernst & Young Global Limited, Londres (pp. 4).

Em 2013, a OCDE no seu fórum anual FTA, adotou o termo *co-operative compliance*, sendo relevante compreender o conceito, cuja finalidade não reside numa relação de parcialidade que faculte tratamento mais benéfico a determinado contribuinte; mas pelo contrário, esta mudança de paradigma tem por objetivo fomentar a cooperação mútua entre autoridades fiscais e contribuinte, exatamente para garantir o pagamento do tributo devido de modo correto e no tempo exato.

O FTA tem recomendado a mudança de atitude das administrações tributárias, no sentido de estas diminuírem a sua atuação reativa, posterior à declaração dos contribuintes e com base em ações realizadas individualmente, por ações proativas que atinjam simultaneamente vários contribuintes, capazes de conferir maior garantia de tributar em data próxima à do facto gerador.

Segundo o FTA, esta mudança geraria benefícios, não apenas à administração fiscal, como também ao contribuinte. As vantagens para a administração fiscal são: a melhoria da relação com o contribuinte, que desenvolve mais confiança no sistema fiscal; a deteção de potenciais atividades fraudulentas; a prevenção da litigância; a redução de custos

administrativos; e a aplicação mais eficiente dos recursos, focando a atuação nos contribuintes de maior risco. Como benefícios para os contribuintes, destacam-se: a capacidade de compreender as suas obrigações de modo mais simples; a melhor capacidade para lidar com riscos tributários, acompanhada de maior previsibilidade e certeza em relação a questões e posições que possam suscitar dúvidas; a diminuição dos custos de cumprimento tributário; e a melhoria da relação com as autoridades tributárias (OCDE, 2017, pp. 21).

Os estudos compulsados permitem concluir que, em muitos países, a troca de informação e o incremento do diálogo com as autoridades tributárias têm um efeito positivo no nível de conhecimento fiscal, na medida em que possibilita aos contribuintes e aos consultores fiscais uma discussão prévia de situações de maior complexidade. As questões sobre interpretações tributárias complexas requerem um diálogo aberto e construtivo entre a administração tributária e os contribuintes ou os seus representantes, explorando interpretações alternativas da legislação quanto às transações em questão. Esta postura colaborativa induz vantagens a todos os intervenientes da relação jurídico-tributária: aos contribuintes, pois reduz a incerteza do quantitativo de imposto a pagar e promove uma diminuição dos custos de cumprimento; às autoridades fiscais, pois além de potenciar o conhecimento dos seus funcionários, decorrente da partilha de conhecimento, permite ainda que foque os seus recursos, limitados, em contribuintes menos cumpridores.

As autoridades portuguesas seguem a tendência internacional, como resulta do preâmbulo do Despacho n.º 4223/2018 relativo à criação do Grupo de Trabalho para a prevenção e composição amigável de litígios entre o contribuinte e a administração fiscal:

Resulta assim imperioso equacionar, em todo o trilha da relação entre a administração fiscal e o contribuinte, a introdução de mecanismos que permitam prevenir as situações de litígio, desde logo pela maximização dos instrumentos de informação, mas também pela introdução na administração fiscal das técnicas de resolução alternativa de litígios — com particular enfoque no diálogo conciliatório ou mediado — já testadas noutras áreas da administração e que apresentam um enorme potencial de utilização na administração fiscal, como de resto mostra a experiência acumulada em outros ordenamentos jurídicos tributários na Europa e nos Estados Unidos da América. (Preâmbulo do DL n.º 4223/2018 publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 81 de 26 de abril de 2018: pp. 11960).

O conhecimento fiscal dos contribuintes e, em particular, dos profissionais da área fiscal, é influenciado por fatores de natureza sociodemográfica e socioprofissional e outras variáveis como a complexidade fiscal e o relacionamento com as autoridades tributárias. A diminuição da complexidade fiscal e o bom relacionamento com as autoridades fiscais, para além do efeito positivo no conhecimento fiscal, são fatores importantes para o aumento do cumprimento fiscal voluntário, pelo que é relevante analisar a relação entre conhecimento e cumprimento fiscais.

### **3. Conhecimento fiscal como fator de cumprimento fiscal**

Na definição de cumprimento fiscal, a OCDE considera duas grandes categorias: o cumprimento administrativo, que inclui as regras e os procedimentos a cumprir pelo contribuinte no tempo devido, e o cumprimento técnico, que assegura que o cálculo do imposto seja efetuado de acordo com as leis fiscais em vigor.

O cumprimento fiscal administrativo compreende três obrigações básicas: o registo no sistema, a entrega das declarações fiscais dentro prazo legalmente estabelecido e o pagamento do imposto. O cumprimento fiscal técnico compreende o cálculo correto dos passivos fiscais, incluindo os retidos na fonte (OCDE, 2010).

Na sua obra *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal? Os custos de cumprimento da tributação do rendimento*, Lopes refere que

O cumprimento destas atividades fiscais depende em muito, dos conhecimentos técnicos do contribuinte para calcular a quantia correta de imposto, bem como da sua aptidão para realizar estas tarefas. Pelo que quanto mais ambígua e subjetiva for a lei fiscal mais difícil se torna o cumprimento para o contribuinte. (Lopes, 2008: pp. 65)

A maioria dos estudos sobre gestão do conhecimento fiscal, aponta no sentido da existência de uma relação entre o nível de conhecimento fiscal e o comportamento dos contribuintes no cumprimento das regras fiscais.

Muller (1963), no seu estudo empírico sobre *tax compliance*, realçou a importância do conhecimento no desenvolvimento de atitudes positivas acerca do sistema fiscal.

Na investigação de Song & Yarborough (1978) sobre o conhecimento dos objetivos do sistema tributário por parte dos contribuintes, os autores concluíram que os inquiridos com maior nível de conhecimento sobre o sistema fiscal demonstram atitudes de cumprimento mais positivas, quando comparados com os contribuintes com menos conhecimentos fiscais.

McKerchar (1995), no seu estudo que envolveu pequenas e médias empresas na Austrália, conclui que os contribuintes não tinham consciência do seu défice de conhecimento fiscal, o que poderia conduzir ao incumprimento (involuntário) das normas fiscais.

Eriksen & Fallan (1996)<sup>3</sup> concluíram que os alunos, após frequentarem a disciplina de fiscalidade, aumentaram o seu nível de conhecimento fiscal e adquiriram uma melhor perceção sobre justiça fiscal, sendo mais rigorosos em relação ao cumprimento de regras fiscais, condenando práticas de fraude e evasão fiscal.

Jackson & Millirion (2002) referem que o elevado conhecimento fiscal dos contribuintes explica a sua capacidade de compreender as obrigações fiscais, o que favorece o cumprimento fiscal. No mesmo sentido, Saad (2014) salientou que o conhecimento fiscal é um elemento essencial num sistema tributário assente no cumprimento voluntário.

Lopes & Santos (2013) sublinharam que nos contribuintes individuais, a atitude de cumprir ou não cumprir depende de variáveis sociodemográficas, sociológicas e psicológicas, bem como dos seus conhecimentos para poderem cumprir com todas as obrigações fiscais que o sistema fiscal exige.

Pinto et al. (2014) verificaram que um nível elevado de conhecimento fiscal está diretamente relacionado com um maior cumprimento fiscal, havendo, desta forma, um risco reduzido de incumprimento fiscal.

---

<sup>3</sup> Este estudo teve por base dois grupos de estudantes com a mesma formação base. Foi efetuado um pré-teste a ambos os grupos, constatando-se que o nível de conhecimento fiscal era idêntico, bem como, as atitudes em relação à tributação. O primeiro grupo, denominado grupo de controlo, era constituído por estudantes que, no segundo ano, tinham a disciplina de opção Marketing; o segundo, o grupo experimental, teria por opção a disciplina de Fiscalidade. Após a frequência destas disciplinas foi realizado um pós-teste que avaliava o nível de conhecimento fiscal e as atitudes perante o sistema fiscal. Os estudantes de Marketing mantiveram o nível de conhecimento fiscal e não mudaram as suas atitudes em relação à evasão fiscal, de outras pessoas e à sua própria. Contudo, os estudantes de Direito Fiscal melhoraram significativamente o seu conhecimento fiscal e mudaram as suas atitudes em relação à evasão fiscal e perceção da justiça do sistema tributário.



Os estudos anteriormente referidos indicam uma relação positiva entre o conhecimento fiscal e o cumprimento fiscal, que não são consistentes com o estudo de Harris (1989), em que os resultados obtidos sugeriram que o conhecimento fiscal não tinha efeito significativo sobre o comportamento de cumprimento dos contribuintes. No mesmo sentido, Lopes e Brites (2016), na análise da relação entre o grau de conhecimentos fiscais dos contribuintes e a educação fiscal (medida através das percepções individuais dos cidadãos), concluíram, de forma inesperada, que um maior conhecimento fiscal não implica uma melhor percepção das funções socioeconómicas dos impostos e do seu papel na sociedade.

Outros autores referem que o efeito do conhecimento fiscal no cumprimento fiscal nem sempre é positivo, pois contribuintes com maior grau de formação podem revelar-se os mais bem preparados para a evasão fiscal (Chan, Troutman & O'Bryan, 2000).

Borrego (2014) concluiu que os profissionais da área fiscal tendem a usar o seu conhecimento para resolver problemas relacionados com a complexidade fiscal, o que se traduz no incremento do nível de cumprimento. Contudo, em situações mais complexas, podem ter a propensão para usar o seu conhecimento do sistema tributário, tirando vantagem da complexidade fiscal em benefício dos seus clientes. No mesmo sentido, Lopes (2018) refere que os contribuintes com mais conhecimento fiscal, a partir de determinado ponto, tendem a cumprir menos com as suas obrigações fiscais, uma vez que possuem mais conhecimento para poderem, de forma perfeitamente legítima, beneficiar das lacunas da lei. Para ilustrar a sua análise a autora recorreu à curva de *Laffer* adaptada (figura 4), em que o eixo vertical representa a receita fiscal arrecadada e o eixo horizontal corresponde ao nível de conhecimento fiscal.

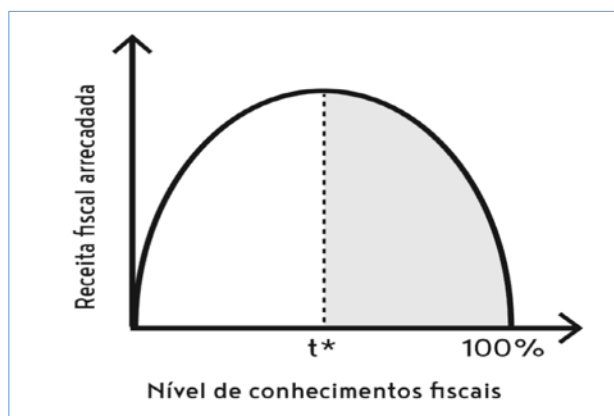


Figura 4 –A curva de *Laffer*: relação entre conhecimento fiscal e receitas fiscais

Fonte: Lopes (2018)

Na perspetiva da autora, numa fase inicial, maior conhecimento fiscal pode significar maior cumprimento fiscal voluntário, mas, a partir do ponto  $t^*$ , maior conhecimento fiscal traduz-se na redução da receita, em consequência do menor cumprimento fiscal, como decorre da análise da figura anterior.

Os contribuintes com um nível de conhecimento fiscal mais elevado tendem a compreender melhor o sistema fiscal e manifestam uma atitude positiva em relação ao cumprimento das suas obrigações fiscais; contudo, e por outro lado, um maior nível de conhecimento fiscal, pode dotá-los de uma melhor perceção sobre as oportunidades de evasão e fraude fiscal. Assim, é relevante aferir como as organizações gerem o conhecimento fiscal.

#### **4. Gestão do Conhecimento Fiscal**

Historicamente a criação de valor nas organizações dependia dos seus ativos fixos e financeiros. Atualmente, as organizações deparam-se com um ambiente extremamente dinâmico e a sua riqueza não tem subjacente uma dimensão física, mas resulta do conhecimento (Góis, 2000).

O conhecimento organizacional é resultado das aprendizagens individuais, mas resulta, principalmente, das dinâmicas estabelecidas entre as pessoas que integram a organização e das relações estabelecidas com o exterior.

A gestão do conhecimento emerge como a capacidade que permite às organizações desenvolverem-se, inovarem e reforçarem a sua competitividade e assenta nos processos organizacionais relacionados com a criação, retenção, transferência e utilização do conhecimento (Sequeira, 2008). A gestão do conhecimento é, assim, um modelo de gestão focado na aprendizagem, na criação e aquisição contínuas de conhecimento, bem como na estratégia da inovação (Gonçalves et al., 2012).

A gestão de conhecimento tem carácter universal, pois aplica-se a qualquer área da gestão e a todas as organizações, sejam públicas ou privadas (Davenport & Prusak, 2003).

Sendo o conhecimento um elemento fundamental para os intervenientes no sistema fiscal, importa saber que importância assume este ativo intangível para as empresas e para a

administração fiscal e saber de que forma é feita a sua gestão. Pretende-se compreender se a gestão fiscal é percecionada, como o estudo e planeamento das opções fiscais, ou como planeamento fiscal agressivo, envolvendo situações de fraude e evasão fiscal.

#### **4.1. Gestão fiscal: prática aceitável ou conduta reprovável?**

O termo gestão fiscal ou planeamento fiscal está, na maioria das vezes, associado a um comportamento eticamente reprovável do contribuinte. Esta assunção assenta numa confusão terminológica e conceptual dos conceitos de gestão (planeamento) fiscal, evasão fiscal e fraude fiscal (Saldanha Sanches, 2006; Casalta Nabais, 2008). Começemos então por definir estes conceitos.

A gestão ou planeamento fiscal consiste em minimizar os impostos a pagar por uma via totalmente legítima e lícita deixada em aberto pelo legislador.

Já a evasão fiscal ou elisão fiscal consiste numa atuação planeada do contribuinte que se traduz num comportamento aparentemente lícito, mas que a lei fiscal qualifica como não conforme com a substância da realidade económica que lhe está subjacente. Este comportamento é gerador de uma vantagem fiscal que não seria alcançada se o contribuinte optasse pela forma/negócio “normal” para atingir aquele resultado económico.

A fraude fiscal consiste na minimização dos impostos a pagar através de atos ou comportamentos contrários à lei. Na fraude fiscal verifica-se uma violação direta à lei, estamos assim, perante comportamentos *contra legem*.

Planeamento fiscal, evasão fiscal e fraude fiscal são estratégias usadas pelas empresas para minimizar a sua carga fiscal. A fraude fiscal viola os normativos legais, distinguindo-se, assim, das outras duas estratégias, em que se verifica o cumprimento da lei. A distinção entre planeamento e evasão fiscal reside na intenção de se contrariar (evasão), ou não (planeamento), o propósito ou espírito da lei (Castelo Branco, 2014).

Concluimos que a minimização dos impostos a suportar é inerente à racionalidade económica; contudo, por trás desta minimização, podem estar comportamentos de cumprimento (gestão ou planeamento fiscal) ou não cumprimento fiscal (evasão e fraude fiscal).

Diversos autores têm abordado a questão da gestão fiscal na perspetiva da minimização dos impostos a pagar através do estudo e planeamento das várias soluções proporcionadas pela lei.

Freitas Pereira (2013) refere que a gestão fiscal se caracteriza por uma postura ativa do contribuinte, que procura inserir a variável fiscal nas suas decisões e, na maioria das situações, minimizar a carga fiscal, recorrendo a práticas lícitas, acolhidas ou admitidas pelo legislador. Contudo, a minimização dos impostos a pagar não pode ser considerada como um fim em si mesma e a gestão fiscal deve ser integrada na estratégia global da empresa, considerando as consequências fiscais do negócio ou transação, bem como o aumento de outros custos não fiscais que certas opções de minimizar impostos podem acarretar.

A gestão fiscal, de acordo com Calvão da Silva (2006), decorre do princípio da liberdade contratual, adotando o contribuinte os comportamentos fiscalmente menos onerosos, conduta não condenável e, muitas vezes, incentivada pelo próprio Estado. Aliás, se a administração dos bens de uma empresa ou de um património particular não se orientar no sentido de maior eficácia, reduzindo ao mínimo os custos, nomeadamente fiscais, para assim alcançar maiores lucros, estaremos perante uma situação de má gestão. Com efeito, e conforme refere o autor, citando Campos & Campos<sup>4</sup> (2000), “é desrazoável tomar uma decisão sem ter analisado e previsto todas as suas consequências fiscais. A gestão das famílias e das empresas é também uma gestão fiscal: previsão de impostos e escolha da via fiscalmente menos onerosa compatível com os interesses visados.”

Na sua obra *Os limites do planeamento fiscal: substância e forma no direito fiscal português, comunitário e internacional*, Saldanha Sanches refere que

O planeamento fiscal consiste numa técnica de redução da carga fiscal pela qual o sujeito passivo renuncia a um certo comportamento por este estar ligado a uma obrigação tributária ou escolhe, entre as várias soluções que lhe são proporcionadas pelo ordenamento jurídico, aquela que, por ação intencional ou omissão do legislador fiscal, está acompanhada de menos encargos fiscais. (Saldanha Sanches 2006)

---

<sup>4</sup> Campos, Diogo Leite; Campos, Mónica (2000). *Direito Tributário*, 2ª Edição. Coimbra: Almedina (pp. 156).

No mesmo sentido, Lopes (2015) refere que “o planeamento fiscal ou gestão fiscal é a que permite escolher a via fiscalmente menos onerosa para o contribuinte, dentro das possibilidades deixadas em aberto pela lei fiscal.”<sup>5</sup>

Conclui-se, assim, que os contribuintes não estão impedidos de fazer as opções que lhes sejam fiscalmente mais vantajosas, contando que o façam dentro dos limites da legalidade, ou seja, desde que agindo dentro de comportamentos *intra legem*, isto é, fazendo uso das opções, exclusões, exceções e benefícios previstos na própria legislação (Oliveira, 2009).

É consensual entre os autores que o planeamento ou gestão fiscal deve ser entendido como um direito do contribuinte e consiste no estudo e planeamento das várias soluções proporcionadas pela lei, de modo a que sejam prosseguidos os objetivos da empresa (ou contribuinte individual), sendo que na grande maioria dos casos, as escolhas efetuadas são acompanhadas de menores encargos fiscais. Assim, importa aferir como é feita essa gestão fiscal, bem como conhecer a estratégia da organização para essa gestão.

#### **4.2. A gestão fiscal e a estratégia da organização**

A evolução do panorama fiscal à escala global, caracterizada pelo aumento da complexidade dos sistemas fiscais e a exigência de maior transparência refletida, nomeadamente, nos planos de ação da OCDE e da UE, conferiu à função fiscal um papel de grande importância.

De acordo com Caldeira, Borrego & Amorim (2016), as grandes empresas consideram, cada vez mais, a gestão fiscal como uma ferramenta de gestão. A carga fiscal, sendo um elemento de custo preponderante em qualquer empresa, leva a que a fiscalidade constitua um alvo privilegiado dos gestores para a obtenção de melhores resultados financeiros (Silva & Neves, 2008).

Gonçalves Pinto (2004) distingue duas vertentes da gestão fiscal: a tradicional (ou passiva) e a nova perspetiva (ativa) de gestão, planeamento e engenharia fiscal. Na

---

<sup>5</sup> Lopes, Cidália (2017) *A Joana e os impostos – Uma história de educação fiscal na Universidade*. Lisboa, 2ª Edição Ordem dos Contabilistas Certificados (pp. 37).

vertente tradicional, a gestão fiscal resumia-se ao cumprimento das obrigações fiscais; o novo prisma da gestão fiscal, para além deste fim, tem ainda por desígnio o uso adequado da variável fiscal, de modo a que sejam prosseguidos os objetivos da empresa, integrando os impostos no processo de decisão, pelo acesso a benefícios fiscais e o uso de alternativas fiscais.

Loitz, Taetzner & Weber (2008) referem que a gestão fiscal tradicional baseada na consultadoria, no cumprimento fiscal e no apoio técnico durante auditorias fiscais, à qual as outras funções recorriam pontualmente, foi substituída por um papel mais complexo. Hoje, a gestão fiscal contribui com valor para a estratégia da empresa, fazendo parte integrante do negócio.

A gestão fiscal deve estar integrada na estratégia global da empresa, deve acompanhar os processos desde o início, não reduzindo a sua intervenção ao esclarecimento das consequências fiscais dos negócios ou operações, na fase final do processo de decisão.

Na definição da estratégia fiscal, as empresas têm de responder de forma clara e ponderada a um conjunto de *stakeholders* cada vez maior e mais diverso, que inclui a administração fiscal, o Governo, mas também, investidores, auditores externos, organizações não governamentais (ONG), entidades reguladoras, meios de comunicação social e opinião pública. Algumas organizações, na definição da sua estratégia fiscal, têm em consideração, para além da diminuição da carga fiscal, valores éticos relacionados com a responsabilidade social da empresa, pois, de acordo Landolf & Symons (2008), os seus *stakeholders* entendem o imposto não apenas como um custo para a empresa, mas como uma contribuição para a sociedade e para as suas infraestruturas<sup>6</sup>.

Castelo Branco (2014) sublinha as consequências negativas, especialmente para as nações, de comportamentos fiscais agressivos como a fraude e a evasão fiscais e que estratégias concebidas apenas para minimizar a carga fiscal não são coerentes com a

---

<sup>6</sup> A este propósito veja-se notícia publicada no Jornal de Negócios, em 06-12-2012 que refere que a Starbucks garantiu que iria pagar impostos no Reino Unido em 2013 e 2014. O anúncio surgiu depois de os consumidores terem manifestado o seu descontentamento devido a um processo sobre o não pagamento de impostos correspondentes à sua atividade. Kris Engskov, um dos dirigentes da Starbucks, no Reino Unido, afirmou que mesmo que a empresa não consiga obter lucro efetuará o pagamento às entidades britânicas e afirmou que a empresa operará mudanças que farão com que pague impostos no Reino Unido, acima do que está previsto na lei. A Starbucks estimou pagar 10 milhões de libras em impostos nos dois anos seguintes, depois de não ter pago impostos corporativos nos últimos três anos, apesar das vendas terem atingido 1,2 mil milhões de libras.

noção de responsabilidade social da empresa. Na definição da estratégia, devem ser ponderadas questões de ética e comportamento fiscal e, nesta perspetiva, o imposto não é entendido como um custo a ser minimizado, mas antes como um retorno ao investimento efetuado pelos governos em infraestruturas, educação, lei e ordem, e outras estruturas essenciais ao desenvolvimento de qualquer atividade empresarial.

Em Portugal, o tecido empresarial é, maioritariamente, constituído por micro, pequenas e médias empresas, de cariz familiar, cabendo a gestão das mesmas aos próprios empresários. O empresário português, na generalidade, tem um baixo nível de conhecimento fiscal explicado, quer pela falta de formação académica, quer por dificuldade de compreensão da legislação fiscal e pelas constantes alterações legislativas. Assim, nas tomadas de decisão, os empresários não têm em consideração a gestão fiscal, pois têm como principal motivação a manutenção e continuidade do negócio.

No atual contexto económico, todavia, a fiscalidade assume um papel fundamental na gestão das pequenas e médias empresas, contribuindo para melhorar a competitividade e rentabilidade das mesmas, recorrendo a medidas de planeamento fiscal que a lei proporciona, através de alternativas, benefícios e incentivos fiscais. É nesse contexto que profissionais como os contabilistas certificados, os auditores, os juristas e outros consultores fiscais assumem um papel fundamental junto dos empresários, informando-os das medidas fiscais disponíveis que possam influenciar as suas decisões, com vista à obtenção de uma poupança fiscal.

Concluimos, assim, que a gestão fiscal, independentemente da dimensão das empresas, assume um papel fundamental para que estas sejam mais competitivas e não se resume ao correto apuramento do valor do imposto no tempo e nos lugares devidos (Cunningham, 2008). A comunicação com os *stakeholders*, o papel da tecnologia, a estruturação da função fiscal e a responsabilidade social são outros tópicos que contribuem para a efetiva gestão fiscal das empresas.

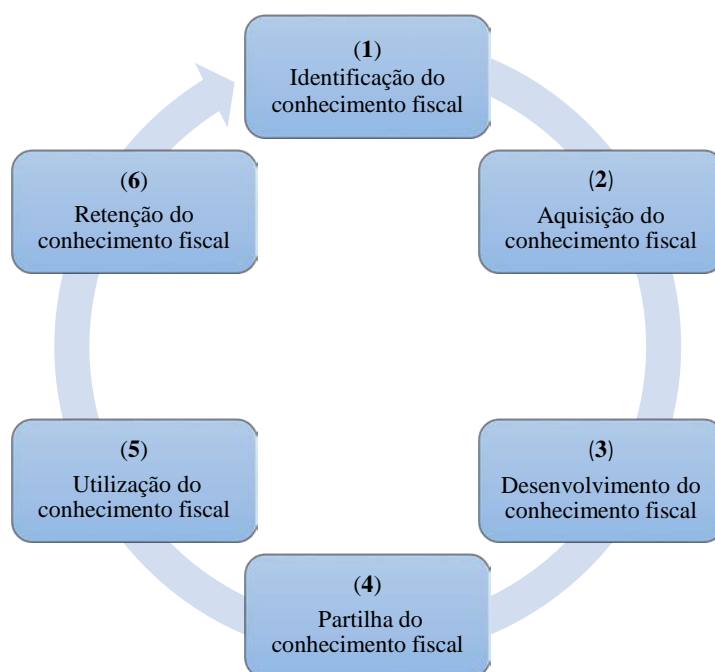
Os profissionais fiscais terão de alargar as suas competências, incorporando conhecimento relativo à gestão de risco e governação, análise de dados, processos e tecnologia. Além disso, devido aos potenciais riscos de negócio e reputação associados a muitas iniciativas de transparência, é necessário que a função fiscal esteja mais envolvida com as restantes funções de negócio e demais *stakeholders*, internos e externos (Ribeiro,

2017), pelo que é fundamental perceber como se desenvolve o processo de gestão do conhecimento fiscal nos contribuintes e na administração fiscal.

#### 4.3. O processo de gestão fiscal na organização

A gestão do conhecimento fiscal assume, hoje em dia, um papel fundamental na estratégia das organizações, pelo que é importante entender como as empresas desenvolvem e utilizam o conhecimento fiscal e, em especial, os processos pelos quais a legislação fiscal (externa) é incorporada no conhecimento fiscal das empresas, gerado internamente com base na experiência (Hasseldine et al., 2009).

O processo de gestão do conhecimento, de acordo com Probst, Raub & Romhardt (2002) engloba as seguintes fases: identificação, aquisição, desenvolvimento, partilha, utilização e retenção do conhecimento. Adaptando este modelo ao conhecimento fiscal, identificamos, no processo de gestão do conhecimento fiscal, as fases representadas na figura 5.



**Figura 4 – Fases do processo de gestão do conhecimento fiscal**

Fonte: Adaptado de Probst, Raub & Romhardt (2002)



A primeira fase do processo da gestão do conhecimento é a identificação do conhecimento fiscal, interno e/ou externo, importante para a organização (1). Depois de identificadas as necessidades de conhecimento, e se as fontes internas não forem suficientes, a etapa seguinte é a aquisição de conhecimento (2), na qual a entidade procura integrar o conhecimento externo na sua base de conhecimento, podendo recorrer aos serviços de consultores fiscais externos. Na fase subsequente, a organização desenvolve novas competências, fase do desenvolvimento (3), e dissemina o conhecimento que tem pelos vários colaboradores que dele necessitam, fase da partilha (4). Na etapa seguinte, o conhecimento é aplicado à situação concreta, na prossecução do objetivo fiscal da organização, fase da utilização (5). A última etapa do processo de gestão do conhecimento fiscal consiste na avaliação da utilidade do conhecimento e na sua preservação para aplicação em situações futuras, evitando perdas de conhecimento fiscal organizacional, fase da retenção (6).

O estudo realizado por Hasseldine et al, (2009) deu grande contributo à investigação sobre gestão do conhecimento fiscal, pois os estudos até então realizados tendiam a centrar-se apenas numa das partes do ambiente fiscal. Neste estudo, os autores procuraram explorar as relações entre a agência fiscal do Reino Unido, a HMRC, os contribuintes coletivos e os consultores fiscais.

Nesta investigação, os autores concluíram que as empresas usam uma combinação de fontes de conhecimento fiscal, sendo as mais importantes as transmitidas pela HMRC e o aconselhamento específico de consultores fiscais. O recurso a consultores fiscais, em parte, é explicado pelas dificuldades na interpretação da legislação fiscal e também pela sua experiência no processo administrativo. Apenas uma pequena maioria dos contribuintes considerou que o conhecimento fiscal gerado internamente é um aspeto importante da função fiscal.

Os resultados desta pesquisa sugeriram, ainda, que os consultores fiscais percecionaram que os decisores operacionais não estão motivados para a função fiscal e são pouco colaboradores, nomeadamente na prestação de informações relevantes no formato e tempo adequados.

#### **4.4. A gestão do conhecimento na Autoridade Tributária e Aduaneira**

As organizações públicas devem adotar ferramentas de gestão mais modernas, pois, no contexto atual de grande complexidade e de constantes mudanças, é exigido às administrações uma grande capacidade de adaptação. A gestão do conhecimento é fundamental para que sejam atingidos os resultados esperados, designadamente a prestação de serviços públicos de qualidade aliados à transparência na aplicação dos recursos (Angelis, 2011).

As autoridades tributárias são constituídas por um conjunto de funcionários com formação académica diferenciada, que abrange várias áreas do conhecimento e com experiências profissionais distintas. Em Portugal, a AT é uma organização rica em conhecimento e experiências e constitui uma importante fonte de conhecimento para outras organizações e profissionais da área fiscal.

O conjunto de competências e conhecimentos de cada um dos colaboradores da AT é importante para o conhecimento organizacional; é a partilha desse conhecimento individual que trará benefícios acrescidos à organização.

A transferência do conhecimento sucede de forma natural, mas, muitas vezes, de uma forma informal, consubstanciada, por exemplo, numa conversa de corredor ou numa pausa para café, na qual os colegas trocam experiências e partilham conhecimentos que podem conduzir à resolução de problemas.

A transferência de conhecimento informal é benéfica para a organização; no entanto, ela é local e fragmentada. Assim, é fundamental a utilização da gestão do conhecimento para o desenvolvimento de estratégias específicas para incentivar trocas espontâneas de conhecimento, conferindo-lhes alguma formalidade.

A transferência de conhecimento na AT é uma questão crítica, atendendo a que a organização se defronta com a aposentação regular de muitos trabalhadores e com a mobilidade interna, que põe à prova a capacidade das equipas que perdem esses trabalhadores, manterem o mesmo nível de desempenho.<sup>7</sup> A AT não é alheia a este problema e tem vindo a aplicar o modelo de gestão de conhecimento na organização,

---

<sup>7</sup> Convite para a conferência “*Transferência intergeracional de conhecimento*” promovida pela Direção de Serviços de Formação da Autoridade Tributária e Aduaneira, em 20 de outubro de 2018, Lisboa.

utilizando inúmeras práticas e ferramentas, entre as quais destacamos: a criação de portais colaborativos; a conceção de fóruns com recurso a plataformas digitais; a elaboração de manuais de índole fiscal; a partilha de estudos setoriais; a disseminação de ações de formação através de videoconferência; e a alteração do paradigma da formação, privilegiando sempre que possível o método ativo.

A investigação realizada por Gonçalves et al. (2012), sobre a aplicação da gestão do conhecimento na Administração Fiscal de Minas Gerais (Brasil), indicou a existência de um grande número de práticas e ferramentas relacionadas com a gestão do conhecimento. Todavia, a pesquisa também indicou que a maioria dos auditores fiscais, em exercício na instituição, não aplica com frequência tais práticas e ferramentas ou até mesmo as desconhece. Neste sentido, seria interessante verificar se, em Portugal, as ferramentas e práticas de gestão de conhecimento fiscal disponibilizadas pela AT aos inspetores tributários são do conhecimento dos mesmos e qual a sua frequência de utilização.

Concluimos que é importante que as organizações desenvolvam processos internos de gestão de conhecimento fiscal; contudo é fundamental perceber as interações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes no sistema fiscal.

#### **4.5. A partilha de conhecimento entre os intervenientes no sistema fiscal**

As autoridades tributárias, os contribuintes e os consultores fiscais desempenham um papel crucial na aplicação do conhecimento fiscal. Embora, obviamente, existam tensões, estas entidades dependem umas das outras para implementar, com sucesso, a nova legislação, e devem estar dispostos a partilhar conhecimento para este fim (Hasseldine et al. 2011).

Ainda de acordo com os mesmos autores, estes concluíram que as empresas e os consultores fiscais consideraram que a autoridade fiscal do Reino Unido é muito ativa no contato com os contribuintes, disponibilizando informação escrita, como manuais, *newsletters*, boletins fiscais e comunicados de imprensa. O HMRC valoriza o *feedback* dos contribuintes e consultores fiscais que com ele interagem, pela participação em órgãos consultivos, fóruns, seminários e o contacto direto para discussão e troca de ideias. Identificaram-se barreiras, na partilha de conhecimento, destacando-se o receio de

disponibilizar informação ou expressar uma opinião junto das autoridades fiscais, que possam desencadear uma inspeção ou uma liquidação de imposto.

No caso português, a AT nos últimos anos tem desenvolvido uma postura colaborativa com contribuintes e consultores fiscais, partilhando conhecimento, disponibilizando diversos canais de informação, com destaque para o Portal das Finanças, os folhetos informativos e os contactos personalizados através de mensagens de correio eletrónico, relembrando prazos de cumprimento de obrigações fiscais. Os canais de comunicação, foram também alargados, destacando-se o Centro de Atendimento Telefónico (CAT) e o e-Balcão.

A AT tem ainda cooperado com outras entidades, nomeadamente ordens profissionais, existindo uma partilha de conhecimento relevante para ambas as partes.

Apesar da postura colaborativa evidenciada, existem ainda algumas barreiras na partilha de conhecimento, nomeadamente a presença de um certo corporativismo na administração fiscal. A AT é constituída por um conjunto de funcionários que, tal como refere Santos (2013), “adquiriram um espírito de corpo e sedimentaram uma ideologia própria”. O autor refere que esta ideologia se caracteriza, entre outros fatores, pela existência de um certo secretismo, muitas vezes materializado no chamado “direito circulatório”, que se traduz na forma como a administração fiscal interpreta e aplica a lei, muitas vezes, vertida em circulares, que nem sempre são de domínio publico, e com reflexos negativos na partilha do conhecimento.

Rijt et al (2019) na sua investigação, concluíram que os consultores fiscais externos são contratados para fornecer conhecimentos de imposto e para implementar e aplicar esse conhecimento. Contudo, as empresas identificaram que a contratação destes profissionais pode ser cara e arriscada. A principal barreira à partilha do conhecimento com consultores fiscais externos é a informação disponibilizada ser usada, não apenas no benefício do contribuinte em questão, mas também em favor do próprio consultor fiscal, que utiliza essa informação, muitas vezes confidencial, com outros clientes.

No atual contexto económico, o conhecimento e a gestão fiscal contribuem para a melhoria da competitividade e rendibilidade das organizações e os consultores fiscais assumem um papel fundamental junto dos contribuintes, que importa analisar.

## **5. O papel do consultor fiscal**

A globalização, a complexidade legislativa e a transformação da generalidade dos sistemas fiscais em sistemas auto declarativos são fatores que contribuíram, um pouco por todo o mundo, para um incremento da complexidade dos sistemas fiscais.

Os sistemas autodeclarativos têm por base a autoliquidação dos contribuintes que assumem, assim, maiores responsabilidades no tratamento dos seus assuntos fiscais e no cumprimento das suas obrigações declarativas; no entanto, regra geral, os contribuintes não possuem os conhecimentos fiscais necessários ao desempenho do seu papel face à complexidade dos sistemas fiscais atuais.

Neste contexto, os consultores fiscais desempenham um papel imprescindível junto dos contribuintes, no sentido de os aconselharem, ou os substituírem, no cumprimento das suas obrigações tributárias, em sistemas onde impera, cada vez mais, legislação fiscal complexa e ambígua, para cuja interpretação e aplicação os contribuintes não estão preparados (Borrego et al., 2015).

Os consultores fiscais, no mercado do conhecimento, definido por Hasseldine et al. (2011), desempenham um papel de intermediários entre os contribuintes e as autoridades fiscais. Neste sentido, os contribuintes contratam consultores externos quando acham que não possuem conhecimento fiscal suficiente sobre a legislação emitida pelas autoridades fiscais.

Dâmaso & Martins (2016) destacam o papel fundamental do Contabilista Certificado (CC) no acompanhamento e aconselhamento das decisões contabilísticas e fiscais das empresas, realçando, ainda, que a opinião destes profissionais é importante para o sucesso de regimes especiais de tributação para as pequenas empresas.

Em face da complexidade dos sistemas fiscais, existe uma tendência para que os contribuintes recorram a especialistas e a consultores fiscais. Estes exercem, assim, um papel crucial nos sistemas fiscais, pois a sua capacidade para entender a legislação tributária fomenta a redução de erros involuntários exercendo um efeito positivo no cumprimento fiscal.

A complexidade fiscal pode, no entanto, influenciar o comportamento dos consultores, no sentido do incumprimento fiscal, aproveitando as ambiguidades da legislação a favor do seu cliente.

Hasseldine et al. (2009) concluíram que as empresas contratavam consultores fiscais externos, por variadas razões, sendo a principal a minimização da sua sujeição fiscal. A identificação de riscos e a segurança na aplicação da legislação fiscal foram, também, motivos valorizados na decisão de recorrer a profissionais fiscais.

Em Portugal, segundo Borrego (2014), os contabilistas revelaram grande motivação para o cumprimento das obrigações fiscais. Relativamente à agressividade tributária, a investigação apontou para níveis reduzidos, atendendo a que a maioria dos profissionais não recorrem às ambiguidades e lacunas existentes na legislação em benefício dos seus clientes. A autora concluiu, ainda, que a principal razão para os profissionais fiscais não aderirem a esquemas agressivos de gestão fiscal se relaciona com o receio de perder clientes.

A obrigatoriedade de contratação de CC, por sociedades e por empresários e profissionais enquadrados no regime de contabilidade, para os representarem junto da AT, confere singularidade ao caso português no contexto internacional. Em consequência desta imposição legal, e atendendo aos elevados níveis de complexidade legislativa e administrativa e às frequentes alterações da legislação fiscal portuguesa, os impostos em Portugal são cobrados, maioritariamente, através da intervenção dos consultores fiscais, designadamente os contabilistas.

Os consultores fiscais, em geral, têm elevado nível de conhecimento (McKerchar, 2005; Borrego 2014), com efeito positivo no cumprimento fiscal, atendendo à capacidade para entender a legislação tributária, que fomenta a redução de erros involuntários. Importa indagar a relação entre conhecimento fiscal e erro, designadamente o erro involuntário.

## **6. Conhecimento fiscal e erro involuntário**

A distinção contabilística entre erro e fraude, radica no grau de intencionalidade e nas consequências de um e de outro. O erro é resultante de um ato fortuito, de natureza não intencional, provocado por descuido ou desconhecimento; a fraude é um ato deliberado com o fim de obter benefícios ilícitos ou ilegais (Lopes C. & Martins, 2014).

A definição da OCDE (2010) de incumprimento fiscal inclui todos os esquemas intencionais ou não intencionais para reduzir ou evitar pagamentos fiscais. O incumprimento fiscal intencional inclui, por exemplo, a omissão de rendimentos, a

deturpação das despesas e a má classificação deliberada dos rendimentos. Situações não intencionais de incumprimento envolvem alguns erros e omissões, bem como a prática de outras operações não intencionais pelos contribuintes, ou por aqueles que os representam, sem qualquer intenção de reduzir ou evadir impostos.

A prática do erro ocorre por descuido ou porque, em dado momento, o contribuinte ou o seu representante não detinha o conhecimento necessário para realizar a obrigação fiscal de acordo com a legislação, seja por desconhecimento ou má interpretação da lei ou do modelo declarativo.

Na sua investigação, Borrego (2014) concluiu que mais de metade dos CC entrevistados incorreu em erros fiscais involuntários, pois devido à complexidade fiscal o seu nível de conhecimento revelou-se insuficiente para o correto cumprimento da obrigação tributária.

Na investigação realizada por Lopes e Santos (2013), relativa aos fatores associados a erros e atrasos nas declarações de contribuinte individuais, os dados obtidos indicam que o grau de complexidade do sistema fiscal português induz os contribuintes em erros e atrasos na entrega da declaração de rendimentos, e ao não cumprimento fiscal.

A falta de conhecimento fiscal que, na maioria das vezes, decorre da complexidade dos sistemas tributários, conduz a erros e incrementa o não cumprimento fiscal involuntário. Assim, nesta dissertação, iremos aferir da relação entre o conhecimento fiscal e as variáveis anteriormente apresentadas, nomeadamente os fatores sociodemográficos e socioprofissionais, a complexidade fiscal e as relações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes no sistema fiscal. Importa analisar a perceção dos consultores fiscais sobre a gestão do conhecimento fiscal em Portugal, sendo nossa convicção tratar-se de um tema relevante para o avanço da ciência e da prática tributária em Portugal.

## **CAPÍTULO 2 – GESTÃO DO CONHECIMENTO FISCAL: EVIDÊNCIA EMPÍRICA SOBRE A PERCEÇÃO DOS CONSULTORES FISCAIS EM PORTUGAL**

### **1. Nota introdutória**

O conhecimento é um ativo essencial em todas as áreas das organizações modernas, um fator diferenciador e uma das principais vantagens competitivas de uma entidade. A área fiscal não constitui exceção e os *“conhecimentos fiscais têm, na verdade, uma importância central relativamente às preferências e atitudes perante o sistema tributário”* (Lopes, 2008: 224).

O sistema fiscal português é complexo, impondo aos contribuintes, na maioria das vezes, o recurso a serviços de profissionais fiscais para o cumprimento das obrigações tributárias. Neste sentido, consideramos que os consultores fiscais constituem o grupo alvo adequado para analisar e discutir o processo de gestão do conhecimento fiscal. Pretendemos ainda aferir a relação entre o nível de conhecimento fiscal dos consultores fiscais e as variáveis identificadas no capítulo anterior, nomeadamente a idade, o grau académico, a área de exercício de atividade, a experiência profissional, a formação profissional, a complexidade fiscal e o relacionamento com a Autoridade Tributária.

Os estudos sobre a análise da gestão de conhecimento fiscal em Portugal, na perspetiva dos consultores fiscais, tanto quanto é do nosso conhecimento, são escassos pelo que esta investigação pretende contribuir para a melhoria do sistema fiscal, designadamente no que se refere ao cumprimento fiscal.

### **2. Metodologia**

#### **2.1. Objetivos da investigação**

O estudo que se apresenta tem como objetivo avaliar a perceção dos consultores fiscais sobre o processo de gestão do conhecimento fiscal em Portugal. Procuram-se identificar os fatores que influenciam o conhecimento fiscal e a forma como este é adquirido e partilhado, quer com a administração fiscal, quer no interior das próprias organizações.



Afere-se ainda se o conhecimento fiscal é um fator relevante para o cumprimento fiscal, nomeadamente para a diminuição dos erros involuntários. Analisa-se a relação entre a gestão fiscal e os custos de cumprimento e investiga-se o papel do consultor fiscal no sistema fiscal português.

## **2.2. Hipóteses de investigação**

De acordo com os objetivos que nos propusemos alcançar, as hipóteses de investigação são formuladas de seguida e encontram-se relacionadas com:

- i) os fatores que influenciam o nível de conhecimento;
- ii) o processo de aquisição do conhecimento fiscal;
- iii) a gestão fiscal na organização;
- iv) o cumprimento fiscal;
- v) os custos de cumprimento.

### **2.2.1. Hipóteses relacionadas com os fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal**

#### **Hipótese 1:**

Os fatores sociodemográficos e socioprofissionais identificados têm influência no nível de conhecimento fiscal.

#### **Hipótese 2:**

A complexidade do sistema fiscal e o relacionamento com a AT são fatores que têm influência no nível de conhecimento fiscal.

### **2.2.2. Hipóteses relacionadas com o processo de aquisição e partilha de conhecimento fiscal**

#### **Hipótese 3:**

A AT é a principal fonte de aquisição de conhecimento fiscal para os consultores fiscais.

#### **Hipótese 4:**

A AT é uma organização acessível na partilha de conhecimento fiscal com profissionais da área fiscal.

### **2.2.3. Hipóteses relacionadas com a gestão fiscal na organização**

#### **Hipótese 5:**

A gestão fiscal é uma área importante na organização.

#### **Hipótese 6:**

A principal motivação dos contribuintes para a contratação de consultores fiscais é minimizar a sua carga fiscal.

#### **Hipótese 7:**

A gestão fiscal é vista como o estudo e planeamento das opções fiscais.

### **2.2.4. Hipóteses relacionadas com a relação entre o conhecimento fiscal e o cumprimento**

#### **Hipótese 8:**

A complexidade dos modelos declarativos é a principal causa de erros de preenchimento das declarações fiscais.

#### **Hipótese 9:**

O conhecimento fiscal influencia a atitude de cumprir.

#### **Hipótese 10:**

O nível de conhecimento fiscal é um fator de diminuição de erros involuntários.

#### **Hipótese 11:**

A divergência na interpretação da legislação é o principal motivo das correções aritméticas ou técnicas efetuadas pela AT.

#### **Hipótese 12:**

As correções aritméticas ou técnicas efetuadas pela AT são frequentemente regularizadas voluntariamente.

### **2.2.5. Hipóteses relacionadas com o conhecimento fiscal e os custos de cumprimento**

#### **Hipótese 13:**

O conhecimento fiscal representa para os contribuintes um custo de cumprimento.

#### **Hipótese 14:**

Um maior nível de conhecimento fiscal proporciona aos contribuintes benefícios.

O quadro 1 sistematiza as hipóteses de investigação e relaciona as mesmas com o enquadramento teórico realizado no Capítulo 1 da presente dissertação.

**Quadro 1 - Síntese das hipóteses de investigação**

Hipóteses de investigação	Revisão da literatura
<b>Hipóteses relacionadas com os fatores que influenciam o nível de conhecimento fiscal</b>	
<b>Hipótese 1:</b> Os fatores sociodemográficos e socioprofissionais, identificados, têm influência no nível de conhecimento fiscal.  <b>Idade</b> <b>Grau académico</b>  <b>Experiência profissional</b> <b>Formação e atualização</b>	Palil (2010); Pereira (2014); Eriksen & Fallan (1996); Oladipupo & Obazee (2016) Saarah-Mensah (2020). Barrik (1998); Magro & Nutter (2012); Borrego (2014). Lopes (2009); Borrego (2014); Green (1994); McKerchar, (2005).
<b>Hipótese 2:</b> A complexidade do sistema fiscal e o relacionamento com a AT são fatores que têm influência no nível de conhecimento fiscal.  <b>Complexidade fiscal</b>  <b>Cooperação com a AT</b>	Long & Swingen (1987); OCDE (2008a); Kathryn Siu & Sawyer (2010); Borrego, Lopes & Ferreira (2016). Hasseldine et al. (2011); OCDE (2013); OCDE (2017); Vitalis (2019)
<b>Hipóteses relacionadas com o processo de aquisição e partilha de conhecimento fiscal</b>	
<b>Hipótese 3:</b> A AT é a principal fonte de aquisição de conhecimento fiscal para os consultores fiscais.	Hasseldine et al. (2009,2011).
<b>Hipótese 4:</b> A AT é uma organização acessível na partilha de conhecimento fiscal com profissionais da área fiscal.	Hasseldine et al. (2011). Santos (2013); Borrego (2014).
<b>Hipóteses relacionadas com a gestão fiscal na organização</b>	
<b>Hipótese 5:</b> A gestão fiscal é uma área importante na organização.	Silva & Neves (2008); Hasseldine et al. (2009); Caldeira, Borrego & Amorim (2016).
<b>Hipótese 6:</b> A principal motivação dos contribuintes para a contratação de consultores fiscais é minimizar a sua carga fiscal.	Hasseldine et al. (2011).
<b>Hipótese 7:</b> A gestão fiscal é vista como o estudo e planeamento das opções fiscais.	Borrego (2014).
<b>Hipóteses relacionadas com a relação entre o conhecimento fiscal e o cumprimento</b>	
<b>Hipótese 8:</b> A complexidade dos modelos declarativos é a principal causa de erros de preenchimento das declarações fiscais.	OCDE (2008a) Borrego, Lopes & Ferreira (2016).
<b>Hipótese 9:</b> O conhecimento fiscal influencia a atitude de cumprir.	Muller (1963); Song & Yarborough (1978); McKerchar (1995); Eriksen & Fallan (1996); Saad (2013), Lopes e Santos (2013); Pinto et al. (2014).
<b>Hipótese 10:</b> O nível de conhecimento fiscal é um fator de diminuição de erros involuntários.	OCDE (2010); Lopes e Santos (2013); Borrego (2014).
<b>Hipótese 11:</b> A divergência na interpretação da legislação é o principal motivo das correções aritméticas ou técnicas efetuadas pela AT.	Borrego (2014).
<b>Hipótese 12:</b> As correções aritméticas ou técnicas efetuadas pela AT são frequentemente regularizadas voluntariamente.	Rel. das atividades desenvolvidas em 2018 de combate à Fraude e evasão fiscais e aduaneiras, (SEAF,2019).
<b>Hipóteses relacionadas com o conhecimento fiscal e os custos de cumprimento</b>	
<b>Hipótese 13:</b> O conhecimento fiscal representa para os contribuintes um custo de cumprimento.	Lopes (2008)
<b>Hipótese 14:</b> Um maior nível de conhecimento fiscal proporciona aos contribuintes benefícios	Lopes (2008)

### **2.3. Técnica de recolha de dados**

O estudo que se apresenta tem como objetivo analisar a perceção dos consultores fiscais sobre o processo de gestão de conhecimento fiscal e a técnica escolhida para a recolha de informação foi o inquérito por aplicação de questionário.

Esta escolha considerou a relação eficácia-custo, pois a utilização de questionário é um método expedito e económico que permite medir atitudes e um amplo conjunto de informações que possibilitam investigar a perceção dos participantes sobre a gestão do conhecimento fiscal. A distribuição eletrónica e a construção do questionário, maioritariamente com itens de resposta fechada, facilitou a análise e interpretação posterior da informação recolhida.

Estamos conscientes de que esta técnica de recolha comporta, no entanto, alguns inconvenientes. O mais significativo é o baixo nível de taxa de resposta, ou a resposta socialmente percecionada como desejável, ou seja, as respostas serem dadas de acordo com a atitude/comportamento expectáveis e não com o efetivamente praticado.

O questionário esteve aberto entre os dias 23 de julho e 30 de setembro de 2018, através da plataforma de inquéritos *LimeSurvey*. Para a divulgação do questionário foi solicitada a colaboração de várias ordens profissionais (contabilistas, advogados, revisores oficiais de contas e solicitadores) sendo a divulgação da hiperligação efetuada pela autora para os contactos de correio eletrónico existentes nos sítios de Internet dessas ordens (de consulta pública). Foram, também, enviadas mensagens de correio eletrónico para gabinetes de contabilidade e contabilistas, com contactos registados em <https://www.gescontact.pt/> e em <http://www.pai.pt/>. A hiperligação foi ainda divulgada pelos contactos da autora, nomeadamente através de redes sociais/profissionais.

### **2.4. Apresentação do questionário**

A construção do questionário que agora se apresenta (apêndice 1) passou por várias etapas. Após a definição clara dos objetivos e a formulação das hipóteses de investigação, construímos a primeira versão do questionário, analisando cada uma das questões do ponto de vista técnico tendo em conta as possíveis respostas e a população alvo. Nesta fase, três versões do questionário foram revistas, originando uma quarta versão que serviu de teste e foi disponibilizada a cinco consultores fiscais em atividade (três contabilistas,

um auditor e um advogado). A versão final resultou do acolhimento de sugestões efetuadas e da informação transmitida, nomeadamente quanto ao tempo de preenchimento e à perceção das respostas a cada item.

No questionário, foi formulado um conjunto de vinte e seis questões divididas em cinco secções distintas, conforme a síntese seguinte:

**Quadro 2 - Síntese do questionário apresentado**

Questionário					
26 questões divididas em 5 secções:					
Secções	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Número de questões	8 (questão 1-8)	4 (questão 9-12)	5 (questão 13-17)	8 (questão 18-25)	1 (questão 26)
Âmbito	Sociodemográfico; Exercício atividade	Processo de aquisição do conhecimento fiscal	Gestão fiscal na organização	Conhecimento fiscal e erro	Conhecimento e custos de cumprimento
Objetivo	Caraterização da amostra (género, idade, região, formação académica, área de exercício da atividade e nível de conhecimento fiscal)	Identificar as fontes de aquisição de conhecimento fiscal; Identificar os fatores com impacto no conhecimento fiscal	Avaliar o processo de gestão e partilha de conhecimento; O papel do consultor fiscal;	Avaliar a relação entre o nível de conhecimento fiscal e o erro involuntário;	Investigar se o conhecimento fiscal representa um custo e/ou benefício; A relação conhecimento fiscal e contencioso tributário

A primeira secção apresenta oito questões de cariz sociodemográfico e do exercício da atividade, com o objetivo de caracterizar os indivíduos em termos de género, idade, região, formação académica, área de exercício da atividade e nível de conhecimento fiscal.

O processo de aquisição do conhecimento fiscal constitui a segunda secção, com quatro questões. Pretende aferir as fontes utilizadas para adquirir e atualizar conhecimentos fiscais (questões 9 a 11) e averiguar os fatores com impacto no conhecimento fiscal, na perspetiva dos consultores fiscais (questão 12).

A terceira secção, gestão fiscal na organização, pretende avaliar o processo de partilha de conhecimento no interior da organização, entre os consultores fiscais e seus clientes, bem como os fatores que estão na base da contratação dos profissionais da área fiscal.

Constitui, também, objetivo desta secção perceber se a gestão fiscal é vista como uma forma de otimizar as opções fiscais previstas na lei ou se, pelo contrário, se expressa num planeamento fiscal agressivo. Esta parte é constituída por cinco questões (13 a 17).

A quarta secção, conhecimento fiscal e erro, é constituída por oito questões (18 a 25) e pretende confrontar em que medida o nível de conhecimento da legislação fiscal e dos modelos declarativos está relacionado com o erro involuntário. Constitui ainda objetivo desta secção relacionar a causa dos erros com a regularização voluntária da situação tributária.

Por último, a quinta secção, conhecimento fiscal e o cumprimento fiscal, é constituída por uma única questão que tem por objetivo investigar se um nível de conhecimento fiscal elevado representa, para as empresas, um custo e/ou um benefício de cumprimento. Pretende ainda estudar a relação entre conhecimento fiscal e contencioso tributário.

## **2.5. População e amostra**

A população deste estudo abrange os consultores fiscais em atividade em Portugal. O questionário foi disponibilizado aos membros de várias ordens profissionais, designadamente a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), Ordem dos Advogados e Ordem dos Solicitadores.

Foram obtidas 205 respostas válidas e a abrangência geográfica e área profissional das respostas permite-nos considerar esta amostra como representativa de todo o universo dos consultores fiscais do país.

## **3. Apresentação e discussão dos resultados**

Os dados recolhidos foram tratados e analisados com o recurso ao software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS - Versão 24).

### **3.1. Caracterização sociodemográfica da amostra**

A perceção dos consultores fiscais sobre o processo de gestão do conhecimento fiscal pode ser influenciada pelo perfil social do consultor fiscal. Assim revela-se importante

caracterizar os inquiridos em termos de idade, género e região de exercício de atividade. Estas características são também importantes para aferir a representatividade da amostra.

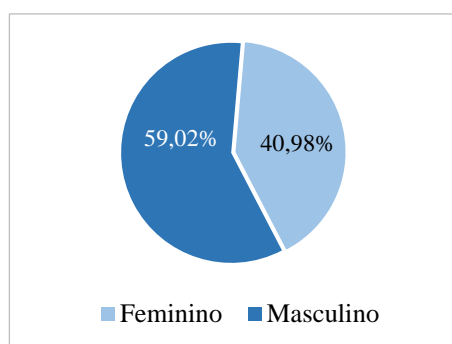
**Tabela 1- Características sociodemográficas da amostra**

Características	Desagregação	Amostra	
		Nº	%
<b>Idade</b> Média: 47,3 Moda 41 Mediana 45	Até 35 anos	30	14,63
	Entre 36 e 50 anos	111	54,15
	Entre 51 e 65 anos	43	20,98
	Mais de 65 anos	21	10,24
<b>Género</b>	Feminino	84	40,98
	Masculino	121	59,02
<b>Região de atividade</b>	Norte	72	35,12
	Centro	91	44,39
	Sul	40	19,51
	Ilhas	2	0,98

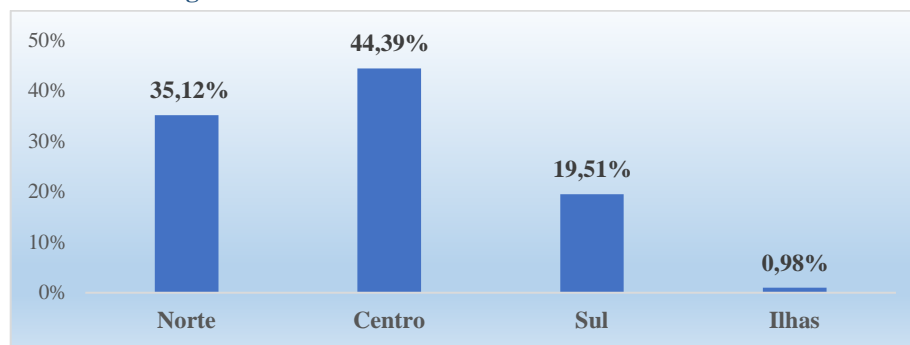
Relativamente à variável idade, mais de metade dos inquiridos situa-se na classe etária entre os 36 e 50 anos (54,15%). Verificamos que 75,13% da amostra é constituída por indivíduos entre os 36 e 65 anos de idade. A idade média dos indivíduos que constituem a amostra é de 47,3 anos, que no nosso entender, permite uma perceção esclarecida sobre o sistema fiscal português.

Consideramos que existe consistência na amostra relativamente ao género e à região do exercício da atividade.<sup>8</sup>

**Gráfico 1- Distribuição dos consultores fiscais inquiridos, por género**



<sup>8</sup> Exceção feita às Regiões Autónomas, dado que apenas obtivemos duas respostas ao questionário.

**Gráfico 2 - Região de exercício da atividade dos consultores fiscais da amostra**

### 3.2. Caracterização técnico-profissional da amostra

Esta investigação afere a perceção sobre a gestão do conhecimento fiscal dos consultores fiscais, que podem apresentar perspetivas diferentes atendendo à formação académica e atividade que exercem na área fiscal.

O nível de ensino, a experiência profissional, a área de formação e de desenvolvimento de atividade profissional são fatores que podem influenciar o nível de conhecimento fiscal e a forma como é percecionada a gestão fiscal, pelo que a caracterização da amostra, de acordo com as características socioprofissionais, é fundamental para o desenvolvimento desta investigação.

**Tabela 2 - Características socioprofissionais da amostra**

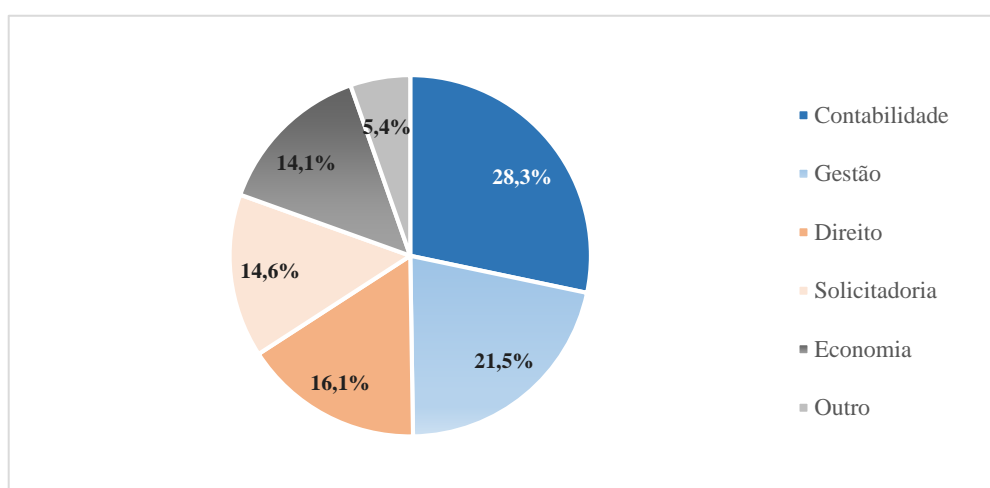
Características	Desagregação	Amostra	
		Nº	%
<b>Grau académico</b>	Até ao 12º ano	7	3,4
	Bacharelato	8	3,9
	Licenciatura	140	68,3
	Mestrado	43	21,0
	Doutoramento	7	3,4
<b>Área de conhecimento</b>	Contabilidade	58	28,3
	Gestão	44	21,5
	Direito	33	16,1
	Solicitadoria	30	14,6
	Economia	29	14,1
	Outro	11	5,4
<b>Área de exercício de atividade</b>	Contabilista	63	30,73
	Auditor/ ROC	56	27,32
	Solicitador	33	16,10
	Advogado/Jurista	27	13,17
	Economista/Gestor	19	9,27
	Outro	7	3,41
<b>Experiência profissional</b>	Até 5 anos	22	10,73
	Entre 6 e 10 anos	25	12,20
	Entre 11 e 20 anos	65	31,71
	Mais de 20 anos	93	45,37



No que se refere ao grau académico, e estando em consonância com o resultado expectável, 96,6% dos inquiridos tem formação superior, sendo que 65,9% são licenciados.

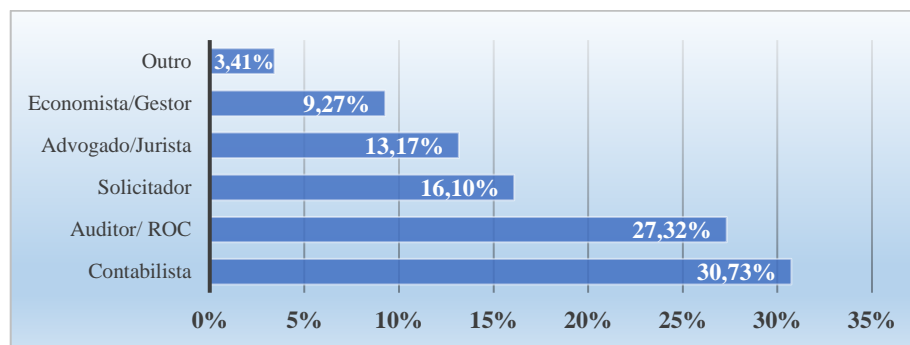
As áreas de formação inicial indicadas no questionário (economia, contabilidade, direito, gestão e solicitadoria) abrangeram a grande maioria dos inquiridos; contudo, registamos onze respostas fora das áreas elencadas mas de áreas afins às identificadas no gráfico 3, a saber: auditoria (cinco), fiscalidade (um), contabilidade e administração (um), finanças e estatística (um), comunicação (um), ensino secundário (um) e um inquirido que detém licenciaturas em três das áreas indicadas (economia, contabilidade e solicitadoria).

Gráfico 3 - Área do conhecimento

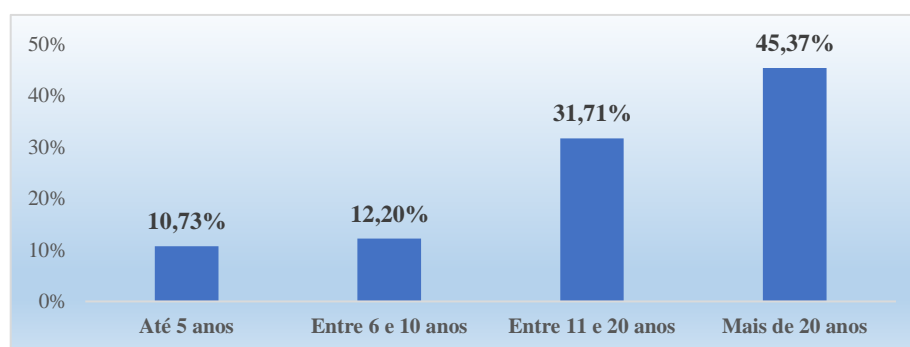


No que respeita à área na qual é exercida a atividade de consultor fiscal, a contabilidade é a área de atuação de cerca de 31% dos inquiridos, seguindo-se a auditoria e a revisão de contas (27%). Os restantes inquiridos exercem a atividade de âmbito fiscal como solicitadores (16%), advogados (13%), economistas e gestores (9%).

A distribuição por áreas de conhecimento e de exercício da atividade permite-nos afirmar que a amostra é representativa do universo de consultores fiscais (gráfico 4).

**Gráfico 4 - Área de exercício da atividade de consultor fiscal**

A literatura internacional aponta que o conhecimento, para além do nível educacional (saber-saber) está associado à experiência profissional (saber-fazer). Assim, num estudo de percepção da gestão do conhecimento fiscal importa caracterizar a amostra em termos de anos de exercício da atividade. Em função da idade média dos inquiridos e atendendo a que a maioria inicia a sua carreira profissional logo que termina os estudos universitários, seria expectável que os inquiridos detivessem já alguns anos de exercício da atividade. Esta expectativa foi confirmada pela leitura dos dados sobre a experiência profissional. Assim, mais de metade (77%) dos inquiridos já exerce a profissão há mais de dez anos, constatando-se que 45% já exerce há mais de vinte anos.

**Gráfico 5 - Experiência profissional dos inquiridos**

A maioria das organizações apoia-se em opiniões de consultores fiscais (internos ou externos) na escolha da melhor solução fiscal. O nível de conhecimento fiscal dos consultores é fundamental para uma eficiente gestão fiscal. Nesta investigação procuramos aferir o nível de conhecimentos dos consultores fiscais, do sistema fiscal em

geral e também nos vários impostos em particular. A escala de nível de conhecimento varia entre 1 (muito baixo) e 5 (muito elevado).

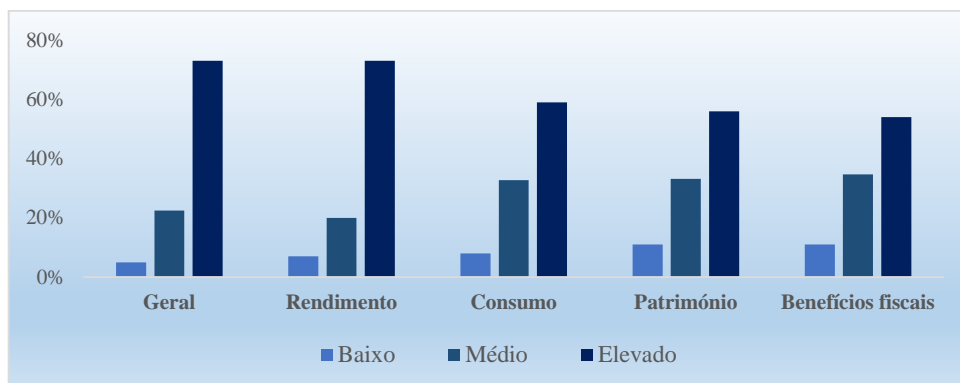
Dado que os inquiridos exercem profissões no âmbito fiscal e atendendo ao perfil dos mesmos, que já caracterizámos anteriormente, nomeadamente a idade, nível de escolaridade, área do conhecimento e o número de anos de experiência profissional, é esperado que o nível de conhecimento fiscal seja elevado. Os resultados obtidos constam da tabela seguinte.

**Tabela 3 - Nível de conhecimento fiscal**

Imposto	Nível de conhecimento	Amostra	
		Nº	%
Geral	1	4	2
	2	6	3
	3	46	22
	<b>4</b>	<b>121</b>	<b>59</b>
	5	28	14
Rendimento	1	4	2
	2	11	5
	3	41	20
	<b>4</b>	<b>108</b>	<b>53</b>
	5	41	20
Consumo	1	6	3
	2	11	5
	3	67	33
	<b>4</b>	<b>93</b>	<b>45</b>
	5	28	14
Património	1	4	2
	2	18	9
	3	68	33
	<b>4</b>	<b>87</b>	<b>42</b>
	5	28	14
Benefícios fiscais	1	5	2
	2	19	9
	3	71	35
	<b>4</b>	<b>80</b>	<b>39</b>
	5	30	15

Considerando que o nível de conhecimento fiscal baixo corresponde às opções 1 e 2, o médio à opção 3 e o elevado às opções 4 e 5, constatamos que a maioria dos inquiridos afirma ter um nível elevado de conhecimentos do sistema fiscal, em geral, e dos vários impostos, em particular, o que confirma a nossa hipótese.

Gráfico 6 - Nível de conhecimento



A percentagem de inquiridos que afirma ter um conhecimento fiscal elevado diminuiu ligeiramente, apesar de manter o nível elevado em mais de 50% da amostra, relativamente ao conhecimento de impostos sobre o património e benefícios fiscais.

Importa destacar que os benefícios fiscais configuram isenções, reduções de taxas, deduções à matéria coletável e à coleta, amortizações e reintegrações aceleradas e outras medidas fiscais de carácter excecional que se destinam à prossecução de interesses públicos extrafiscais relevantes (n.º 2 do artigo 2.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – EBF). Assim, do ponto de vista económico, os benefícios fiscais resultam numa menor tributação pelo que o conhecimento nesta área, por vezes descurada pelos consultores fiscais, assume particular importância na gestão fiscal das organizações.

### 3.3. O processo de aquisição de conhecimento fiscal

A globalização dos mercados, a mobilidade de pessoas e capitais, a complexidade crescente das relações empresariais e os mecanismos progressivamente mais sofisticados de fuga aos impostos são fatores que contribuem para o aumento da complexidade dos sistemas fiscais um pouco por todo o mundo (Borrego, Lopes & Ferreira, 2013).

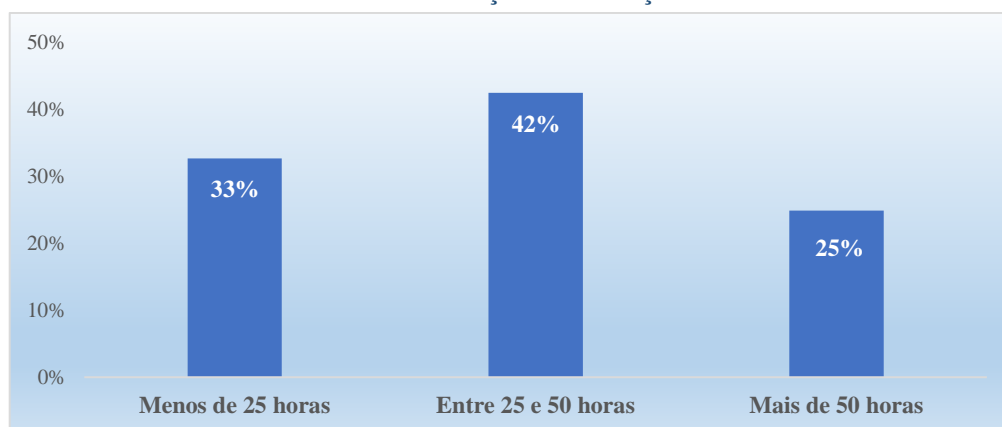
A extrema complexidade dos sistemas fiscais reforçou o papel dos consultores fiscais, como intermediários, na relação Estado/contribuinte. Num período de constantes mutações, para enfrentar a complexidade técnica e a velocidade das alterações legislativas, é fundamental que os profissionais da área fiscal adquiram qualificações e competências que lhes permitam o exercício da profissão contribuindo para o crescimento das organizações com as quais colaboram.

Assim, para além das qualificações resultantes da formação académica e das competências adquiridas com a experiência, é crucial o desenvolvimento profissional contínuo, pelo que nesta investigação procuramos compreender o processo de aquisição, atualização e partilha de conhecimento por parte dos consultores fiscais.

A maioria dos consultores fiscais em atividade em Portugal são membros de ordens profissionais, que preveem, nos seus estatutos, a frequência obrigatória de ações de formação que se traduzem na obtenção de um número mínimo de créditos em formação creditada. Assim, tomando por referência duas dessas ordens, verificamos que a OCC e a OROC exigem aos seus membros uma média de 25 e 40 horas anuais, respetivamente.

A maioria dos inquiridos (67%) afirma despende, anualmente, mais de 25 horas na sua formação e atualização fiscal e 25% declara que, anualmente, consome mais de 50 horas no processo de aquisição e atualização fiscal. Se considerarmos a obrigatoriedade de horas de formação impostas pelas ordens profissionais, 33% dos inquiridos refere despende, em média, menos de 25 horas para formação e atualização fiscal, o que consideramos ser uma percentagem bastante elevada.

**Gráfico 7 - Formação e atualização fiscal**



Esta “insuficiência” de horas de formação de um número elevado de inquiridos pode ser explicada pelo facto de, nesta questão, nos referirmos à formação e atualização fiscal, sendo que a maioria destes profissionais não exerce a sua atividade exclusivamente na área fiscal. Assim, consideramos que previsivelmente tenham frequentado ações de formação noutras áreas como sejam a contabilidade, a auditoria e outros ramos de direito,

que não direito fiscal, completando, assim, a totalidade de créditos formativos exigidos pelas suas ordens profissionais.

Os dados obtidos sugerem que a formação contínua é uma fonte de obtenção e atualização do conhecimento fiscal valorizada pelos profissionais, na qual investem tempo e recursos.

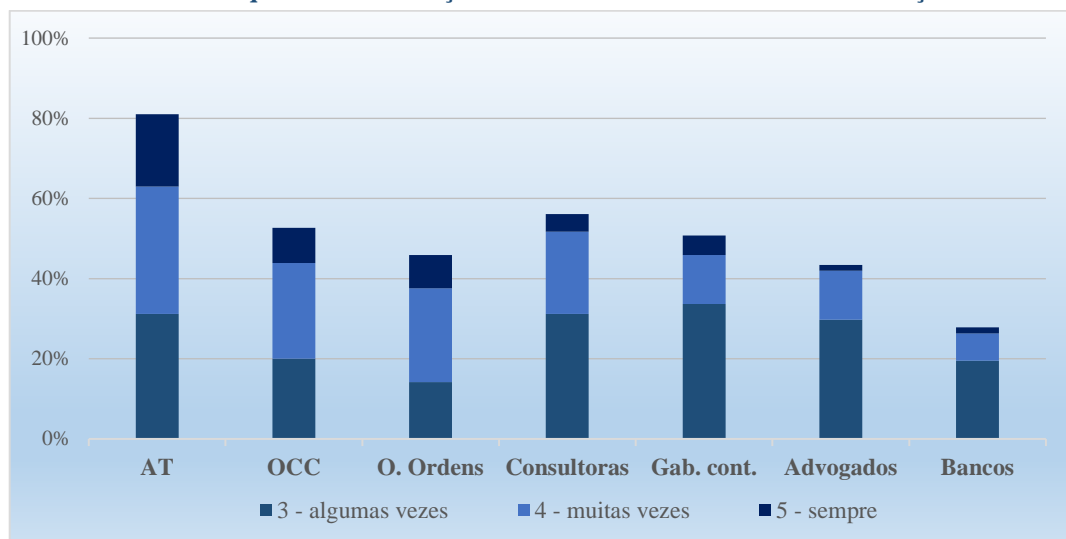
No processo formativo, os profissionais da área fiscal recorrem a várias fontes e entidades, como sejam a AT, OCC, outras ordens profissionais (OROC, Ordem dos Advogados, dos Solicitadores, dos Economistas, *websites*, *newsletters* e bancos e consultoras, boletins fiscais emitidos por empresas de contabilidade e escritórios de advogados, entre outros. Assim, perceber com que frequência os consultores fiscais recorrem a cada uma dessas entidades é importante para compreender o papel que cada entidade tem no processo de aquisição de conhecimento fiscal.

A tabela 4 condensa as respostas dos inquiridos sobre a frequência com que recorre a cada uma das fontes no âmbito da aquisição e esclarecimento de dúvidas fiscais. Os níveis apresentados variam entre 1 e 5 (1-nunca; 2-raramente; 3-algumas vezes; 4-muitas vezes; 5-sempre).

**Tabela 4 - Fontes de aquisição e atualização de conhecimentos fiscais**

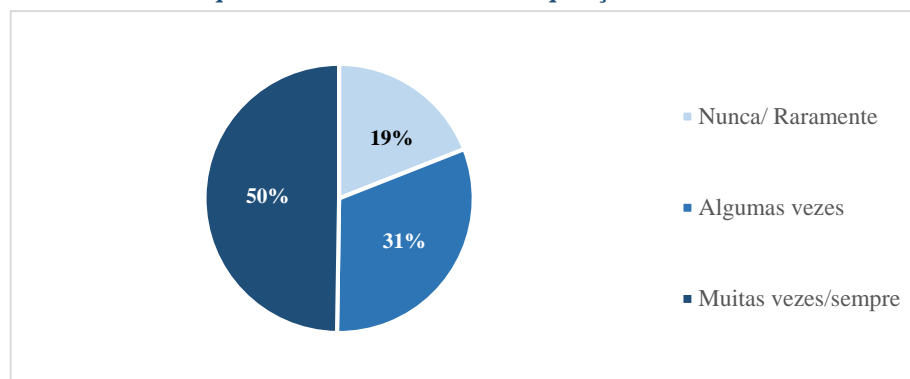
Frequência	AT	OCC	Outras ordens	Consultoras	Contabilidade	Advocacia	Bancos
1	6%	25%	31%	19%	18%	25%	38%
2	13%	22%	23%	25%	32%	32%	34%
3	31%	20%	14%	31%	34%	30%	20%
4	32%	24%	23%	20%	12%	12%	7%
5	18%	9%	8%	4%	5%	1%	1%

Na nossa análise consideramos que o consultor fiscal recorre a uma entidade para adquirir conhecimento e obter esclarecimento de dúvidas, quando a resposta a esta questão do inquérito se situa nos níveis de frequência 3 a 5. O gráfico 8 reflete as respostas dos inquiridos nesses níveis de frequência.

**Gráfico 8 - Frequência de utilização das fontes de conhecimento e atualização fiscal**

A AT é a entidade a que um maior número de consultores fiscais recorre para adquirir conhecimento e obter esclarecimento de dúvidas. No processo de aquisição e esclarecimentos fiscais, os inquiridos recorrem ainda às ordens profissionais e, com menos frequência, à consulta de *websites* e *newsletters* de algumas entidades privadas, como sejam consultoras, empresas de contabilidade, sociedades de advogados e bancos.

Os dados obtidos sugerem que a AT é uma fonte importante de conhecimento fiscal e a grande maioria (81%) dos consultores recorre aos serviços disponibilizados por esta entidade, para adquirir e atualizar os seus conhecimentos, como se pode comprovar pela análise do gráfico 9. Este resultado é consistente com o obtido por Hasseldine et al (2009), que concluíram que 91,3% dos consultores fiscais do Reino Unido utilizam o site e as *newsletters* do HMRC, como fonte de informação fiscal.

**Gráfico 9 - Frequência de recurso à AT na aquisição de conhecimento fiscal**

Em consonância com o verificado para a totalidade da amostra, a observação dos dados sugere que, independentemente da área de atividade fiscal onde atuam, a grande maioria dos consultores fiscais acede aos serviços disponibilizados pela AT, considerando que as respostas iguais ou superiores ao nível 3 (algumas vezes) são indicativas de utilização da AT como fonte de conhecimento. Os solicitadores e contabilistas são os grupos de profissionais que recorrem mais frequentemente a esta fonte de conhecimento (88% e 87%), verificando-se que o grupo constituído por auditores e ROC é o que menos vezes recorre à AT, apesar de a sua frequência não deixar de ser elevada (73%).

**Tabela 5 - Frequência de recurso à AT na aquisição de conhecimento fiscal por atividade profissional**

		Solicitador	Contabilista	Advogado	Economista/ Gestor	Auditor/ ROC	Outro
<b>Nunca/ Raramente</b>	Nº	4	8	5	5	15	2
	%	12	13	19	26	27	29
<b>Algumas/muitas vezes e sempre</b>	Nº	29	55	22	14	41	5
	%	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>74</b>	<b>73</b>	<b>71</b>
<b>Total</b>	Nº	33	63	27	19	56	7

A AT deve prosseguir o objetivo de manter os contribuintes informados e com um nível de conhecimento que permita o cumprimento das obrigações fiscais, já que é a entidade a que os contribuintes, em geral, e os consultores fiscais, em especial, mais recorrem no intuito de atualizar e esclarecer as suas dúvidas em matéria fiscal. Por outro lado, a maioria dos estudos referidos no capítulo anterior, apontam no sentido de que o conhecimento fiscal aumenta os níveis de cumprimento, traduzindo uma administração fiscal mais eficiente pois aumenta a receita fiscal e diminui o investimento na cobrança coerciva.

A administração fiscal em Portugal coloca à disposição uma série de canais de informação a que os contribuintes podem recorrer para o esclarecimento de dúvidas sobre legislação fiscal. O principal canal de informação da AT é o Portal das Finanças que, embora seja uma fonte de conhecimento fiscal, não representa um canal de atendimento, já que os contribuintes esclarecem as suas dúvidas de forma autónoma.

A AT disponibiliza aos contribuintes outros serviços, com interação entre as partes, nomeadamente, o Centro de Atendimento Telefónico (CAT), o e-Balcão (e\_Balcão), o



Atendimento Presencial com Marcação (APM), o Atendimento Presencial sem Marcação nos Serviços Locais de Finanças e Lojas do cidadão (APSM-SL/LC), o Atendimento Presencial sem Marcação nas Direções de Finanças (APSM-DF) e o Pedido de Informação Vinculativa (PIV).

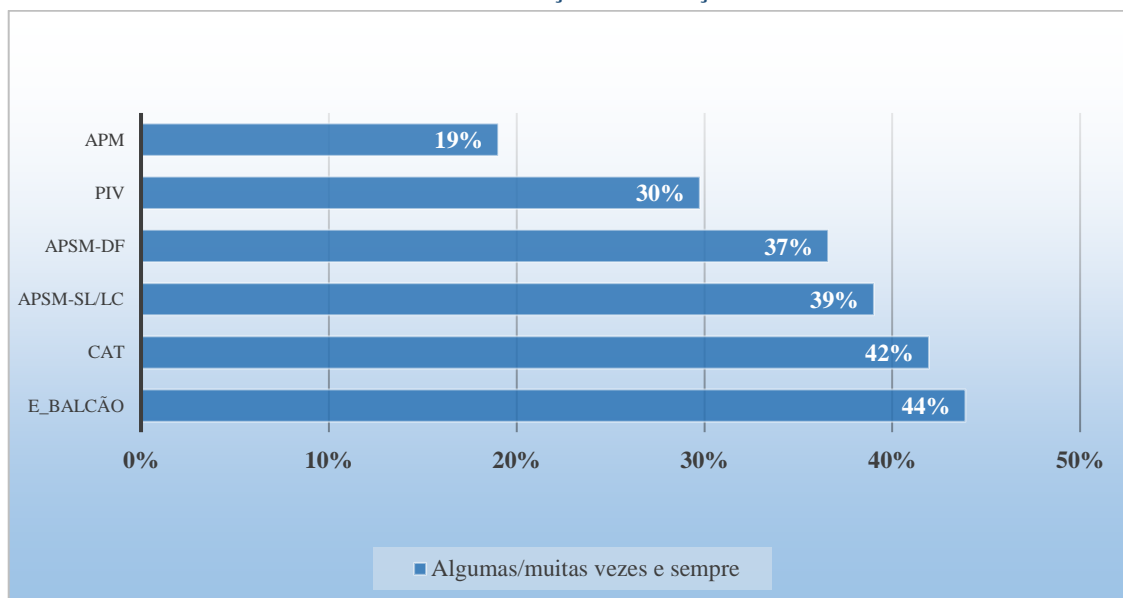
O CAT é uma linha de atendimento telefónico (217206707) pela qual os contribuintes obtêm esclarecimentos, apoio e acompanhamento, em questões de natureza tributária e aduaneira e, também, ajuda relacionada com os serviços on-line, disponibilizados no Portal das Finanças.

O e-Balcão é um balcão eletrónico de atendimento cujo acesso é efetuado a partir do Portal das Finanças, através do qual é possível colocar questões relativamente a todos os serviços da AT.

O Atendimento Presencial disponibiliza duas modalidades: atendimento com e sem marcação. O Atendimento Presencial com Marcação está disponível mediante o agendamento, pelo Portal das Finanças ou Centro de Atendimento Telefónico, para um dia e hora, previamente definidos. O Atendimento Presencial, sem Marcação, está disponível em todos os serviços fiscais com atendimento ao público (Serviços de Finanças, Lojas do Cidadão e Direções de Finanças).

O PIV é um procedimento ao dispor do contribuinte mediante o qual a administração tributária se pronuncia sobre o enquadramento jurídico-tributário de uma situação apresentada pelo contribuinte. As informações vinculativas podem ainda ser requeridas por advogados, solicitadores, revisores de contas, contabilistas certificados ou por quaisquer entidades habilitadas para o exercício da consultadoria fiscal, sobre a situação tributária dos seus clientes.

Na nossa investigação é importante perceber, dos canais disponibilizados pela AT, quais os utilizados com maior frequência pelos consultores fiscais. Na questão 11 do inquérito, solicita-se que indiquem a frequência de utilização de cada um desses canais, utilizando a escala de frequência: 1-nunca; 2-raramente; 3-algumas vezes; 4-muitas vezes; 5-sempre. Para analisar os dados obtidos, condensados no gráfico 15, considerámos que os profissionais utilizam o canal de informação se o nível de frequência indicado for superior ou igual ao nível 3 da escala.

**Gráfico 10 - Utilização dos serviços da AT**

Os meios não presenciais de informação disponibilizados pela AT são uma realidade em crescimento, acompanhando a evolução tecnológica verificada noutras áreas. O serviço de atendimento eletrónico disponibilizado pela AT (e-balcão) é o canal mais utilizado pelos consultores fiscais, seguido de muito perto pelo CAT.

Os dados sugerem que os consultores fiscais recorrem com frequência ao atendimento presencial sem marcação em serviços locais de finanças e Lojas de Cidadão (39%) e também nas Direções de Finanças (37%). Em contraponto, um dos canais menos utilizados é o atendimento presencial com marcação, ao qual apenas 19% dos consultores fiscais recorre para o esclarecimento de dúvidas na interpretação da legislação fiscal.

O atendimento presencial com marcação poderia ser um dos canais a privilegiar por parte dos consultores fiscais, pois o tempo de espera é reduzido e a informação prestada reveste-se de melhor qualidade, já que a AT conhece previamente a matéria sob a qual se vai pronunciar. A menor utilização deste recurso poderá ser explicada pelo desconhecimento deste canal de comunicação. Neste sentido, e porque o conhecimento prévio das questões a informar permite à AT disponibilizar um serviço de atendimento de qualidade, aumentando assim o grau de satisfação dos utilizadores, deve constituir objetivo da AT divulgar o serviço de atendimento presencial por marcação junto dos consultores fiscais, já que as questões por eles colocadas, normalmente, revelam um maior nível de complexidade.

O PIV é um dos canais menos utilizados pelos consultores fiscais, ainda assim, 30% dos consultores fiscais afirmaram já ter recorrido a este serviço. Este recurso permite obter informações com maior garantia de segurança, uma vez que explicitado o entendimento sobre o enquadramento jurídico-tributário da situação apresentada pelo contribuinte, a AT fica vinculada aos fundamentos e argumentos aduzidos sobre aquela concreta situação, não podendo proceder em sentido distinto da informação transmitida ao contribuinte; contudo, a morosidade da resposta por parte da AT reduz a atratividade da sua utilização por parte dos consultores fiscais.

No processo de aquisição e atualização do conhecimento fiscal, concluímos que a maioria dos consultores incluídos no nosso estudo investe na sua formação profissional o tempo recomendado pelas ordens profissionais, constatando-se até, que uma percentagem significativa dedica mais horas à formação do que as indicadas por essas organizações. Concluímos, também, que a AT é uma fonte importante de conhecimento, à qual os consultores fiscais inquiridos recorrem com frequência, utilizando, preferencialmente, os canais digitais para obter informação.

### **3.4. Fatores com impacto no nível de conhecimento fiscal**

O conhecimento tributário dos consultores fiscais resulta da combinação de um conjunto de variáveis, como sejam o nível de ensino, área de formação académica inicial, formação/atualização fiscal e a experiência profissional.

No nosso estudo, pretendemos investigar se as características sociodemográficas e socioprofissionais influenciam o nível de conhecimento fiscal geral. Aplicámos o teste de Kruskal-Wallis para comparar a distribuição das respostas dos consultores em relação ao nível de conhecimentos fiscais, considerando a idade, o grau académico, a área de exercício de atividade, a experiência profissional e a formação profissional. Os resultados constam na tabela 6.

**Tabela 6 - Características sociodemográficas e socioprofissionais e o conhecimento fiscal**

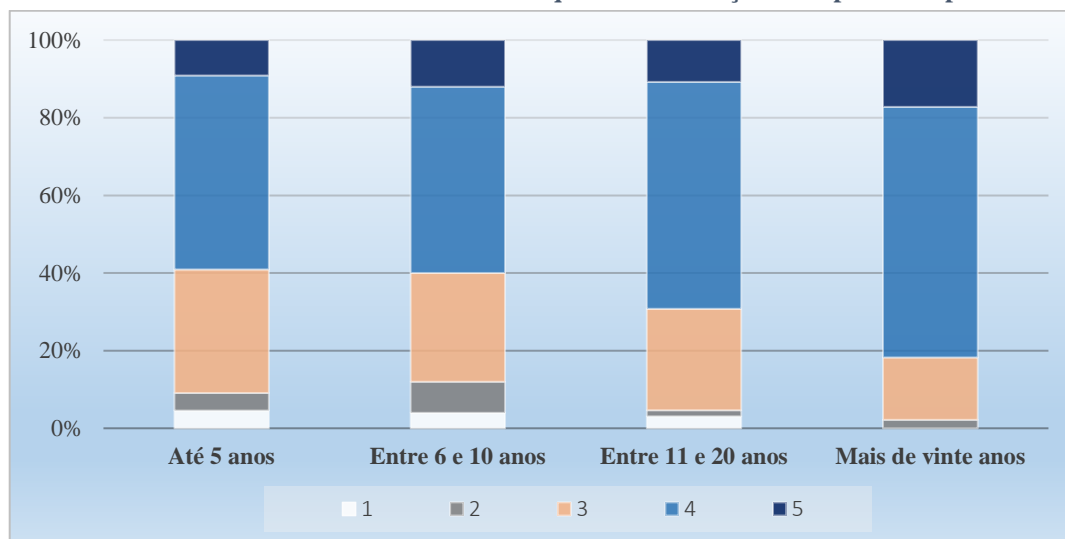
Características	Agregação	Média das ordens	Teste Kruskal-Wallis	
			Kruskal-Wallis H	Valor-p
<b>Idade</b>	Até 35 anos	86,67	4,164	0,244
	Entre 36 e 50 anos	103,24		
	Entre 51 e 65 anos	109,51		
	Mais de 65 anos	111,74		
<b>Grau académico</b>	Até ao 12º ano	88,14	1,115	0,892
	Bacharelato	105,44		
	Licenciatura	101,88		
	Mestrado	108,48		
	Doutoramento	103,79		
<b>Área de exercício de atividade</b>	Solicitador	84,55	4,136	0,388
	Advogado/Jurista	100,22		
	Contabilista	101,90		
	Auditor/ROC	101,31		
	Economista/Gestor	111,16		
<b>Experiência profissional</b>	Até 5 anos	87,02	8,463	0,037
	Entre 6 e 10 anos	89,22		
	Entre 11 e 20 anos	97,98		
	Mais de 20 anos	113,99		
<b>Nº de horas de formação</b>	Menos de 25 horas	74,90	29,346	0,000
	Entre 25 e 50 horas	113,74		
	Mais de 50 horas	121,61		

Os dados obtidos sugerem que não há diferenças significativas entre o nível de conhecimento fiscal geral para inquiridos das várias classes etárias.

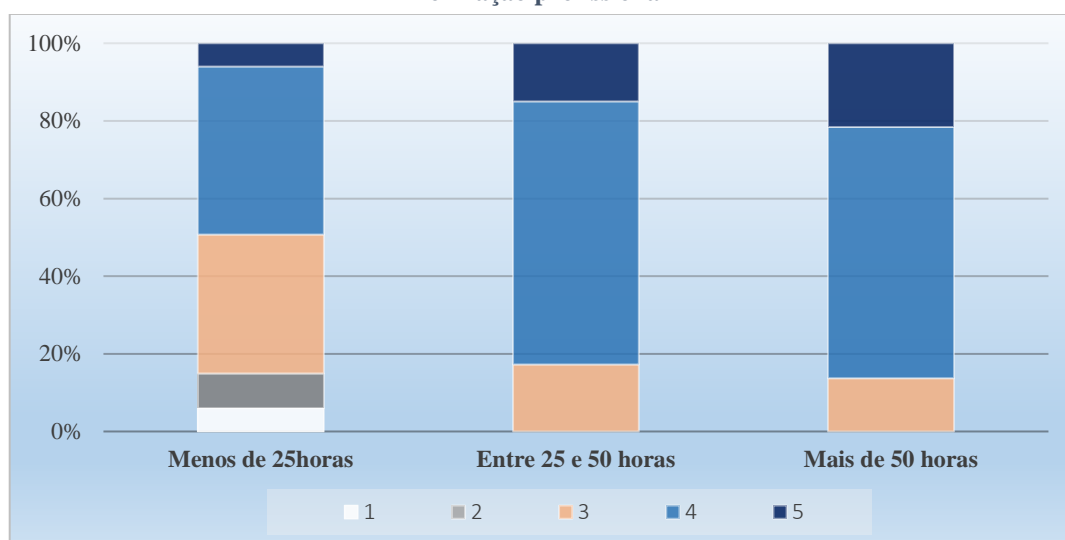
Os resultados do teste de hipóteses, indicam que não se verificam divergências significativas para os vários graus de ensino ( $H = 1,115$ ; valor- $p = 0,892$ ). Este resultado não é surpreendente pois na caracterização dos indivíduos verificámos que a grande maioria (96,6%) possui habilitações académicas de nível superior.

Relativamente ao exercício de atividade, o teste de Kruskal-Wallis sugere que não se verificam diferenças significativas entre as várias áreas profissionais analisadas no nosso inquérito e o nível de conhecimento fiscal. Apesar deste resultado e, tendo em conta os valores das médias das ordens, são os consultores fiscais que exercem atividade como economistas e gestores que afirmam ter um nível de conhecimento fiscal superior, enquanto os que exercem a atividade na área da solicitação se avaliam com um nível de conhecimento fiscal menor.

Os resultados obtidos mostram um efeito significativo da experiência profissional no nível de conhecimento fiscal ( $H = 8,463$ ; valor- $p = 0,037$ ). Os valores das médias das ordens sugerem que os consultores fiscais com mais anos de experiência revelam maior conhecimento fiscal, como se pode comprovar, também, pela análise do gráfico 11.

**Gráfico 11 - Nível de conhecimento fiscal dos inquiridos em função da experiência profissional**


Os dados obtidos permitem-nos concluir que o número de horas de formação profissional é o fator socioprofissional que mais influencia o nível de conhecimento fiscal ( $H = 29,346$  e  $\text{valor-}p = 0$ ). Analisando os valores das médias das ordens, concluímos que os inquiridos que despendem mais tempo com a formação profissional são os que apresentam maior nível de conhecimento fiscal. A mesma conclusão é sugerida pela análise ao gráfico 12.

**Gráfico 12 - Nível de conhecimento fiscal dos inquiridos em função do número de horas de formação profissional**


Foram aplicados, ainda, às variáveis conhecimento fiscal dos inquiridos e tempo despendido com a formação profissional, os testes de correlação Tau-b de Kendall e Gama.<sup>9</sup> Os resultados obtidos são os que constam da tabela 7.

**Tabela 7 - Testes de correlação entre o nível de conhecimento fiscal e o tempo despendido com formação profissional**

	Valor	Erro Padrão Assintótico <sup>a</sup>	T Aproximado <sup>b</sup>	Significância Aproximada
Tau-b de Kendall	0,320	0,058	5,278	0,000
Gama	0,505	0,086	5,278	0,000

a. Não assumindo a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

Os resultados dos testes Tau- b de Kendall e Gama corroboram o obtido com o teste de Kruskal-Wallis, ou seja, indicam que existe uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. O sinal dos coeficientes permite-nos concluir que a relação é positiva, o que significa que um aumento do tempo despendido com a formação profissional corresponde a um maior nível de conhecimento fiscal.

Do exposto concluímos que o fator sociodemográfico com maior correlação com o nível de conhecimento fiscal, na nossa amostra, é o tempo despendido na formação profissional. A relação existente é positiva, significando que o nível de conhecimento fiscal é superior nos profissionais que investem mais horas na sua formação e atualização fiscal. Esta conclusão é consistente com os estudos de Green (1994), McKerchar (2005) e Lopes (2009), que consideraram a existência de uma relação significativa entre o tempo despendido na formação profissional e o nível de conhecimento fiscal.

A experiência profissional tem, também, um efeito significativo no nível de conhecimento fiscal e são os consultores com mais experiência os que se avaliam com um nível de conhecimento fiscal superior. Estes resultados estão em linha com os obtidos por Barrik (1998) e Magro & Nutter (2012), que concluíram que indivíduos mais experientes eram mais eficazes na resolução de questões fiscais.

---

<sup>9</sup> O valor destes testes varia entre -1 (correlação total negativa) e +1 (correlação total positiva), sendo que valores iguais a 0, indicam ausência de correlação.

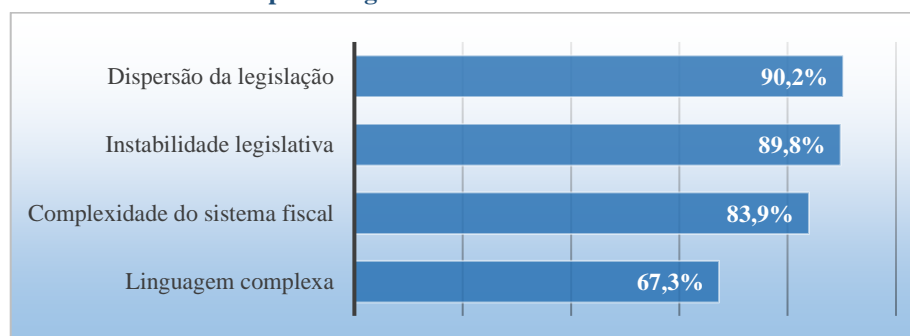
A idade, o grau académico e a área de exercício de atividade, não revelaram, na nossa amostra, uma associação significativa com o nível de conhecimento fiscal.

Para além dos fatores sociodemográficos e socioprofissionais, existem outros fatores que identificámos no enquadramento teórico, como a complexidade fiscal e o relacionamento com as autoridades tributárias, que podem ter impacto no nível de conhecimento fiscal.

Na nossa investigação, tentámos perceber a perceção dos consultores fiscais sobre a complexidade fiscal e as suas causas, bem como, sua influência no nível de conhecimento fiscal.

Na análise dos dados, agrupámos as respostas em “concordo em parte” e “concordo totalmente” (nível 4 e 5 da escala). Concluimos que a generalidade dos consultores fiscais considera que a complexidade do sistema contribui para o desconhecimento das matérias fiscais. A quantidade de legislação avulsa, dispersa por vários diplomas, a instabilidade legislativa e a linguagem utilizada nos diplomas fiscais são fatores de complexidade que, a generalidade dos consultores fiscais, considera exercerem um efeito negativo no nível de conhecimento fiscal.

**Gráfico 13 - Perceção dos consultores fiscais sobre os fatores associados à complexidade com impacto negativo no conhecimento fiscal**



Os fatores de complexidade identificados na nossa investigação, também foram indicados por Borrego (2014), no seu estudo empírico sobre a perceção da complexidade fiscal pelos TOC, designadamente a dispersão da legislação e a linguagem ambígua, pouco perceptível e muito técnica utilizada nas normas fiscais.

Os consultores fiscais, no nosso estudo, exercem a profissão em diferentes áreas de atividade. Pretendemos investigar se a perceção dos consultores fiscais é alterada, em

função da atividade exercida, relativamente à influência da complexidade fiscal e os fatores que lhe estão associados, no nível de conhecimento fiscal. Aplicámos o teste de Kruskal-Wallis para comparar a distribuição das respostas dos consultores por área de exercício de atividade, em relação à influência no conhecimento fiscal da complexidade fiscal, da dispersão da legislação, da instabilidade legislativa e da linguagem complexa. Os resultados constam na tabela 8.

**Tabela 8 - Perceção da influência da complexidade fiscal no conhecimento fiscal e a área de exercício da atividade**

Características	Área de exercício da atividade	Média das ordens	Teste Kruskal-Wallis	
			Kruskal-Wallis H	Valor-p
Complexidade do sistema fiscal	Contabilista	105,44	4,164	0,244
	<b>Advogado/Jurista</b>	<b>130,96</b>		
	Economista/Gestor	88,32		
	Solicitador	82,42		
	Auditor/ROC	102,82		
	Outro	111,43		
Dispersão da legislação	Contabilista	108,75	1,115	0,892
	<b>Advogado/Jurista</b>	<b>112,81</b>		
	Economista/Gestor	107,08		
	Solicitador	78,79		
	Auditor/ROC	102,54		
	Outro	120,14		
Instabilidade legislativa	Contabilista	107,17	4,136	0,388
	Advogado/Jurista	113,50		
	<b>Economista/Gestor</b>	<b>119,26</b>		
	Solicitador	79,06		
	Auditor/ROC	100,50		
	Outro	113,71		
Linguagem complexa	<b>Contabilista</b>	<b>120,33</b>	8,463	0,037
	Advogado/Jurista	117,06		
	Economista/Gestor	95,11		
	Solicitador	85,86		
	Auditor/ROC	92,02		
	Outro	82,86		

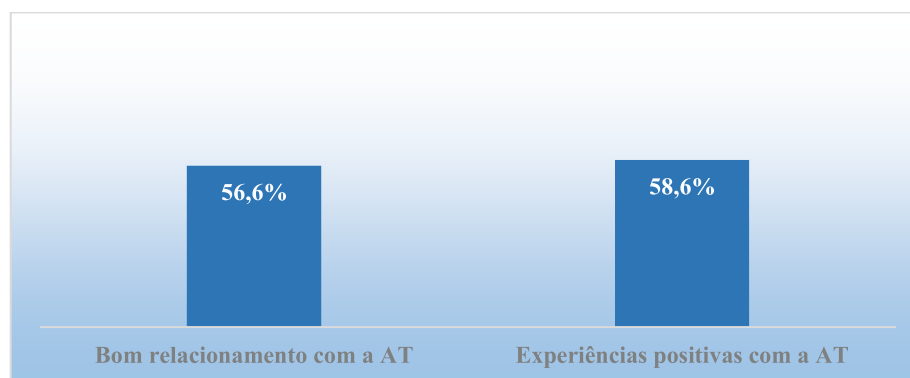
Os dados obtidos mostram um efeito significativo da classe profissional na perceção da influência da linguagem complexa no conhecimento fiscal ( $H = 8,463$ ;  $\text{valor-p} = 0,037$ ). Analisando os valores das médias das ordens, concluímos que são os contabilistas e os advogados que atribuem maior relevância aos efeitos negativos da linguagem complexa no conhecimento fiscal.

Para os outros casos, complexidade do sistema fiscal, dispersão e instabilidade legislativa, não se encontram diferenças na perceção dos vários inquiridos, de acordo com a classe profissional que integram.



No que respeita ao relacionamento com a AT, a maioria dos inquiridos (considerando também as respostas “concordo em parte” / ”concordo”) considera que o bom relacionamento e a existência de experiências positivas com a AT, exercem um efeito positivo no nível de conhecimento tributário.

**Gráfico 14 - Perceção dos consultores fiscais sobre os fatores com impacto positivo no conhecimento fiscal**



A AT disponibiliza aos contribuintes vários instrumentos que podem utilizar para obter informação sobre matérias fiscais ou para esclarecimento de dúvidas. Para além disso, a administração fiscal emana instruções sob a forma de ofícios circulados, no intuito de esclarecer algumas normas fiscais cuja interpretação não é linear ou que é passível de gerar dúvidas. Assim, é importante perceber como os consultores fiscais percecionam o conhecimento transmitido pela AT. Foi solicitado aos consultores fiscais que indicassem em que medida concordavam com a afirmação: “O conhecimento transmitido pela AT é fácil de entender” obtendo-se os dados da tabela seguinte:

**Tabela 9 - Perceção sobre a facilidade de compreensão do conhecimento fiscal transmitido pela AT**

	Nº	%
1 - Discordo Totalmente	21	10,2
2 - Discordo em parte	54	26,3
3 - Não concordo, nem concordo	66	32,2
4 - Concordo em parte	60	29,3
5 - Concordo totalmente	4	2,0

Dos inquiridos, apenas 31,3% tem uma opinião positiva sobre a facilidade de compreensão do conhecimento fiscal transmitido pela AT, sendo que, destes, somente 2% concorda totalmente com a asserção acima. Estes dados sugerem que os consultores fiscais consideram que existe dificuldade em compreender o conhecimento fiscal transmitido pela AT

Estes resultados contrariam a postura da AT dos últimos anos, que tem desenvolvido uma postura colaborativa com os contribuintes, disponibilizando diversos canais de informação e comunicação; contudo, os resultados são consistentes com a investigação de Borrego (2014), que concluiu que os contabilistas identificaram a complexidade das instruções e a reduzida assistência prestada pelo pessoal da AT como causas da complexidade de cumprimento.

### **3.5. A gestão fiscal na organização**

No atual contexto económico, a fiscalidade é considerada, por diversos autores, entre os quais Caldeira, Borrego & Amorim (2016) e Silva & Neves (2008), uma ferramenta de gestão que adquiriu nas empresas uma importância que ultrapassa o mero cumprimento das obrigações fiscais. Neste contexto, assumem particular importância os consultores fiscais, internos ou externos, aos quais cabe otimizar as opções fiscais de forma a contribuir para os objetivos definidos pela organização. No ponto 3.3. foram exploradas as interações dos consultores fiscais com o ambiente externo à organização, nomeadamente as fontes a que recorre na aquisição e atualização dos seus conhecimentos fiscais; constitui, agora, nosso objetivo compreender o papel dos consultores fiscais nas organizações e aferir como se desenvolve o processo de criação, partilha e aplicação de conhecimento fiscal no interior das organizações, quer naquelas que o consultor fiscal está inserido, quer naquelas em que presta serviços.

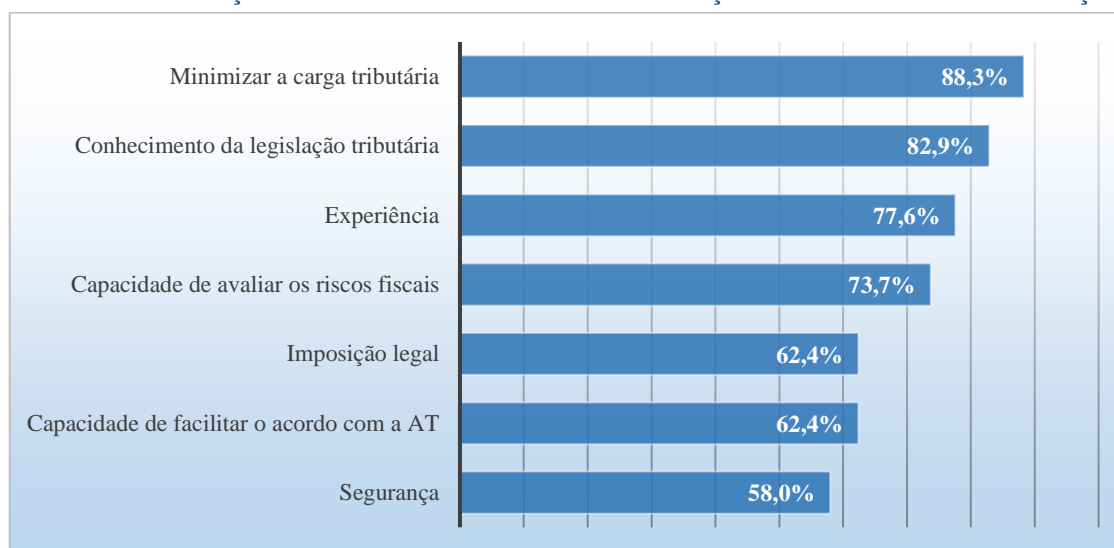
#### **3.5.1. O papel do consultor fiscal na organização**

Face a estas considerações, afigura-se-nos como relevante a perceção dos consultores fiscais sobre as motivações dos clientes na decisão da sua contratação.

Os dados obtidos na questão 13 do inquérito sugerem que os consultores fiscais consideram que os clientes recorrem à sua contratação por um conjunto de razões, mas a principal é simplesmente minimizar a sua sujeição fiscal (88,3%). O nível de conhecimentos fiscais e a experiência profissional dos consultores fiscais são altamente valorizadas na procura dos seus serviços, bem como a capacidade de identificar riscos fiscais.

A obrigação legal de contratar consultores fiscais, a capacidade de facilitar o acordo com a AT e a segurança são motivos que revestem, também, alguma importância.

**Gráfico 15 - Perceção dos consultores fiscais sobre as motivações dos clientes na sua contratação**



As empresas e os contribuintes individuais contratam, muitas vezes, consultores fiscais porque não detêm conhecimento suficiente para cumprir a legislação ou para beneficiarem dela de forma otimizada. Os clientes valorizam a experiência e o conhecimento da legislação tributária dos consultores fiscais.

Das respostas à questão 15 (item 5) concluímos que a globalidade dos consultores fiscais (92,5%) considera a aquisição de conhecimento fiscal um aspeto importante para o desempenho das suas funções.

**Tabela 10 - Grau de concordância dos consultores fiscais sobre a importância do conhecimento fiscal no exercício das suas funções**

	%
<b>1 - Discordo Totalmente</b>	0
<b>2 - Discordo em parte</b>	1,9
<b>3 - Não concordo, nem discordo</b>	5,7
<b>4 - Concordo em parte</b>	14,5
<b>5 - Concordo totalmente</b>	78,0

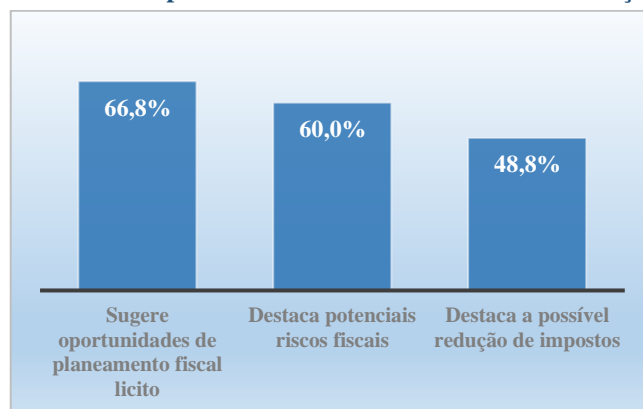
O conhecimento é, assim, o principal ativo dos profissionais da área fiscal. Este ativo intangível, contudo, não é exclusivo e os clientes podem adquirir ou desenvolver ativos comparáveis, sem a intervenção de consultores fiscais, pelo que estes têm de possuir conhecimentos superiores para manter o seu valor e posição competitiva (Hasseldine et al, 2009). Na nossa investigação tentamos avaliar o que destacam os consultores fiscais na comercialização dos seus serviços.

Os resultados evidenciados na tabela 11 sugerem que na comercialização dos seus serviços os consultores fiscais são proativos na sugestão de oportunidades de planeamento fiscal (lícito) aos seus clientes.

**Tabela 11 - Aspetos destacados pelos consultores fiscais na comercialização de serviços fiscais**

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Neutro</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>Destaca potenciais riscos fiscais</b>	3,9%	8,3%	27,8%	39,0%	21,0%
<b>estaca a possível redução de impostos</b>	10,2%	16,1%	24,9%	32,2%	16,6%
<b>Sugere oportunidades de planeamento fiscal lícito</b>	5,4%	6,8%	21,0%	35,1%	31,7%

Considerando a percentagem de respostas nos níveis 4 e 5 (“concordo” e “concordo totalmente”) concluímos que os consultores fiscais destacam com maior frequência os potenciais riscos fiscais (60%) em detrimento da possível redução de impostos (48,8%).

**Gráfico 16 - Aspetos destacados pelos consultores fiscais na comercialização de serviços fiscais**

### 3.5.2. O consultor fiscal e as organizações através das quais exerce a atividade

A importância dada às questões fiscais pelas organizações através das quais os consultores exercem a sua atividade, bem como a motivação de todos os colaboradores na aquisição e partilha de conhecimento fiscal são essenciais para melhorar o processo de aquisição e partilha desse ativo. Assim, importa perceber em que medida os consultores fiscais concordam que estas organizações<sup>10</sup> dão um nível adequado de atenção às questões fiscais e se as pessoas que fazem parte das mesmas estão motivadas para adquirir e partilhar esse conhecimento fiscal.

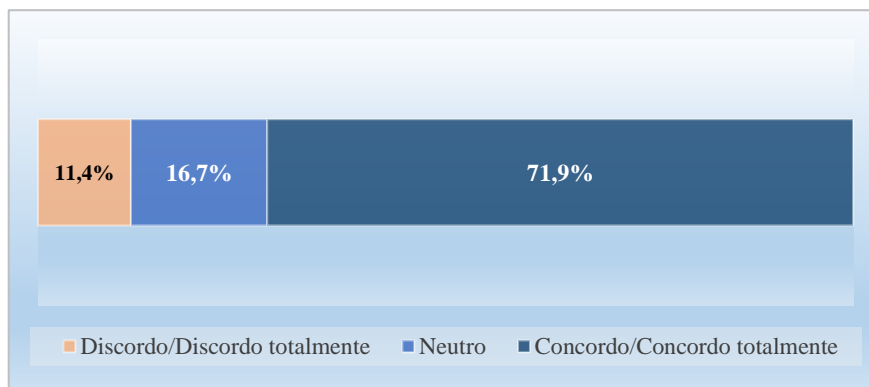
**Tabela 12 - Percentagem de concordância dos consultores fiscais sobre o nível adequado dado pela organização às questões fiscais e a motivação dos colaboradores na aquisição e partilha de conhecimento fiscal**

	Nível adequado dado pela organização às questões fiscais	Os colaboradores estão motivados para adquirir e partilhar conhecimento fiscal
<b>Discordo totalmente</b>	3,4%	2,9%
<b>Discordo</b>	8,0%	10,9%
<b>Neutro</b>	16,7%	25,7%
<b>Concordo</b>	41,4%	39,4%
<b>Concordo totalmente</b>	30,5%	21,1%

<sup>10</sup> Neste conjunto de questões foram consideradas 175 respostas válidas, pelo facto de no inquérito existir a possibilidade de resposta “não aplicável” pois alguns consultores fiscais trabalham de forma independente sem estarem inseridos em qualquer organização.

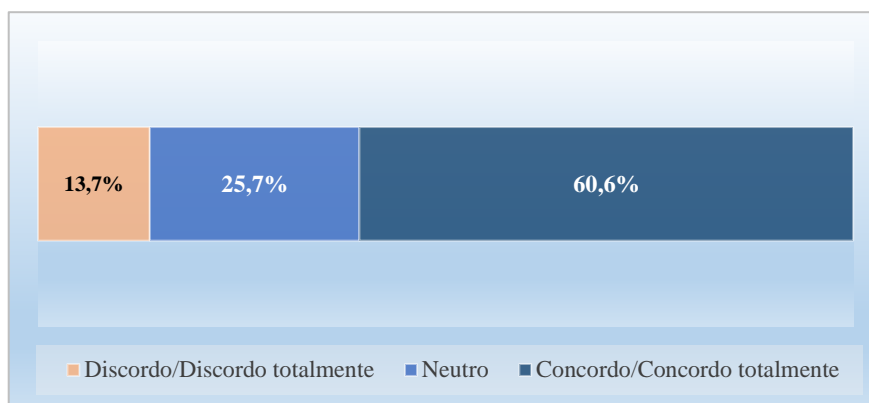
Os dados da tabela acima permitem concluir que a maioria dos consultores fiscais (71,9%) considera que as organizações em que se inserem dão um nível de atenção adequado às questões fiscais, como melhor se pode observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 17 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: a organização em que está inserido dá um nível adequado de atenção às questões fiscais**



A maioria considera (60,6%) que os colaboradores da organização na qual exerce a sua atividade estão motivados para adquirir e partilhar conhecimento fiscal.

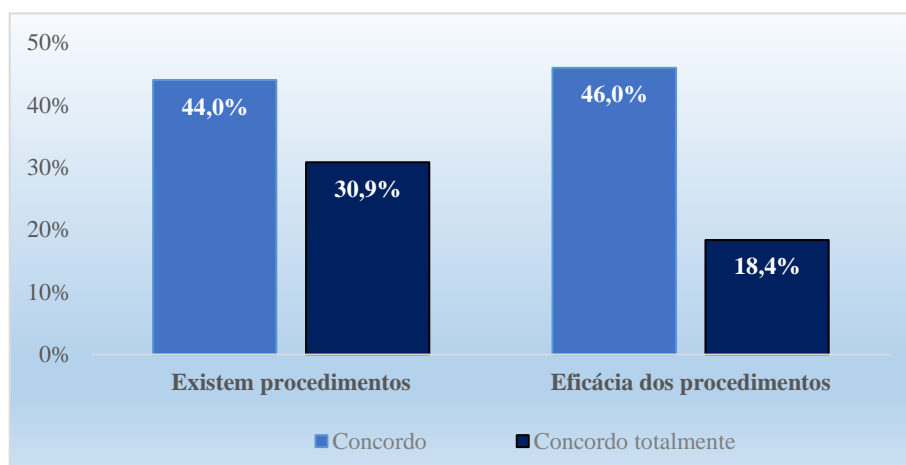
**Gráfico 18 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: as pessoas que pertencem à organização estão motivadas para adquirir e partilhar conhecimento fiscal**



Na perceção dos consultores fiscais, as organizações (empresas de consultadoria e empresas em que os profissionais da área fiscal exercem atividade como consultores internos) prestam um nível adequado de atenção às questões fiscais e os colaboradores estão motivados na aquisição e partilha de conhecimento fiscal, porquanto é agora

importante analisar se são desenvolvidos, na organização, processos que permitam a incorporação do conhecimento adquirido externamente, no conhecimento fiscal interno, e se a informação está disponível para ser utilizada, pelos diversos colaboradores, em situações futuras de idêntica natureza.

**Gráfico 19 - Nível de concordância dos consultores fiscais sobre a gestão do conhecimento gerado internamente**



A maioria (74,9%) dos consultores fiscais inquiridos concorda que as organizações nas quais exercem a sua atividade têm procedimentos que permitem que o conhecimento fiscal gerado internamente seja usado em situações futuras e acreditam na eficácia desses procedimentos, embora com menor grau de concordância (64,4%).

### **3.5.3. O consultor fiscal e os seus clientes/organizações nas quais presta serviços**

Nas organizações modernas, a variável fiscal deve ser considerada no processo de decisão de modo a que sejam prosseguidos os objetivos da empresa. Assim, é importante analisar a perceção dos consultores fiscais sobre o nível de consciência fiscal dos seus clientes e dos decisores operacionais (não financeiros), bem como do processo de integração da variável fiscal na tomada de decisão.

**Tabela 13 - Percepção dos consultores fiscais sobre a consciência fiscal dos clientes e partilha de informações fiscais**

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Neutro</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>Os clientes dão um nível adequado de atenção aos assuntos fiscais</b>	5,9%	24,9%	26,3%	36,1%	6,8%
<b>Os clientes têm um nível necessário de literacia fiscal para identificar as suas próprias necessidades</b>	22,0%	40,5%	25,4%	11,2%	1,0%
<b>Os clientes fornecem ao CF as informações necessárias relacionadas com impostos de forma adequada</b>	6,8%	33,7%	32,7%	26,3%	0,5%

Os dados obtidos permitem concluir que apenas 42,9% dos consultores fiscais consideram que os seus clientes dão um nível correto de atenção às questões fiscais. Os clientes não são vistos como sendo particularmente organizados em partilhar informações com seus consultores. Apenas 26,8% dos consultores fiscais considera que os clientes fornecem informações de forma adequada, enquanto há um nível ainda mais baixo de concordância (12,2%) quanto à sua capacidade para identificar as suas próprias necessidades fiscais. As respostas dos consultores fiscais a estes itens sugerem que estes percebem um baixo nível de consciência fiscal dos empresários.

O grau de interação entre a tributação e a tomada de decisão das áreas operacionais dentro de uma empresa fornece uma indicação da importância do conhecimento fiscal para uma organização. A integração da variável fiscal nas decisões das outras áreas da organização (comercial, produção, recursos humanos), na percepção dos consultores fiscais,<sup>11</sup> é, surpreendentemente, baixa, como se pode observar na tabela seguinte.

**Tabela 14 - Percepção dos consultores fiscais sobre a valorização da gestão fiscal pelas outras áreas da organização**

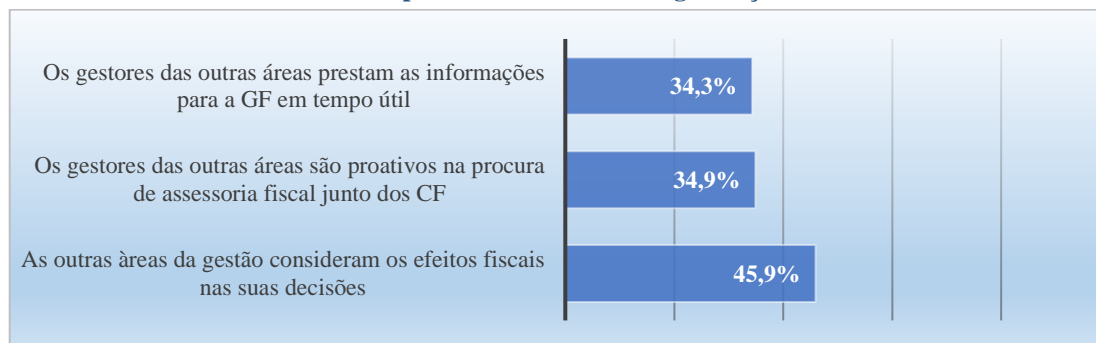
	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Neutro</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>As outras áreas da gestão consideram os efeitos fiscais nas suas decisões</b>	7,6%	18,6%	27,9%	33,7%	12,2%
<b>Os gestores das outras áreas são proativos na procura de assessoria fiscal junto dos CF</b>	9,3%	26,2%	29,7%	27,3%	7,6%
<b>Os gestores das outras áreas prestam as informações relevantes para a gestão fiscal em tempo útil</b>	8,1%	27,9%	29,7%	28,5%	5,8%

<sup>11</sup> Neste conjunto de questões foram consideradas 172 respostas válidas, dado que 33 dos inquiridos responderam “não aplicável”, uma vez que as organizações com que colaboram não têm enquadramento nesta questão.



Os resultados da tabela 14 são inesperados quando consideramos o atual contexto económico e as modernas teorias de gestão que preconizam a tomada de decisão como um processo que deve considerar todas as partes, incluindo o efeito da variável fiscal. No gráfico 20 espelha-se a percentagem de concordância sobre a valorização da gestão fiscal pelas outras áreas operacionais da organização.

**Gráfico 20 - Percentagem de concordância dos consultores fiscais sobre a valorização da gestão fiscal pelas outras áreas da organização**



Em menos de metade das empresas (45,9%), os responsáveis das áreas operacionais (não financeiras) consideram os efeitos tributários das decisões que fazem.

As outras respostas sugerem, igualmente, que os consultores fiscais consideram que a consciência tributária dos gestores operacionais é reduzida. Em apenas 34,9% dos casos os decisores operacionais são considerados proativos na procura de assessoria fiscal junto dos especialistas fiscais; por outro lado, os decisores operacionais são vistos como pouco colaborantes com a função fiscal pois em apenas 34,3% dos casos prestam informações relevantes em tempo útil.

#### **3.5.4. A gestão fiscal - perceção do consultor fiscal**

A minimização dos impostos a suportar é inerente à racionalidade económica, contudo por detrás desta minimização podem estar comportamentos de cumprimento (gestão ou planeamento fiscal) ou não cumprimento fiscal (evasão e fraude fiscal). Os estudos internacionais não são unânimes quanto à origem da agressividade tributária, uns apontam que ela se deve, principalmente, à iniciativa dos contribuintes, enquanto outros, amplamente, a atribuem às atitudes dos consultores fiscais.

Com o intuito de perceber o grau de “agressividade tributária” dos consultores fiscais, questionámo-los sobre a forma como percecionam a gestão fiscal. Assim, a tabela 15 apresenta a posição dos consultores fiscais nessa matéria.

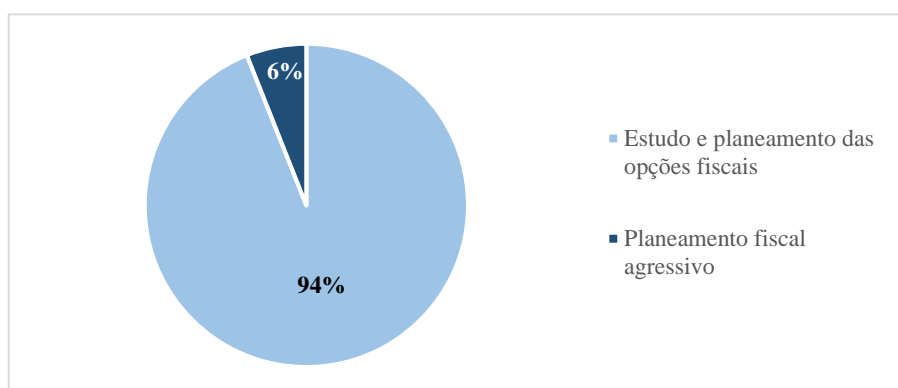
**Tabela 15 - Perceção da gestão fiscal pelos consultores fiscais**

	Nº	%
<b>Estudo e Planeamento das opções fiscais</b>	188	91,7
<b>Planeamento Fiscal Agressivo</b>	12	5,9
<b>Outro</b>	5	2,4
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>100</b>

Os consultores fiscais, na resposta a esta questão, não estavam condicionados a opções de resposta expressamente previstas, pois poderiam selecionar a opção “outro” que permitia uma resposta aberta. As respostas obtidas neste item foram: “apenas quando a AT exige”, “consulta e contencioso”, “cumprimento da lei” e “não tem de haver gestão fiscal.” Estas respostas foram improfícuas para a nossa investigação.

Ao analisar os dados e desconsiderando as respostas “outro”, concluímos que a grande maioria dos consultores fiscais (94%) perceciona a gestão fiscal como o estudo e planeamento das opções previstas na lei.

**Gráfico 21 - Perceção da gestão fiscal pelos consultores fiscais**

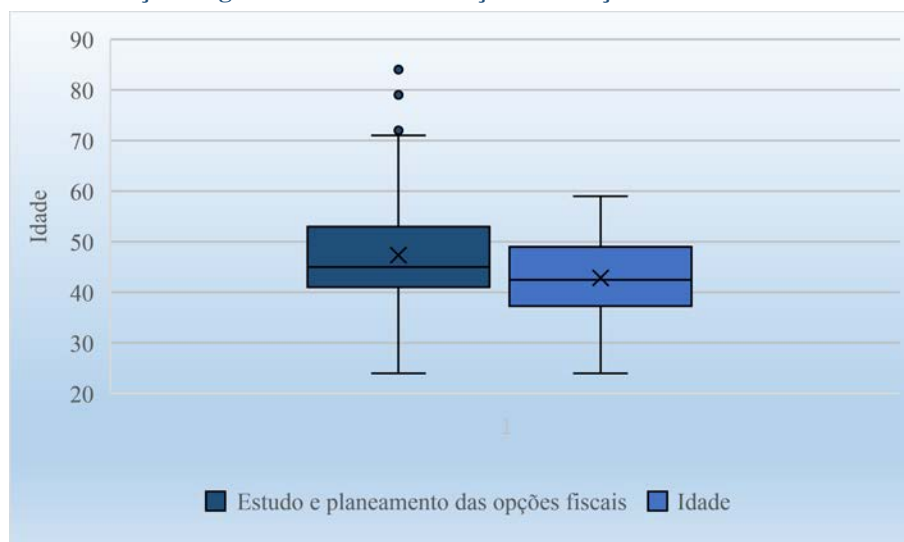


A perceção da gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo registou, na nossa amostra, um pequeno número de observações; contudo, não deixa de ser interessante

caracterizar os consultores fiscais que revelaram um comportamento fiscal mais agressivo, nomeadamente quanto à idade, área de exercício de atividade, experiência profissional e nível de conhecimento fiscal.

O gráfico 22 mostra a distribuição dos dados em função da idade dos consultores fiscais, em cada uma das situações de perceção da gestão fiscal.

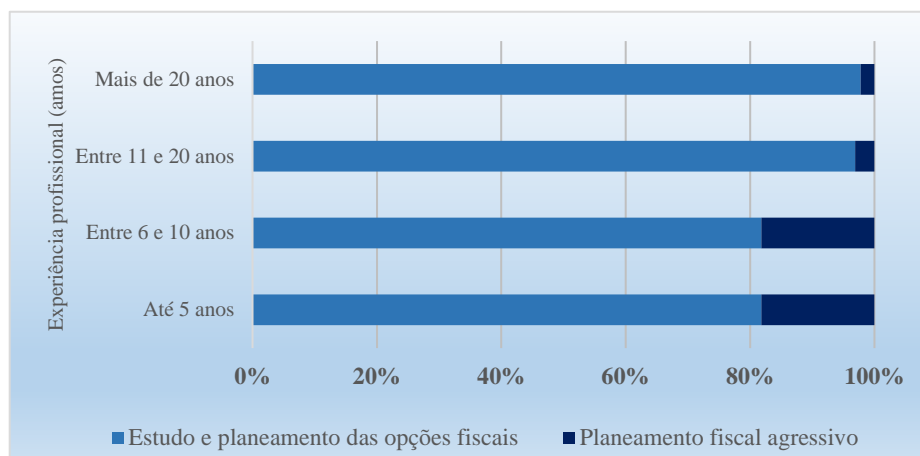
**Gráfico 22 - Perceção da gestão fiscal - distribuição em função da idade dos consultores fiscais**



Da análise do gráfico anterior resulta que os consultores fiscais com um comportamento fiscal mais agressivo estão, maioritariamente, na faixa etária entre os 37 e os 49 anos (média de idade é 42,8 anos). Por outro lado, a maioria dos consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como o estudo e planeamento das opções previstas na lei situam-se no intervalo etário entre os 41 e os 53 anos (média de idade é 47,4 anos).

Os dados obtidos sugerem que os consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo são mais jovens e o grupo com menos propensão a comportamentos fiscais agressivos compreende aqueles, cuja idade é superior a 59 anos.

Os resultados observados em relação à experiência profissional sugerem, também, que os consultores fiscais com menos anos de atividade profissional percecionam a gestão fiscal de forma mais agressiva.

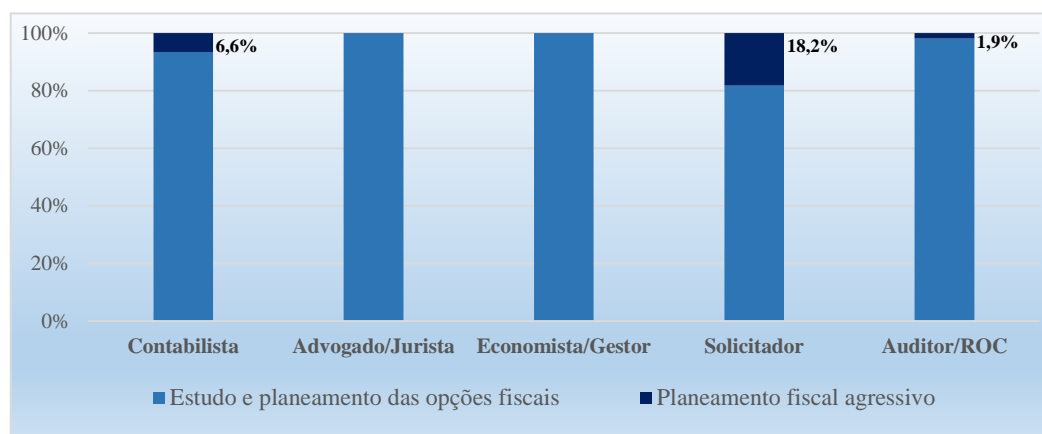
**Gráfico 23 - Perceção da gestão fiscal em função da experiência profissional do consultor fiscal**

A tabela 16 indica a distribuição dos dados obtidos em função da área fiscal em que o consultor fiscal exerce a sua atividade.

**Tabela 16 - Perceção da gestão fiscal - distribuição em função da atividade dos consultores fiscais**

	Estudo e Planeamento das opções fiscais		Planeamento Fiscal Agressivo	
	Nº	%	Nº	%
<b>Contabilista</b>	57	30,3	4	33,3
<b>Advogado/Jurista</b>	26	13,8	0	0,0
<b>Economista/Gestor</b>	19	10,1	0	0,0
<b>Solicitador</b>	27	14,4	6	50,0
<b>Auditor/ROC</b>	53	28,2	1	8,3
<b>Outro</b>	6	3,2	1	8,3
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Dos dados observados resulta que os consultores fiscais com um perfil mais agressivo na gestão fiscal são os que exercem a atividade na área da solicitação (50%), seguidos pelos contabilistas (33,3%).

**Gráfico 24 - Gestão fiscal: estudo e planeamento das opções fiscais ou planeamento fiscal agressivo - percepção dos consultores fiscais por área do exercício da atividade**

Conforme já referido, a maioria dos consultores fiscais perceciona a gestão fiscal como o estudo e o planeamento das opções fiscais, independentemente da área fiscal na qual exerce a sua atividade profissional; contudo, a classe profissional dos solicitadores é a que apresenta uma percentagem maior de indivíduos a percecionar a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo (18,2%). Atente-se, ainda, que dos inquiridos das classes dos advogados/juristas e economistas/gestores não foi registada qualquer observação de planeamento fiscal agressivo, ou seja, 100% dos inquiridos destas classes perceciona a gestão fiscal como o estudo e planeamento das opções fiscais legalmente previstas e acolhidas pelo legislador.

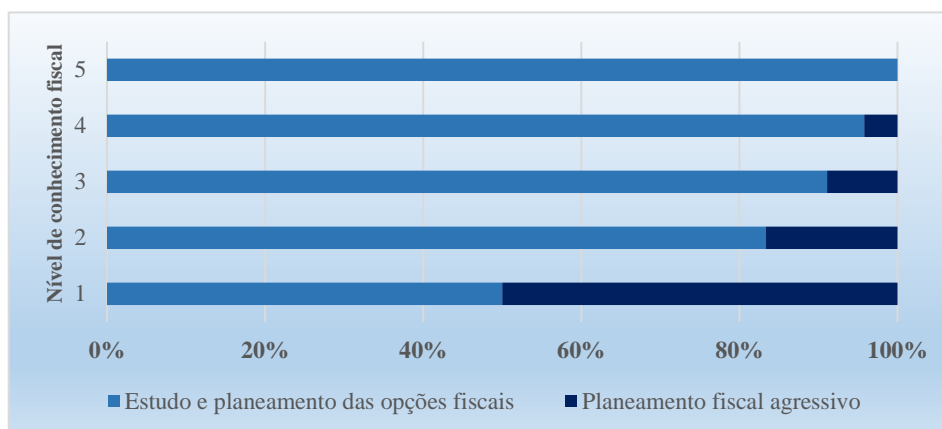
A maioria dos estudos sobre gestão do conhecimento fiscal – veja-se Muller (1963), Song & Yarborough (1978), Eriksen & Fallan (1996), Pinto et al. (2014) – apontam no sentido da existência de uma relação entre o nível de conhecimento fiscal e o comportamento dos contribuintes. Muitos dos estudos indicam que o conhecimento fiscal pode ter um efeito positivo no cumprimento tributário, existindo, contudo, uma corrente que sugere que, em situações ambíguas, os profissionais podem usar o conhecimento tributário para tirar proveito da complexidade fiscal, em favor dos contribuintes que representam, revelando comportamentos de maior agressividade tributária (Chau & Leung, 2009).

Da observação da tabela 17 concluímos que, na nossa amostra, em termos absolutos, a maioria dos consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo, possuem um nível de conhecimento médio (3) e alto (4).

**Tabela 17 - Perceção da gestão fiscal em função do seu nível de conhecimento dos consultores fiscais**

Nível de conhecimento fiscal		Estudo e Planeamento das opções fiscais		Planeamento Fiscal Agressivo	
		Nº	%	Nº	%
Baixo	1	2	1,1	2	16,7
	2	5	2,7	1	8,3
Médio	3	41	21,8	4	33,3
Alto	4	114	60,6	5	41,7
	5	26	13,8	0	0,0
Total		188	100	12	100

Na análise destes resultados devemos ter em conta, de acordo com o nosso estudo e conforme anteriormente relatado, que a maioria dos inquiridos afirma ter um nível elevado de conhecimentos do sistema fiscal (nível 4 e 5) e apenas 5% dos inquiridos atesta possuir um nível de conhecimento fiscal baixo, pelo que é expetável que as respostas dos consultores fiscais que percecionam a gestão como planeamento fiscal agressivo se registem nos níveis mais elevados. Assim, é importante verificar, dentro de cada nível de conhecimento e em função do total de respostas aí registadas, a percentagem de observações para cada uma das perceções. Da análise ao gráfico 25, conclui-se que, em termos relativos, é nos níveis de conhecimento fiscal mais baixos que se regista uma percentagem maior de consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo.

**Gráfico 25 - Perceção da gestão fiscal por nível de conhecimento dos consultores fiscais**

Os dados obtidos nesta secção do inquérito, sugerem que na perceção dos consultores fiscais, a minimização da sujeição fiscal é a principal motivação dos clientes para a sua contratação, pelo que o conhecimento fiscal dos consultores é um aspeto valorizado pelos clientes. Os resultados obtidos na nossa investigação, quanto à motivação dos clientes para a contratação de profissionais fiscais, são semelhantes aos obtidos por Hasseldine et al (2011). No entanto, o grau de agressividade tributária dos consultores fiscais é baixo, pois percecionam a gestão fiscal na perspetiva da minimização dos impostos a pagar, através do estudo e planeamento das várias opções proporcionadas pela lei.

Os consultores fiscais consideram o conhecimento fiscal fundamental no desenvolvimento da sua atividade, constituindo o seu principal ativo. As organizações através das quais desenvolvem a sua atividade, na generalidade, dão um nível adequado de atenção às questões fiscais e existem procedimentos que permitem que o conhecimento fiscal gerado internamente seja usado em situações futuras de forma eficaz.

Na perceção de especialistas fiscais, o nível de consciência tributária dos clientes e dos decisores operacionais é baixo. Percecionam, também, que a maioria dos clientes e decisores operacionais não partilham informações fiscais relevantes com os consultores em tempo útil e não estão motivados para procurar conhecimento fiscal. Os resultados obtidos no nosso estudo vão no mesmo sentido dos alcançados por Hasseldine et al. (2009), que concluíram que em menos de metade das empresas (46,8%) os responsáveis pelas decisões operacionais consideram necessário observar os efeitos tributários das decisões por eles tomadas.

Concluímos, assim, que a sensibilização dos clientes e gestores operacionais para as questões de tributação é um desafio para todas as partes, dada a importância para a organização de considerar os efeitos fiscais das decisões por eles tomadas. Além disso, nas relações com os consultores fiscais, os clientes e gestores de outras áreas não financeiras devem ser mais organizados no fornecimento de informações necessárias e serem mais pró-ativos no relacionamento. Esta mudança de atitude em relação à variável fiscal vai contribuir para que os consultores fiscais sirvam melhor as necessidades dos seus clientes.

De acordo com o anteriormente referido, o grau de agressividade tributária dos consultores fiscais na nossa amostra é muito baixo, pois foram registadas poucas

observações de consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo. Este resultado está em linha com o observado por Borrego (2014), que na sua investigação, concluiu que os contabilistas em Portugal revelaram um comportamento pouco agressivo.

Apesar de existirem poucas observações, os dados obtidos sugerem que os consultores que revelaram um comportamento fiscal mais agressivo são mais novos e têm menos experiência profissional, do que aqueles que percecionam a gestão fiscal como o estudo e o planeamento das opções fiscais. Na nossa amostra, são os solicitadores e os contabilistas e os profissionais com um nível de conhecimento fiscal mais baixo que revelaram um perfil mais agressivo.

### **3.6. O conhecimento fiscal e o cumprimento fiscal**

O conhecimento fiscal é apontado na maioria dos estudos internacionais como um fator fundamental para o cumprimento fiscal. Neste sentido, Lopes (2008) considera que o cumprimento fiscal depende da predisposição dos contribuintes para pagar os seus próprios impostos, bem como dos conhecimentos para poderem cumprir com todas as obrigações que o sistema fiscal exige. O cumprimento das obrigações requer que o conhecimento fiscal abranja duas dimensões: por um lado, o conhecimento e aplicação da legislação fiscal e, por outro, o conhecimento associado às tarefas de cumprimento, como sejam a preparação da informação fiscal e o correto preenchimento dos modelos declarativos.

Um dos objetivos da nossa investigação é aferir se o conhecimento é um fator relevante para a diminuição dos erros involuntários com reflexos positivos no cumprimento fiscal. Na prossecução desse objetivo, procurámos identificar os erros praticados pelos consultores fiscais, bem como as suas causas, quer no preenchimento das declarações fiscais, quer os detetados no âmbito de inspeções da AT.

A secção 4 do questionário encontra-se dividida em duas partes, a primeira tem o propósito de avaliar a complexidade dos modelos declarativos percebida pelos consultores fiscais, bem como identificar as causas dos erros associados ao seu preenchimento; a segunda está relacionada com os erros detetados no âmbito de auditorias



tributárias, as suas causas e tem, ainda, por objetivo medir o cumprimento voluntário associado a esses erros.

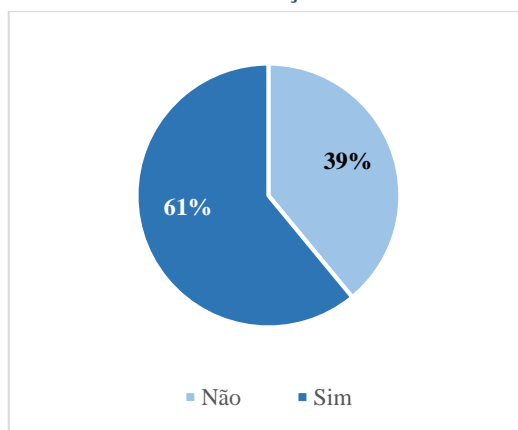
A complexidade e o insuficiente conhecimento dos modelos declarativos podem induzir a situações de incumprimento fiscal involuntário. Na nossa investigação, os consultores fiscais foram questionados sobre se já haviam incorrido em erros no preenchimento de declarações fiscais, obtendo-se os resultados que constam da tabela 18 e do gráfico 26.

**Tabela 18 - Consultores fiscais que incorreram em erro no preenchimento de declarações**

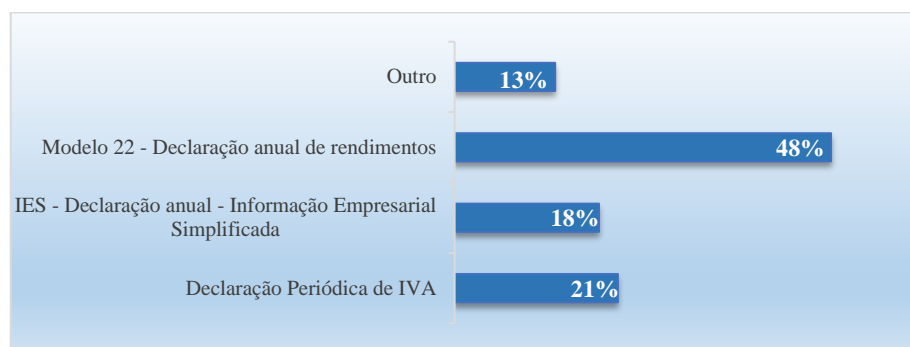
Incorreu em erros de preenchimento em declarações fiscais	Nº	%
Não	80	39
Sim	125	61

Os dados obtidos permitem concluir que a maioria dos consultores fiscais inquiridos (61%) incorreu em erros no preenchimento de declarações fiscais.

**Gráfico 26 - Percentagem de consultores fiscais que incorreram em erro no preenchimento de declarações**



Na nossa investigação procurámos, também, retirar conclusões sobre as declarações em que são cometidos mais erros, pelo que questionámos os consultores fiscais sobre a declaração em que incorriam em erro com maior frequência.

**Gráfico 27 - Declarações fiscais em que os consultores fiscais incorrem, com maior frequência, em erro**

Os resultados obtidos sugerem que a declaração em que os consultores fiscais mais vezes incorrem em erro é a declaração anual de rendimentos das pessoas coletivas - modelo 22.

Da análise dos resultados, verificamos que 13% dos inquiridos, que corresponde a 16 consultores fiscais, selecionou a resposta “outro”, ou seja, o erro mais frequente ocorre em outras declarações que não as expressamente indicadas. Destes dezasseis constatámos que onze identificaram a declaração anual de rendimentos de pessoas singulares (modelo 3), um a declaração de IVA, um a declaração de Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) e três não identificaram qualquer declaração.

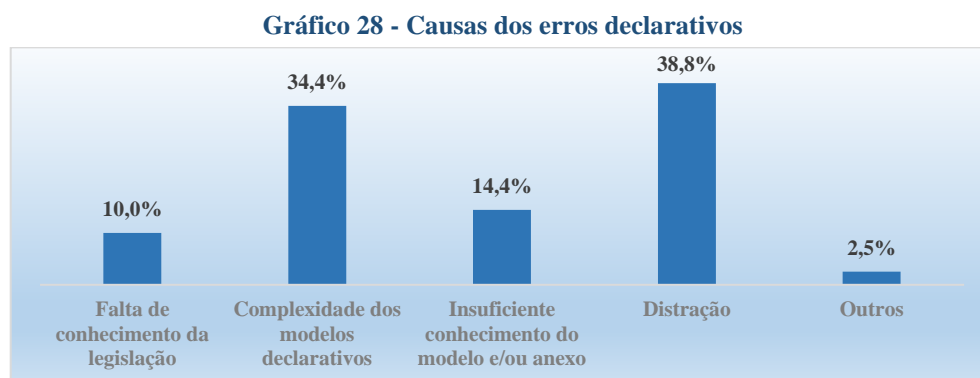
Agrupando o total das respostas em função do tipo de imposto, tributação sobre o rendimento, consumo e património, concluímos que são os impostos sobre o rendimento os que originam a grande maioria dos erros declarativos (75%).

**Tabela 19 - Erros declarativos por tipo de imposto**

Tipo de Imposto	Erros declarativos	
	Nº	%
Rendimento (M22, IES/DA, M3)	94	75
Consumo (Declarações de IVA)	27	22
Património (Declarações de IMT)	1	1
Não identificado	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>100</b>

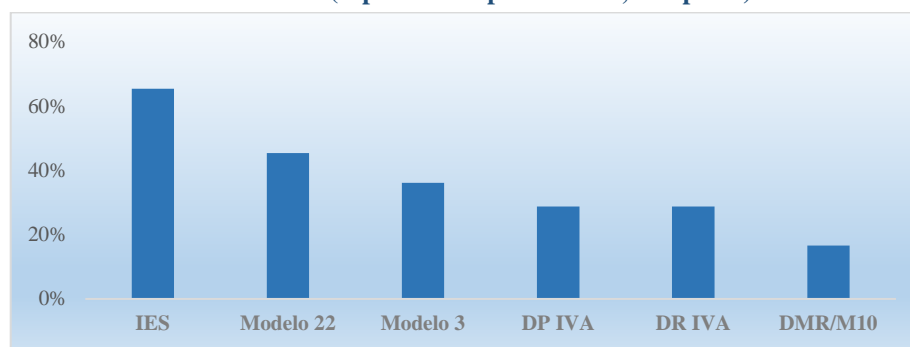
Os erros declarativos, na perspetiva de um ato não intencional, podem ter na sua génese diversos motivos, entre eles, a má interpretação da legislação fiscal, a complexidade dos formulários ou a distração. Com o objetivo de perceber qual a origem dos erros

declarativos inquirimos os consultores fiscais identificando-se os motivos que constam do gráfico 28.



Os dados obtidos sugerem que os erros declarativos ocorrem, principalmente, por distração (38,8%) e devido à complexidade dos modelos (34,4%). Os consultores fiscais indicaram, também, como causa dos erros incorridos, o insuficiente conhecimento do modelo ou anexo e, em menor percentagem, a falta de conhecimento da legislação. Esta questão permitia a resposta aberta, escolhendo o inquirido um motivo que não os expressamente indicados; porém registaram-se apenas quatro ocorrências, uma delas pertinente, relacionada com a alteração de dados (informação fornecida pelo cliente). Os outros motivos identificados poderiam, porventura, ter enquadramento nas opções elencadas, designadamente na complexidade dos modelos declarativos ou insuficiência de conhecimento da legislação/modelo, pois estão relacionados com erros no anexo D da declaração modelo 22 (benefícios fiscais), declarações de sociedades com enquadramento no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) e erros do sistema de validação da AT.

Um dos principais motivos apontados pelos consultores fiscais para a ocorrência de erros está relacionado com a complexidade dos modelos declarativos; assim, e porque esta hipótese era expectável, procurámos avaliar o grau de complexidade percebido pelos consultores fiscais relativamente ao processo de preenchimento das declarações fiscais. Assim, foi utilizada uma escala de 1 a 5, em que 1 equivale ao grau nada complexo e 5 corresponde ao grau muito complexo. Foram agrupadas as observações dos graus 4 e 5 (complexo e muito complexo) obtendo-se os resultados que se retratam no gráfico 29.

**Gráfico 29 - Perceção dos consultores fiscais sobre a complexidade dos principais modelos declarativos (repostas complexo/muito, complexo)**

Da observação do gráfico anterior concluímos que a Informação Empresarial Simplificada/ Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (IES/DA) é aquele cujo processo de preenchimento apresenta, para os consultores fiscais, um maior grau de complexidade. Para este facto contribui, com certeza, a extensão da declaração<sup>12</sup>, embora a complexidade não seja medida unicamente em função da dimensão do formulário.

Depois da IES/DA é a declaração periódica de rendimentos das pessoas coletivas (modelo 22) que reveste maior complexidade. Os dados obtidos sugerem, assim, que os consultores fiscais percecionam uma maior complexidade nos formulários inerentes à declaração dos impostos sobre o rendimento, o que é coerente com a conclusão, anteriormente retirada, relativa aos erros declarativos, atendendo a que 75% destes têm origem naquele tipo de impostos.

O sistema fiscal vigente em Portugal baseia-se no sistema declarativo, em que são os próprios contribuintes, ou profissionais fiscais por si contratados, a interpretar e a aplicar a lei, estando a atividade da administração fiscal mais direccionada para funções de controlo e fiscalização. Assim, depois de termos retirado algumas conclusões sobre a

<sup>12</sup> A declaração em vigor para os períodos de 2018 e anteriores é constituída pela folha de rosto e 18 anexos. O anexo A tem 55 páginas e 47 páginas de instruções.

A Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, impôs a simplificação das divulgações exigidas bem como a revisão dos modelos de demonstrações financeiras a utilizar, aprovados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho. Em resultado destas alterações legislativas, bem como da implementação do projeto IES + (medida 130 do programa SIMPLEX 2016), que impunha a simplificação do preenchimento do Anexo A, o referido anexo foi reformulado para os períodos de 2019 e seguintes, passando a ter 19 páginas e 31 de instruções. Para os períodos de 2019 e posteriores o Anexo A da IES/DA só pode ser preenchido e submetido após prévia validação do ficheiro SAF-T (PT) da contabilidade - *Standard Audit File for Tax Purposes* – submetido à AT, cuja estrutura e características terão de obedecer ao definido na Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro.

perceção dos consultores fiscais relativamente ao processo declarativo, é agora nosso objetivo orientar o rumo da investigação para os erros detetados no âmbito de inspeções tributárias, as suas causas, bem como, o cumprimento fiscal voluntário associado a esses erros.

A AT não tem capacidade operativa para controlar todos os contribuintes, por insuficiência de meios humanos e materiais. Na nossa investigação questionámos os consultores fiscais sobre a existência de auditoria, pela Inspeção Tributária e Aduaneira (IT), às entidades com que colaboram ou colaboraram, obtendo-se os resultados constantes na tabela 20.

**Tabela 20 - Auditoria da inspeção tributária nas entidades com as quais os consultores fiscais colaboram/colaboraram**

Existência de inspeções tributárias	Nº	%
Não	56	27,3
Sim	149	72,7
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>100</b>

Os dados permitem concluir que a grande maioria dos consultores fiscais da nossa amostra (72,7%) tiveram auditorias da AT nas entidades com as quais colaboram ou colaboraram.

A administração fiscal, através da inspeção, pretende comprovar o correto cumprimento das obrigações tributárias; procurámos, assim, avaliar se das auditorias realizadas resultaram correções meramente aritméticas (ou técnicas) para as entidades em que os consultores fiscais exercem ou exerceram funções, concluindo-se que 67,1% dos consultores fiscais afirma que dessas inspeções resultaram atos desfavoráveis ao contribuinte (ver tabela 21).

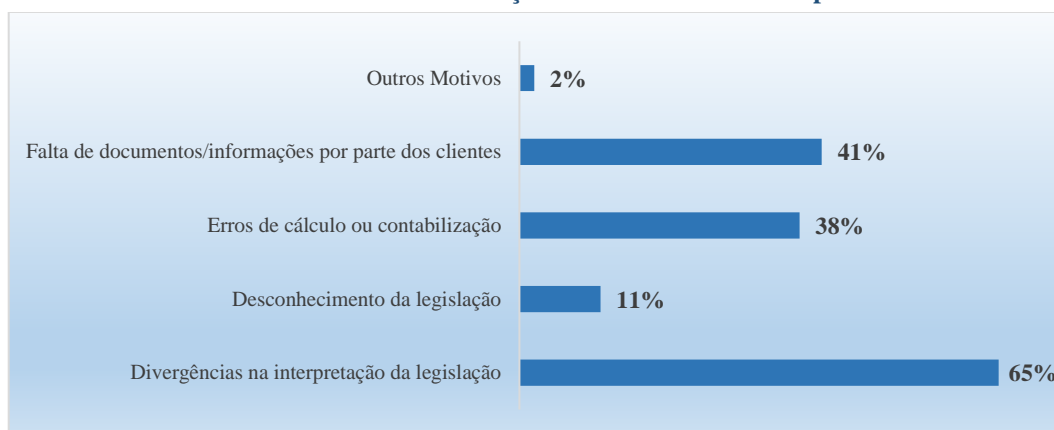
**Tabela 21 - Resultado das inspeções tributárias nas entidades nas quais os consultores fiscais exercem atividade**

Correções resultantes das inspeções tributárias	Nº	%
Não	49	32,9
Sim	100	67,1
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>	<b>100</b>

Na origem das correções efetuadas pela IT, de natureza meramente aritmética, estão erros, omissões ou inexatidões, que no entendimento da AT provocam distorções no apuramento da matéria tributável e/ou do imposto a pagar ou a recuperar. Constituiu objetivo do nosso estudo perceber a opinião dos consultores fiscais sobre os motivos que estiveram na base dessas propostas de correção, designadamente se foram erros imputáveis ao contribuinte ou aos seus representantes, por falta de conhecimento fiscal, erros de cálculo ou contabilização, falta de documentação, ou se essas correções foram motivadas porque a AT e o contribuinte fizeram uma interpretação divergente da legislação. Para avaliar a perceção dos inquiridos sobre os motivos que estiveram na base das correções efetuadas pela administração fiscal, foi apresentada uma questão, com possibilidade de resposta aberta que, para além das razões expressamente enunciadas, permitia aos consultores fiscais indicar outras.

Na análise dos resultados verificámos que apenas dois consultores fiscais utilizaram a possibilidade de resposta aberta. Uma das respostas foi “divergência no total”, que na nossa opinião tem enquadramento num dos motivos expressamente elencados na questão – erros de cálculo ou de contabilização; a outra razão apontada é pertinente e refere-se a atuações da AT desconformes com a jurisprudência. Os dados obtidos permitiram concluir que os consultores fiscais percebem que as divergências na interpretação da legislação são o principal motivo das correções meramente aritméticas efetuadas pela AT, como se observa no gráfico seguinte.

**Gráfico 30 - Motivo das correções aritméticas efetuadas pela AT**



A falta de documentos ou informação por parte dos clientes e os erros de cálculo e contabilização são também apontados como estando na génese das correções da AT.

Dos motivos expressamente elencados na questão, apenas 11% dos consultores fiscais considera que a falta de conhecimento fiscal pode estar na base das correções propostas pela IT.

Uma das hipóteses de investigação que nos propusemos testar é se um nível de conhecimento fiscal mais elevado diminui o erro involuntário. Neste sentido, foram cruzados os dados obtidos entre o nível de conhecimento dos consultores fiscais com os motivos que estiveram na origem, quer dos erros de preenchimento das declarações, quer das correções efetuadas pela AT no âmbito de auditorias tributárias aos seus clientes.

Na caracterização profissional da nossa amostra concluímos que o nível de conhecimento fiscal, como expetável, é elevado (apenas 5% dos consultores fiscais referiram ter um nível de conhecimento fiscal baixo ou muito baixo). Assim, para testarmos a hipótese acima enunciada desprezámos o nível de conhecimento fiscal 1 e 2 por não se verificarem ocorrências significativas.

Os motivos relacionados com o conhecimento que estiveram na génese dos erros declarativos identificados, falta de conhecimento da legislação e insuficiente conhecimento do modelo e/ou anexos foram cruzados com o nível de conhecimento do consultor fiscal (3 – médio; 4 – elevado; 5 – muito elevado), obtendo-se os resultados que constam da tabela 22.

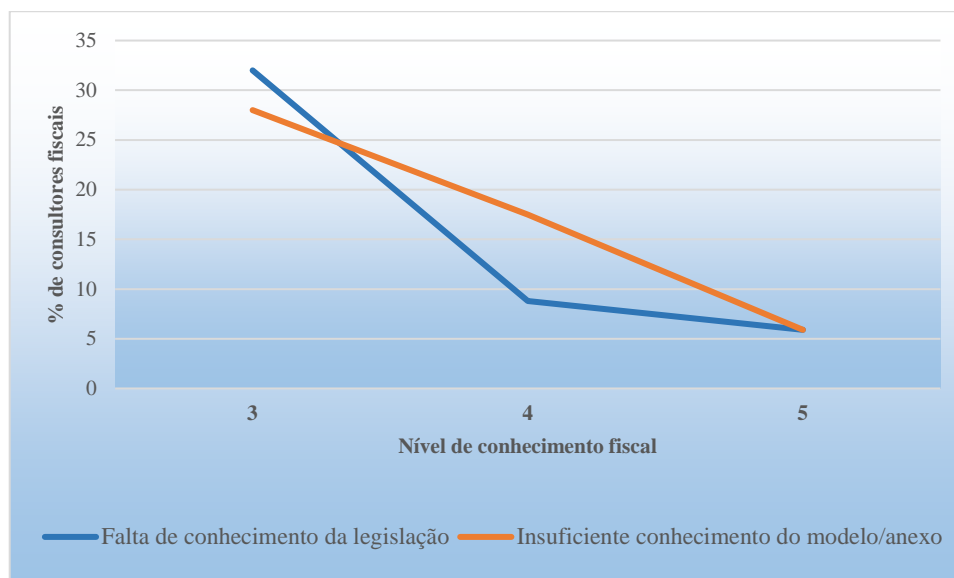
**Tabela 22 - Nível de conhecimento fiscal e os erros incorridos nas declarações fiscais relacionados com o conhecimento**

Nível de conhecimento dos consultores fiscais	Motivo dos erros declarativos			
	Falta de conhecimento da legislação		Insuficiente conhecimento do modelo/anexo	
	Não	Sim	Não	Sim
3	68,0%	32,0%	72,0%	28,0%
4	91,3%	8,8%	82,5%	17,5%
5	94,1%	5,9%	94,1%	5,9%

Da análise da tabela anterior, concluímos que quanto maior o nível de conhecimento fiscal, menor a percentagem de consultores fiscais que identifica os motivos relacionados com o conhecimento, como sendo a causa dos erros declarativos praticados nos

formulários fiscais. Os dados obtidos sugerem que, quanto maior o conhecimento fiscal, menor é o erro praticado nas declarações fiscais relacionado com o desconhecimento legislativo e do modelo declarativo, como podemos observar no gráfico 31.

**Gráfico 31 - Nível de conhecimento fiscal e os erros incorridos nas declarações fiscais relacionado com o conhecimento**



Os motivos relacionados com o conhecimento que estiveram na génese das correções efetuadas pela AT, no âmbito de auditorias tributárias aos seus clientes, nomeadamente, o desconhecimento da legislação ou interpretação divergente da mesma, foram cruzados com o nível de conhecimento do consultor fiscal (3 – médio; 4 – elevado; 5 – muito elevado), obtendo-se os resultados que constam da tabela 23.

**Tabela 23 - Nível de conhecimento fiscal e as correções efetuadas pela AT cujos motivos estão relacionados com o conhecimento fiscal**

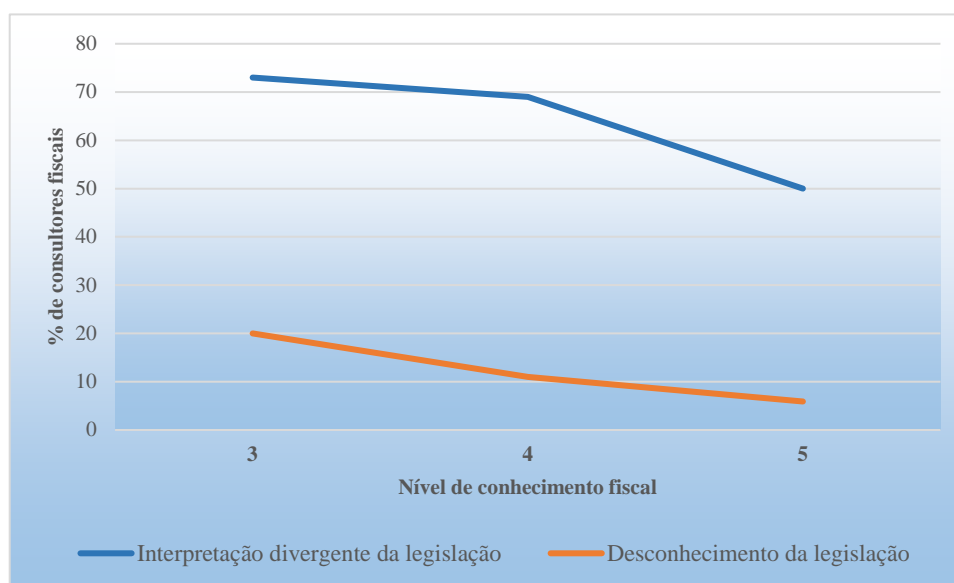
Nível de conhecimento dos consultores fiscais	Motivo das correções			
	Interpretação divergente da legislação		Desconhecimento da legislação	
	Não	Sim	Não	Sim
3	26,7%	73,3%	80,0%	20,0%
4	31,3%	68,8%	89,1%	10,9%
5	50,0%	50,0%	94,4%	5,6%



Os dados da tabela anterior permitem-nos concluir que as correções efetuadas pela AT que os consultores fiscais identificaram (respostas “sim”) com origem na interpretação divergente da legislação ou no desconhecimento da legislação, diminuem à medida que aumenta o nível de conhecimento fiscal. Se a análise tiver em conta as respostas “não” verificamos que à medida que o conhecimento fiscal aumenta, a percentagem de consultores fiscais que não identifica como causa de erro os motivos relacionados com o conhecimento também aumenta.

Os resultados obtidos sugerem um efeito positivo do conhecimento fiscal na diminuição das correções efetuadas pela IT, como se observa no gráfico 32.

**Gráfico 32 - Nível de conhecimento fiscal e as correções efetuadas pela AT cujos motivos estão relacionados com o conhecimento fiscal**

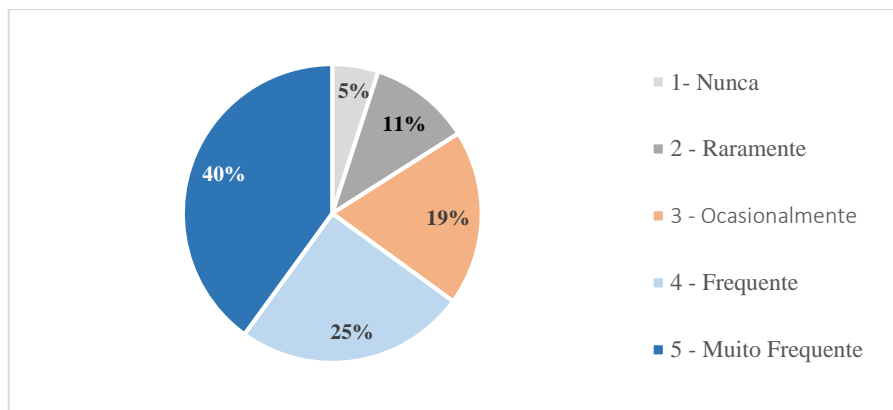


Da análise aos dados obtidos, podemos concluir que os consultores fiscais com maior nível de conhecimento identificaram em menor percentagem os motivos relacionados com o conhecimento fiscal, como causa de erros incorridos, quer os praticados nos modelos declarativos, quer aqueles detetados no âmbito de inspeções tributárias. Esta evidência sugere que um nível de conhecimento fiscal mais elevado diminui o erro involuntário, confirmando a nossa hipótese de investigação (hipótese 10).

Nesta parte do estudo procurámos, também, perceber o nível de cumprimento voluntário associado aos erros detetados no âmbito de auditorias tributárias. Na questão 25

perguntámos aos consultores fiscais<sup>13</sup> com que frequência os seus clientes regularizavam as situações detetadas no âmbito das inspeções tributárias, obtendo-se os resultados retratados no gráfico 33.

**Gráfico 33 - Frequência de regularização voluntária associada ao erro detetado em auditorias tributárias**



Os dados observados sugerem que a maioria dos consultores fiscais (65%) afirma que os seus clientes regularizaram voluntariamente, frequentemente ou muito frequentemente, os erros detetados pela AT, no âmbito de inspeções tributárias. Apenas 5% dos consultores fiscais afirma que os seus clientes nunca regularizaram as correções propostas pela AT.

As conclusões obtidas são coerentes com os dados divulgados pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais<sup>14</sup>, em junho de 2019, relativamente aos resultados das ações de inspeção de comprovação e verificação realizadas em 2018. No ano de 2018 foram realizadas 32 975 ações de inspeção de comprovação e verificação; destas, 21 284 resultaram correções ou regularizações voluntárias, conforme se detalha na tabela 24. As ações com regularizações voluntárias representam 56% das ações realizadas em que ocorreram alterações aos valores inicialmente declarados pelos contribuintes.

<sup>13</sup> A esta questão apenas podiam responder os consultores fiscais que responderam “sim” à questão 23, ou seja, se das inspeções efetuadas resultaram correções meramente aritméticas aos valores inicialmente declarados.

<sup>14</sup> Relatório de atividades desenvolvidas pela SEAF (Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais - 2019), Combate à Fraude e evasão fiscais e aduaneiras 2018, Lisboa.

**Tabela 24 - Resultado das ações de inspeção de comprovação e verificação**

Tipo de ação	Comprovação e verificação	
	Nº de ações	%
Com Correções	9 456	44%
Regularizações Voluntárias	11 828	56%
<b>Total</b>	<b>21 284</b>	

Fonte: Adaptado do quadro 43 do relatório de atividades desenvolvidas de  
 “Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras”, SEAF: 2018

O comportamento dos contribuintes relativamente ao cumprimento fiscal é muitas vezes influenciado pelos pareceres e opiniões dos profissionais que lhe prestam consultadoria, pelo que o elevado nível de regularizações voluntárias percebido decorre, certamente, do aconselhamento dos consultores fiscais. Uma hipótese que pretendemos investigar (hipótese 9) é se o conhecimento fiscal influencia a atitude de cumprir. Cruzámos o nível de conhecimento fiscal dos consultores fiscais e a frequência de regularização voluntária e os dados obtidos são os que constam da tabela 25.

**Tabela 25 - Frequência de regularização voluntária associada ao erro detetado em auditorias tributárias**

Nível de conhecimento consultores fiscais	Frequência de regularização voluntária											
	1 Nunca		2 Raramente		3 Ocasionalmente		4 Frequente		5 Muito frequente		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2	1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100
3					4	26,7	2	13,3	9	60,0	15	100
4	4	6,3	7	10,9	12	18,8	16	25,0	25	39,1	64	100
5			3	16,7	2	11,1	7	38,9	6	33,3	18	100
Total Geral	5		11		19		25		40		100	

Da observação da tabela anterior verificamos que os consultores com o nível de conhecimento fiscal mais baixo são os que colaboram com organizações que nunca, ou raramente, regularizam os erros detetados pela administração fiscal.

A maioria dos consultores fiscais com um nível de conhecimento fiscal médio (3), elevado (4) e muito elevado (5) afirma que os seus clientes regularizam frequente ou muito frequentemente as situações detetadas no âmbito de auditorias tributárias.

Na presente secção do inquérito, na qual investigamos o conhecimento fiscal e o erro involuntário, concluímos que a grande maioria dos consultores fiscais já incorreu em erros

no preenchimento das declarações fiscais. Os erros foram cometidos, sobretudo, por distração ou pela complexidade dos formulários fiscais, identificando os consultores fiscais a IES/DA como o modelo mais complexo. A maioria dos erros declarativos ocorreu nas declarações de impostos sobre o rendimento, designadamente na Declaração Modelo 22. Concluímos, assim, que a maioria dos erros declarativos tem origem nos impostos sobre o rendimento, identificando os consultores fiscais, os formulários associados a estes impostos, como os mais complexos. Estes resultados estão alinhados com os obtidos por Lopes (2009) e Borrego (2014), que concluíram que os profissionais fiscais percecionam o IRC como o imposto que reveste maior complexidade, em termos de cumprimento das obrigações fiscais.

A maioria dos consultores fiscais (72,7%), através dos seus clientes, teve interações com IT e, destes, uma grande parte (67,1%) identificou que as auditorias realizadas culminaram na alteração dos valores inicialmente declarados pelo contribuinte. Os motivos percecionados pelos consultores fiscais para a existência de correções foram a divergência na interpretação da legislação, seguindo-se a falta de documentos e informações por parte dos clientes.

Os dados obtidos na nossa investigação sugerem que existe um efeito positivo do conhecimento fiscal na diminuição do erro involuntário.

Na nossa análise concluímos, ainda, que os contribuintes tendem a regularizar voluntariamente as correções meramente aritméticas, propostas pela IT e que as organizações com consultores fiscais com maior nível de conhecimento fiscal têm um nível mais elevado de cumprimento voluntário.

### **3.7. O conhecimento fiscal e os custos de cumprimento**

A literatura económica que versa sobre custos de cumprimento fiscal<sup>15</sup> questiona se os custos de gestão fiscal devem integrar a estimativa de custos de cumprimento, discutindo-se a natureza voluntária ou involuntária dos mesmos. Os custos de planeamento fiscal, no sentido literal, são de natureza voluntária, contudo, os contribuintes, mormente as

---

<sup>15</sup> Sobre este assunto consultar, Lopes, Cidália (2008), *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal? Os custos do cumprimento da distribuição do rendimento*. Coimbra. Almedina.

empresas, não podem ignorar a gestão fiscal no sentido do estudo e planeamento das opções fiscais, legalmente previstas, que minimizem a sua carga fiscal.

Para uma gestão fiscal eficiente é necessário que as organizações disponham de conhecimento fiscal, adquirido interna ou externamente. Os consultores fiscais que com elas colaboram necessitam permanentemente de atualização. A aquisição e atualização do conhecimento fiscal é, assim, um custo monetário e um investimento de tempo necessários ao desenvolvimento da atividade dos contribuintes. Contudo, decorrente do investimento em conhecimento fiscal é provável que fluam para a organização benefícios, que podemos designar por “benefícios do conhecimento.”

Na investigação, materializada na quinta secção do inquérito, o objetivo do nosso estudo é aferir se um nível de conhecimento fiscal elevado representa, para as empresas, um custo e/ou um benefício de cumprimento e estudar a relação entre conhecimento fiscal e contencioso tributário.

A questão 26 do inquérito é constituída por oito afirmações, em relação às quais os consultores fiscais manifestaram o seu grau de concordância. O nível um corresponde a “discordo totalmente” e o nível cinco a “concordo totalmente.” Nesta escala, os níveis um e dois expressam opiniões de desacordo, o nível 3 sem opinião e os níveis quatro e cinco a posições de concordância.

Ao nível dos custos de cumprimento, analisámos, em especial, a perceção dos consultores fiscais sobre os custos relacionados com o estudo das questões fiscais, a atualização legislativa e os honorários dos consultores fiscais.

A aquisição e a atualização de conhecimento necessário ao cumprimento e otimização fiscal implicam que as organizações despendam recursos monetários, por exemplo, com a aquisição de livros e participação em ações de formação, e custos relacionados com o tempo despendido pelos seus colaboradores (internos e externos) no estudo dos assuntos fiscais relevantes para a organização. Na nossa investigação procurámos aferir se, na perceção dos consultores fiscais, o estudo e a atualização fiscais apresentam um custo elevado para as empresas, obtendo-se os resultados que constam da tabela 26.

**Tabela 26 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o estudo da legislação /atualização legislativa representa um custo elevado para as empresas**

	Nº	%
1 - Discordo Totalmente	5	2,4
2 - Discordo em parte	22	10,7
3 - Não concordo, nem discordo	43	21,0
4 - Concordo em parte	76	37,1
5 - Concordo totalmente	59	28,8

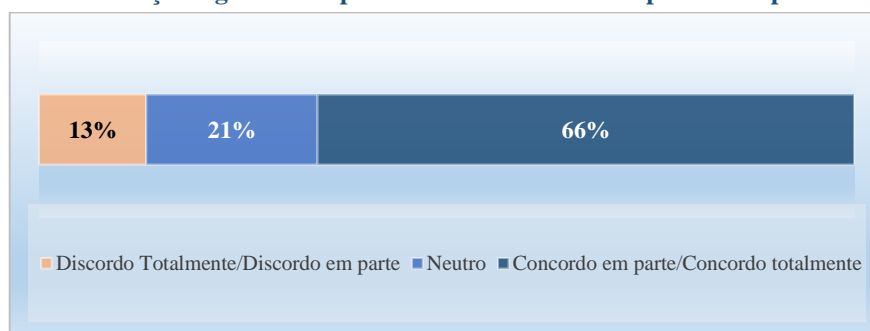
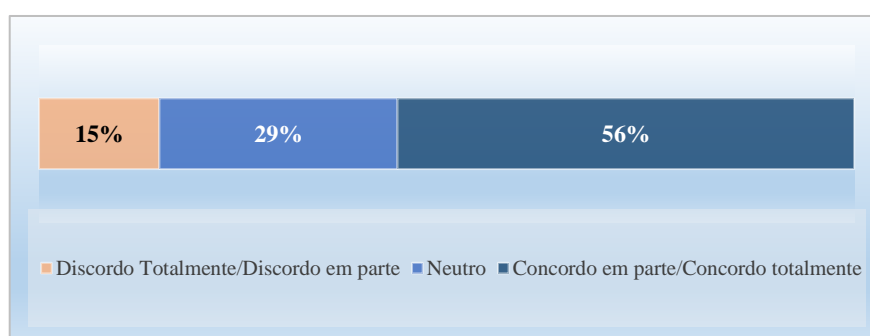
Os dados obtidos sugerem que a maioria dos consultores fiscais (66%) concorda em parte ou totalmente, que a aquisição e atualização do conhecimento fiscal representa um custo importante para as empresas.

Os gastos com os honorários dos consultores fiscais são custos de cumprimento que integram a categoria de custos monetários, no entanto, nas pequenas e médias empresas, principalmente, as tarefas fiscais são realizadas em simultâneo com as contabilísticas, o que torna difícil imputar com rigor estes gastos à área fiscal. Um número significativo dos consultores fiscais inquiridos na nossa amostra (55,6%) considera que os seus honorários e de outros profissionais fiscais representam um custo elevado para a empresa, conforme se observa na tabela 27.

**Tabela 27 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: os honorários dos consultores representam um custo elevado para as empresas**

	Nº	%
1 - Discordo Totalmente	9	4,4
2 - Discordo em parte	21	10,2
3 - Não concordo, nem discordo	61	29,8
4 - Concordo em parte	84	41,0
5 - Concordo totalmente	30	14,6

A percentagem dos consultores fiscais que identifica o estudo e atualização fiscais como um custo de cumprimento elevado é maior do que a relativa aos que reconhecem os honorários dos consultores fiscais como um custo elevado para as empresas, conforme podemos observar nos gráficos 34 e 35.

**Gráfico 34 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o estudo da legislação /atualização legislativa representa um custo elevado para as empresas****Gráfico 35 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: os honorários dos consultores representam um custo elevado para as empresas**

A maioria dos consultores fiscais que constitui a nossa amostra identificou como custos elevados para as empresas o estudo da legislação, a atualização fiscal e os honorários dos consultores fiscais. Estes gastos contribuem para o aumento do conhecimento fiscal e são necessários para que as empresas melhorem a sua capacidade de gestão, nomeadamente a gestão fiscal. Procurámos assim, na nossa investigação, perceber se os consultores fiscais consideram que o planeamento fiscal (lícito) aumenta os custos de cumprimento da empresa, obtendo-se os resultados que se retratam na tabela 28.

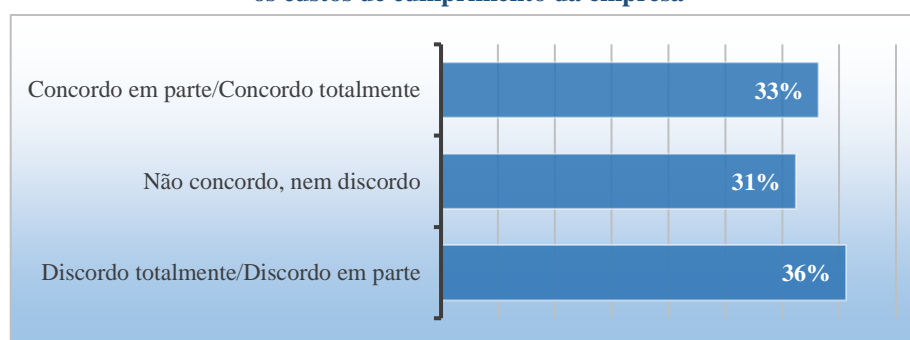
**Tabela 28 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento da empresa**

	Nº	%
1 - Discordo Totalmente	21	14,6
2 - Discordo em parte	54	21,0
3 - Não concordo, nem discordo	66	31,2
4 - Concordo em parte	60	26,3
5 - Concordo totalmente	4	6,8

Da tabela anterior ressalta que as respostas dos consultores fiscais a esta questão incidiram nos níveis intermédios; apenas 14,6% dos consultores fiscais discorda totalmente que o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento e, no outro extremo, somente 6,8% concorda totalmente com a afirmação.

Verificamos que não existe uma tendência generalizada para considerar ou não considerar que o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento. O gráfico 36 espelha o equilíbrio das respostas dos consultores fiscais da nossa amostra.

**Gráfico 36 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o planeamento fiscal aumenta os custos de cumprimento da empresa**



O conhecimento fiscal, embora tenha custos associados, conduz a benefícios decorrentes da utilização de medidas de planeamento fiscal proporcionadas pela lei, através de alternativas, benefícios e incentivos fiscais suscetíveis de provocar impactos fiscais positivos nos resultados das empresas.

Na nossa investigação procurámos aferir qual a perceção dos consultores fiscais sobre os benefícios do conhecimento, designadamente, na obtenção de poupança fiscal (tabela 29), no tempo de preparação da informação e preenchimento das declarações fiscais (tabela 30) e na diminuição do contencioso tributário (tabela 31).

A observação dos dados retratados na tabela 29 indica que, dos consultores fiscais inquiridos, a maioria (85,8%) concorda em parte ou totalmente que um nível elevado de conhecimento fiscal permite às empresas obter poupança fiscal; em oposição, apenas 2,5% discorda em parte ou totalmente, que haja uma relação entre o conhecimento e a poupança fiscal.



**Tabela 29 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o conhecimento fiscal permite às empresas reduzir a sua carga tributária**

	Nº	%
<b>1 - Discordo Totalmente</b>	1	0,5
<b>2 - Discordo em parte</b>	4	2,0
<b>3 - Não concordo, nem discordo</b>	24	11,7
<b>4 - Concordo em parte</b>	79	38,5
<b>5 - Concordo totalmente</b>	97	47,3

Os consultores fiscais inquiridos, em grande maioria (88,8%), também concordam que podem fluir para as empresas benefícios de tempo, decorrentes de um elevado nível de conhecimento fiscal, na preparação da informação fiscal necessária ao preenchimento das declarações. Apenas 3,4% dos consultores fiscais discorda que o nível de conhecimento elevado tenha influência no tempo de preparação das informações relevantes para o preenchimento das declarações fiscais. Estas conclusões resultam dos dados evidenciados na tabela 30.

**Tabela 30 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: um maior nível de conhecimento fiscal diminui o tempo de preparação da informação necessária ao preenchimento das declarações fiscais**

	Nº	%
<b>1 - Discordo Totalmente</b>	2	1,0
<b>2 - Discordo em parte</b>	5	2,4
<b>3 - Não concordo, nem discordo</b>	16	7,8
<b>4 - Concordo em parte</b>	77	37,6
<b>5 - Concordo totalmente</b>	105	51,2

Outro dos benefícios que pode fluir para as empresas resultante de um maior nível de conhecimento fiscal é a diminuição dos custos de contencioso.

Os custos de contencioso englobam os recursos dos contribuintes sobre as decisões da AT para a via administrativa e a judicial. A via administrativa corre nos órgãos da administração tributária e consubstancia-se, essencialmente, na reclamação graciosa, procedimentos de revisão da matéria coletável e recurso hierárquico. A via judicial corresponde à impugnação das decisões da AT para os tribunais, incluindo o tribunal arbitral.

Nesta parte do estudo, procuramos esclarecer se, na perceção dos consultores fiscais, o contencioso tributário é um custo significativo nas empresas. Os dados obtidos, reproduzidos na tabela 31, permitem concluir que a maioria dos consultores fiscais inquiridos considera que o contencioso tributário implica para as empresas um dispêndio significativo de recursos.

**Tabela 31 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: o contencioso tributário representa um custo elevado para as empresas**

	Nº	%
<b>1 - Discordo Totalmente</b>	2	1,0
<b>2 - Discordo em parte</b>	14	6,8
<b>3 - Não concordo, nem discordo</b>	45	22,0
<b>4 - Concordo em parte</b>	73	35,6
<b>5 - Concordo totalmente</b>	71	34,6

Sobre o contencioso tributário, investigámos a perceção dos consultores sobre a relação entre o nível de conhecimento fiscal e os custos de contencioso. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 32.

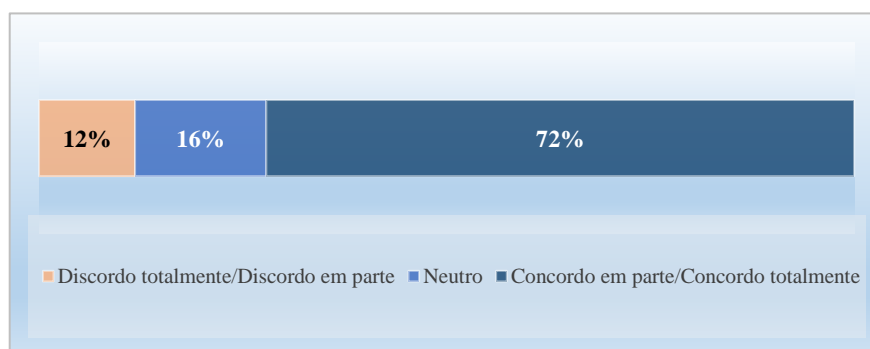
**Tabela 32 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: um maior nível de conhecimento fiscal diminui os custos de contencioso tributário**

	Nº	%
<b>1 - Discordo Totalmente</b>	3	1,5
<b>2 - Discordo em parte</b>	9	4,4
<b>3 - Não concordo, nem discordo</b>	19	9,3
<b>4 - Concordo em parte</b>	73	35,6
<b>5 - Concordo totalmente</b>	101	49,3

Os consultores fiscais concordam que os custos de contencioso diminuem quando o nível de conhecimento é elevado; na nossa amostra, 84,9% dos inquiridos concorda que este é um benefício do conhecimento e apenas 5,9% discorda, em parte ou totalmente, desta afirmação.

Com a última afirmação da questão 26 do inquérito, pretendemos escrutinar a apreciação dos consultores fiscais sobre o recurso aos tribunais se os custos financeiros e de tempo fossem menores, obtendo-se os resultados apresentados no seguinte gráfico.

**Gráfico 37 - Concordância dos consultores fiscais quanto à asserção: as empresas recorreriam com maior frequência à via judicial se os custos fossem menores**



A maioria dos consultores fiscais concorda que as empresas recorreriam com maior frequência à via judicial se os custos inerentes fossem menores.

A perceção dos consultores fiscais em relação ao recurso à via judicial para contestar as decisões da AT está em conformidade com a opinião de Santos (2013) que refere que embora o acesso à Justiça seja um direito constitucionalmente protegido, muitos contribuintes não o exercem devido a diversos fatores, como sejam: o custo, a morosidade das decisões, a necessidade de pagamento do imposto ou a prestação de garantias, entre outros. Conclui-se, assim, que muitas vezes os contribuintes condicionam a sua atuação fiscal de acordo com as interpretações da AT.

Nesta parte da investigação propusemo-nos estudar se na perceção dos consultores fiscais um maior nível de conhecimento fiscal dos contribuintes, obtido por via da atualização fiscal e pela contratação de profissionais fiscais, está associado aos custos de cumprimento (hipótese 13) e/ou se proporciona aos contribuintes benefícios, designadamente redução da carga tributária e economia de tempo (hipótese 14).

Concluimos que a maioria dos consultores fiscais da nossa amostra considera que o estudo, a atualização fiscal e os honorários dos profissionais fiscais representam para as empresas custos elevados; considerando que estes gastos são necessários para que a organização aumente o seu nível de conhecimento, existe uma associação entre o conhecimento fiscal e os custos de cumprimento.

No que respeita aos benefícios do conhecimento fiscal, a concludente maioria dos consultores fiscais percebe que o conhecimento fiscal origina vantagens significativas para a organização, que se manifestam na redução da tributação, na diminuição de custos

com contencioso e ainda benefícios de tempo, na preparação da informação e no preenchimento dos modelos fiscais.

A ponderação entre custos e benefícios associados ao conhecimento explica, em parte, que um elevado número de consultores fiscais não considere que o planeamento fiscal aumente os custos de cumprimento.

Concluimos, ainda, que os consultores fiscais consideram o conhecimento fiscal um contributo importante na diminuição do contencioso tributário, que representa para as empresas um custo elevado. A maioria dos consultores fiscais percebe que as empresas recorreriam com maior frequência à via judicial para contestar as decisões da AT, se os custos financeiros e de tempo fossem menores.

## CONCLUSÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

Nas últimas décadas, os sistemas fiscais tornaram-se extremamente dinâmicos e complexos, designadamente nos países com sistemas tributários autodeclarativos (*self-assessment systems*), como é o caso de Portugal. Nestes sistemas, os contribuintes assumem maior responsabilidade no cumprimento das suas obrigações fiscais, assumindo a gestão do conhecimento fiscal grande relevo.

O conceito de conhecimento fiscal, relevante na nossa investigação, refere-se ao processo de aquisição de competências na área tributária, resultado de vários fatores e que permite aos contribuintes, recorrendo muitas vezes a especialistas tributários, o cumprimento de todas as obrigações fiscais e a otimização das opções legalmente previstas.

Da revisão da literatura resulta que os estudos sobre conhecimento fiscal assumem grande relevância, já que este é um fator determinante para o cumprimento fiscal. Na literatura fiscal a investigação deste tema está muitas vezes associado aos estudos sobre educação fiscal e cumprimento fiscal. No plano nacional, tanto quanto é do nosso conhecimento, existem poucos estudos sobre a gestão do conhecimento fiscal pela análise da perceção dos diferentes intervenientes no sistema fiscal.

A complexidade dos sistemas tributários reforçou o papel dos consultores fiscais como intermediários na relação Estado/contribuinte. Para enfrentar a complexidade técnica e a velocidade das alterações legislativas, é fundamental que estes profissionais adquiram qualificações e competências que lhes permitam o exercício da profissão, contribuindo para o crescimento das organizações com as quais colaboram.

No nosso estudo inquirimos 205 consultores fiscais, entre os quais contabilistas, auditores, revisores oficiais de contas, solicitadores, advogados, juristas, economistas e gestores. Concluimos que a maioria investe na formação profissional e considera o conhecimento fiscal fundamental no desenvolvimento da sua atividade, constituindo o seu principal ativo. As organizações através das quais desenvolvem a sua atividade atribuem cada vez mais maior atenção às questões fiscais e aos procedimentos que permitem que o conhecimento fiscal gerado internamente seja usado em situações futuras de forma eficaz. A AT é uma fonte importante de conhecimento à qual os consultores fiscais inquiridos recorrem com frequência, utilizando, preferencialmente, os canais

digitais para obter informação. Os contabilistas e solicitadores são os consultores fiscais que recorrem com mais frequência à AT para obter conhecimento.

O conhecimento tributário dos consultores fiscais resulta da combinação de um conjunto de variáveis, como sejam o nível de ensino, a área de formação académica inicial, a formação/atualização fiscal e a experiência profissional. Para além dos fatores sociodemográficos e socioprofissionais, existem outros fatores que identificámos no enquadramento teórico, como a complexidade fiscal e o relacionamento com as autoridades tributárias, que podem ter impacto no nível de conhecimento fiscal. Na nossa investigação, concluímos que os fatores sociodemográficos e socioprofissionais, que influenciam significativamente o nível de conhecimento fiscal são o tempo despendido na formação e a experiência profissional. Os dados sugeriram existir correlação positiva entre estes dois fatores e o nível de conhecimento fiscal. Assim, os consultores com mais experiência e que despendem mais horas na formação e atualização são aqueles que se avaliam com um nível de conhecimento fiscal superior.

A generalidade dos consultores considera que a complexidade fiscal contribui para o desconhecimento das matérias tributárias, identificando a dispersão e instabilidade legislativa e a complexidade da linguagem como fatores com efeito negativo no nível de conhecimento fiscal.

No que se refere às relações com a AT, a maioria dos inquiridos considera que a existência de experiências positivas e de boa cooperação exercem um efeito positivo no nível de conhecimento tributário, apesar de considerarem que o conhecimento fiscal transmitido por aquela entidade é muitas vezes de difícil compreensão.

Relativamente às organizações com as quais colaboram, os especialistas fiscais consideram que o nível de consciência tributária dos clientes e dos decisores operacionais é reduzido e que a minimização da carga fiscal constitui a principal motivação para a sua contratação. Percecionam, ainda, que a maioria dos clientes e decisores operacionais nem partilha informações fiscais relevantes em tempo útil, nem está motivada para procurar conhecimento fiscal.

Concluímos também que a sensibilização dos clientes e gestores operacionais para as questões de tributação é um desafio, pois a organização deve considerar os efeitos fiscais das decisões por eles tomadas. Nas relações com os consultores fiscais, os clientes e

gestores de outras áreas não financeiras devem ser mais organizados no fornecimento das informações necessárias e mais proativos no relacionamento.

O grau de agressividade tributária dos consultores fiscais, na nossa amostra, é muito baixo, pois registam-se poucas observações de consultores fiscais que percecionam a gestão fiscal como planeamento fiscal agressivo. Os resultados obtidos sugerem que os consultores que revelaram um comportamento fiscal mais agressivo são mais novos e têm menos experiência profissional, ao contrário, os que percecionam a gestão fiscal como o estudo das opções legalmente previstas são os de maior idade e com mais experiência profissional. Adicionalmente, concluímos que os solicitadores e os contabilistas, bem como os profissionais com um nível de conhecimento fiscal mais baixo, revelaram um perfil fiscal mais agressivo.

Na relação do conhecimento fiscal com o erro involuntário, concluímos que a maioria dos erros declarativos tem origem nos impostos sobre o rendimento, identificando os consultores fiscais, os formulários associados a estes impostos, como os mais complexos.

A maioria dos consultores fiscais, através dos seus clientes, teve interações com a IT e as auditorias realizadas culminaram na alteração dos valores inicialmente declarados pelo contribuinte. Os motivos percecionados pelos consultores fiscais para a existência de correções foram a divergência na interpretação da legislação, seguindo-se a falta de documentos e informações por parte dos clientes. Observámos, ainda, que os contribuintes tendem a regularizar voluntariamente as correções propostas. Os dados obtidos confirmam a hipótese por nós formulada, da existência de um efeito positivo do conhecimento fiscal na diminuição do erro involuntário e no aumento do cumprimento voluntário.

Mediante a nossa amostra, concluímos que a maioria dos consultores fiscais considera que o estudo, a atualização fiscal e os honorários dos profissionais fiscais representam custos elevados para as empresas. A comprovada maioria dos consultores fiscais perceciona que o conhecimento fiscal origina vantagens significativas para a organização, como a redução da tributação, a diminuição de custos com contencioso e de tempo despendido na preparação da informação e no preenchimento dos modelos fiscais.

A ponderação entre custos e benefícios associados ao conhecimento explica, em parte, o elevado número de consultores fiscais que não considera que o planeamento fiscal aumente os custos de cumprimento.

Baseando-se a presente investigação num estudo de perceção dos consultores fiscais, envolvendo profissionais de diferentes áreas, os resultados obtidos não sugerem a existência de diferenças significativas de perceções em função da área de exercício de atividade. Não obstante, as respostas obtidas evidenciam que os solicitadores são os profissionais que apresentam um perfil mais agressivo em relação à gestão fiscal, seguidos dos contabilistas. Observou-se, ainda, que nas classes profissionais de advogados/juristas e economistas/gestores, a totalidade dos inquiridos perceciona a gestão fiscal como o estudo e planeamento das opções fiscais legalmente previstas e acolhidas pelo legislador.

Apresentadas as conclusões da nossa investigação, julgamos ter cumprido os objetivos de investigação a que nos propusemos, contribuindo para a compreensão do processo de gestão do conhecimento fiscal em Portugal. Todavia, neste estudo, deparámo-nos também com algumas limitações. O método de recolha de informação, um inquérito sobre as perceções dos consultores fiscais portugueses, acarreta alguma subjetividade, pois as conclusões têm por base as respostas dos profissionais. Outra limitação resulta da impossibilidade de estudar a perceção dos inspetores tributários sobre a gestão do conhecimento fiscal, considerando que não foi autorizada a realização de inquérito a estes profissionais.

Reconhecendo a importância da perceção dos inspetores sobre a gestão do conhecimento fiscal, concluímos que esta vertente constitui um campo de trabalho importante para investigação futura.

Sugerimos, ainda, como linha de investigação futura, a realização de um estudo comparativo, das perceções e perfis dos diferentes consultores fiscais em relação ao processo de gestão do conhecimento fiscal, em função da área de exercício de atividade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andreas, & Savitri, E. (2015), *The effect of tax socialization, tax knowledge, expediency of tax ID number and service quality on taxpayers compliance with taxpayers awareness as mediating variables*. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 211 (pp. 163–169).
- Angelis, Cristiano (2011), “Gestão do Conhecimento no setor público: um estudo de caso por meio do método OKA” *Revista do Serviço Público Brasília*, n.º 62 (pp. 137-166).
- Barrick, John A. (1998), *The effect of experience on tax professionals' knowledge structure and performance in a research task*. The University of Nebraska - Lincoln.
- Basto, J. Xavier (1994), “Uma reflexão sobre a Administração Fiscal” *Revista da Faculdade de Economia de Coimbra*, n.º 4 (pp. 100-108).
- Borrego, Ana Clara; Lopes, Cidália; Ferreira, Carlos (2013), “A Perceção da Complexidade Fiscal e o recurso à ajuda de profissionais fiscais no cumprimento das obrigações tributárias” in Santos, António; Lopes, Cidália (coord.) - *Fiscalidade - Outros olhares*. Porto: Vida Económica - Editorial S.A. (pp. 309–332).
- Borrego, Ana Clara (2014), *Tax compliance and tax complexity in Portugal: Essays on the perception of tax professionals*, Tese de Doutoramento em Contabilidade. Universidade do Minho.
- Borrego, Ana Clara; Loo, Ern Chen; Lopes, Cidália; Ferreira, Carlos (2015), “Tax professionals perception of tax system complexity: some preliminary empirical evidence from Portugal” *e-Journal of Tax Research*, vol. 13, n.º 1 (pp. 338-360).
- Borrego, Ana; Lopes, Cidália; Ferreira, Carlos. (2016), “Perceção dos Contabilistas Certificados sobre a complexidade fiscal: O caso português” *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, vol. 15, n.º 3, setembro-dezembro (pp. 66-83).
- Caldeira, Paulo; Borrego, Ana Clara; Amorim, José (2016), “Gestão fiscal nas pequenas empresas e a importância da forma jurídica: a opção entre ENI e sociedades por

- quotas” *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 9, n.º 3 (pp. 81-110). Coimbra: Almedina.
- Calvão da Silva, João Nuno (2006), “Elisão fiscal e cláusula geral anti-abuso”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 66, Volume II (pp. 791-832).
- Campos, Diogo Leite; Campos, Mónica (2000), *Direito Tributário*, 2ª Edição. Coimbra: Almedina.
- Casalta Nabais (2008), *Por um Estado Fiscal Suportável, Estudos de Direito Fiscal*, vol. II. Coimbra: Almedina.
- Castelo Branco, Manuel (2013), “Primeiros esboços para uma antropologia fiscal” in Santos, António; Lopes, Cidália (coord.) - *Fiscalidade - Outros olhares*. Porto: Vida Económica - Editorial S.A. (pp. 163–178).
- Castelo Branco, Manuel (2014), “*Comportamento fiscal e responsabilidade social das empresas*”, *Working papers n.º 31*, Edições Húmus & OBEGEF.
- Chan, Chris; Troutman, Coleen; O’Byrne, David (2000), “An expanded model of taxpayer compliance: empirical evidence from the United States and Hong Kong” in *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. Vol. 9, Issue 2 (pp. 83-103).
- Chau, Gerald; Leung Patrick (2009), “A critical review of Fischer tax compliance model: A research synthesis.” *Journal of Accounting and Taxation*, Vol.1 (2) (pp. 34-40).
- Cunningham, Ralph (2008), “Editorial – The management in companies.” *International Tax Review*, in association with *PricewaterhouseCoopers, Tax Reference Library*, n.º 44, 2<sup>nd</sup> Ed. (pp. 2).
- Dâmaso, Maria; Martins, António (2016), “A evolução normativa e os fatores de adesão ao regime simplificado em sede do IRC: (ii) fatores de adesão” in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 9, n.º 33 (pp. 57-80). Coimbra: Almedina.
- Davenport, Thomas; Prusak, Laurence (2003), *Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*, 13ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Delgado, Maria Luísa (2013), “La educación fiscal como instrumento de lucha contra el fraud y la evasión fiscal” in Santos, António; Lopes, Cidália (coord.) - *Fiscalidade - Outros olhares*. Porto: Vida Económica - Editorial S.A. (pp. 219–241).
- Eriksen, Knut; Fallan, Lar (1996), “Tax knowledge and attitudes towards taxation - A report on a quasi-experiment” in *Journal of Economic Psychology*, vol. 17, n.º 3 (pp. 387–402).
- EYGL (2014), *Co-operative compliance*, Ernst & Young Global Limited, Londres.
- Fallan, Lar (1999), "Gender, exposure to tax knowledge, and attitudes towards taxation; an experimental approach: JBE JBE", in *Journal of Business Ethics*, vol. 18, n.º 2 (pp. 173-184).
- Freitas Pereira, Manuel Henrique (2013), *Fiscalidade*, 4ª Edição. Coimbra: Almedina.
- Góis, Cristina (2000),” Capital intelectual: o intangível do século XXI”, Comunicação apresentada no *VII Congresso Brasileiro de Custos*, Recife.
- Gonçalves Pinto, Luís (2004), “O timing e a gestão fiscal da realização de mais-valias em sede de IRC” in *Ciência e técnica fiscal*, n.º 414 (pp. 219-244).
- Gonçalves, Simone; Vasconcelos, Maria; Carvalho, Rodrigo; Neves, Jorge (2012), “Práticas e ferramentas de gestão do conhecimento no âmbito da administração tributária de Minas Gerais: oportunidade para uma política institucional” in *Revista de Gestão e Projetos - GEP*, Vol. 3, n.º 2 (pp. 235-259), São Paulo.
- Green, S. (1994), *Compliance costs and direct taxation*, Research Monograph. The Institute of Chartered Accountants in England and Wales.
- Harris, T. D. (1989), *The effect of tax knowledge on individuals’ perceptions of fairness and compliance with federal income tax system: an empirical study*. Unpublished manuscript, University of South Carolina, South Carolina.
- Hasseldine, John; Holland, Kevin; Rijt, Pernill (2009), *The Management of Tax Knowledge*. London. Certified Accountants Educational Trust.
- Hasseldine, John; Holland, Kevin; Rijt, Pernill (2011), “The Management of Tax Knowledge” in *Critical Perspectives on Accounting*, volume 22, Issue1 (pp 39-52).

- Jackson, B.; Milliron, V. (1986), "Tax compliance research: findings, problems and prospects" in *Journal of Accounting Literature*, 5 (pp. 125-165).
- Jackson, B.; Milliron, V. C. (2002), "Tax compliance research: findings, problems and prospects" in S. James (Ed.), *Taxation: Critical Perspectives on the World Economy*, Volume 3 (pp. 56–100). S. James (Ed.).
- Kathryn Siu; Sawyer, Adrian (2010), "Complexity of New Zealand's income tax legislation: The final installment" in *Australian Tax Forum*, vol. 25, n.º 2 (pp. 213-244).
- Landolf, Urs; Symons, Susan (2008), "Applying corporate responsibility to tax" in *Internacional Tax Rewiew*, n.º 44 (pp. 6-13).
- Loitz, Rudiger; Taetzne, Tobias; Weber, Tom (2008), "The great crossover" in *Internacional Tax Rewiew*, n.º 44 (pp. 14-16).
- Long, S.B.; Swingen, J.A. (1987), "An approach to the measurement of tax law complexity" in *Journal of the American Taxation Association*, 8(2) (pp. 22-36).
- Lopes, Cidália (2008), *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal? Os custos do cumprimento da distribuição do rendimento*. Coimbra. Almedina.
- Lopes, Cidália (2009), " Os custos de cumprimento das obrigações tributárias das Pequenas e Médias Empresas (PME) em Portugal" in *IV Conferência Internacional sobre os problemas contabilísticos e fiscais das PME*, OTOC. Lisboa/Santa Maria da Feira (30, 31 outubro de 2009). Não publicado.
- Lopes, Cidália; Santos, António (2013), "O cumprimento fiscal em Portugal - fatores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares" in *Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, FDUL, Ano 2, nº 12 (pp. 1-24).
- Lopes, Cidália (2016), "A Universidade como interlocutor de cidadania e educação fiscal" proferida no *II Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1 de março de 2016.
- Lopes, Cidália; Brites, Rui (2016), "O conhecimento fiscal, as perceções fiscais e a educação fiscal em Portugal" in *Revista de finanças públicas e direito fiscal*, Ano 8, n.º 4 (pp. 13-29). Coimbra: Almedina.

- Lopes, Cidália (2017), *A Joana e os impostos – Uma história de educação fiscal na Universidade*. Lisboa, 2ª Edição Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Lopes, Cidália (2018), “A educação fiscal e o conhecimento fiscal; aproximação ou divergência?” in Barroso, Susana (coord.), *3º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros*. Porto: APIT - Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária (pp. 72–85).
- Lopes, Cristina; Martins, António (2014), *A tributação por métodos indiretos – uma análise do enquadramento jurisprudencial dos pressupostos contabilístico-fiscais*. Coimbra: Almedina.
- Magro, Anne; Nutter, Sarah (2012), "Evaluating the strength of evidence: how experience affects the use of analogical reasoning and configural information processing in tax", in *The Accounting Review*, vol. 87, n.º 1 (pp. 291-312).
- Martins, António (2005), “A complexidade do sistema tributário: uma inevitabilidade económica?”, in *Fisco*, n.º 119/121 (pp. 27-36).
- McKerchar, Margaret (1995), “Understanding small business taxpayers: their sources of information and level of knowledge of taxation”, in *Australian Tax Forum*, Vol. 12, n.º 1 (pp. 25-41).
- McKerchar, Margaret (2005), “The impact of tax complexity on practitioners in Australia”, in *Australian Tax Forum*, Vol. 20, n.º 4 (pp. 529-554).
- Muller, F. J. (1963), “The burden of compliance -mail questionnaire plus survey follow-up interviews and time studies, plus supplementary interviews”, in *Seattle Bureau of Business Research*.
- Nurkhin, Ahmad; Novanty, Ine; Muhsin, Muhsin, Sumiadji, Sumiadji (2018), “The influence of tax understanding, tax awareness and tax amnesty toward taxpayer compliance” in *Jurnal Keuangan dan Perbankan*. Disponível em: <http://jurnal.unmer.ac.id/index.php/jkdp/article/view/1678> (consultado em 22 de fevereiro de 2019).
- OCDE (2008a), *Monitoring taxpayers’ compliance: a practical guide based on revenue body experience*. Forum on Tax Administration: Compliance sub-group: Final report. Centre for Tax Policy and Administration.

- OCDE (2008b), *Study into the role of tax intermediaries. Forum on Tax Administration: Compliance sub-group: Final report*. Paris, OECD Publishing.
- OCDE (2010), *Information note: tax compliance and tax accounting systems*. Forum on Tax Administration. Centre for Tax Policy and Administration.
- OCDE (2013), *Co-operative compliance: a framework: from enhanced relationship to co-operative compliance*, Paris, OECD Publishing.
- OCDE (2017), *The Changing Tax Compliance Environment and the Role of Audit*, Paris, OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/9789264282186-en>.
- Oladipupo, Adesina; Obazee, Uyioghosa (2016), “Tax knowledge, penalties and tax compliance in small and medium scale enterprises in Nigeria” in *iBusiness*, 8 (pp. -9). Disponível em: <https://www.researchgate.net/derf/http%3A%2F%2Fwww.scirp.org%2Fjournal%2Fib>. doi: 10.4236/ib.2016.81001
- Oliveira, António F. (2009), *A legitimidade do planeamento fiscal, as cláusulas gerais anti- abuso e os conflitos de interesse*, 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- Palil, Mohd Rizal (2010), *Tax knowledge and tax compliance determinants in self assessment system in Malaysia*, Tese de Doutoramento, University of Birmingham.
- Palma, Joana; Mendes, Vanessa (2019), “*Cidadania e educação fiscal: importância da inclusão no programa de Ensino*” in Palma, Clotilde Celorico (coord.) - *Políticas de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia*. Coimbra: Almedina. (pp. 237–255).
- Pereira, Daisy (2014), *Literacia fiscal: um estudo empírico*, Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/14293>
- Pinto, Catarina; Cruz, Sérgio & Abrunheiro, Lígia (2014), “O comportamento fiscal dos contribuintes: revisão da literatura” in *Estudos do ISCA*, n.º 10 (Série IV).
- Pratama, Arie (2018), "Individual taxpayer characteristics and taxpayer knowledge: exploratory survey on individual taxpayers in Bandung City, Indonesia", *Review of Integrative Business and Economics Research*, vol. 7 (pp. 338-349).

- Probst, Gilbert; Raub, Steffen; Romhardt, Kai (2002), *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*, Porto Alegre: Bookman.
- Ribeiro, Paulo (2017), "A função fiscal nunca foi tão importante como hoje", in *Jornal de Negócios*, 6 de abril 2017.
- Rijt, Pernill; Hasseldine, John; Holland, Kevin (2019), " Sharing corporate tax knowledge with external advisers", *Accounting and Business Research*, 49 (pp. 454-473).
- Rocha, Sérgio (2018), "Reconstruindo a confiança na relação fisco-contribuinte ", in *Revista de Direito Tributário Atual*, n.º 39 (pp. 507-527).
- Sá, Cristina; Martins, António (2013), "A Moralidade Fiscal e as Obrigações Tributárias" in Santos, António; Lopes, Cidália (coord.) - *Fiscalidade - Outros olhares*. Porto: Vida Económica - Editorial S.A. (pp. 243–266).
- Saad, Natrah (2012), "Perceptions of tax fairness and tax compliance behaviour: a comparative study" in *Jurnal Pengurusan (UKM Journal of Management)*, [S.l.], disponível em: <http://ejournals.ukm.my/pengurusan/article/view/2141> (consultado em 22 de fevereiro de 2019).
- Saad, Natrah (2014), "Tax knowledge, tax complexity and tax compliance: taxpayers' view" in *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Vol. 109 (pp. 1069-1075).
- Saarah-Mensah, Edmund (2020), *Do differences in the relevant tax knowledge of self-filing taxpayers lead to differences in unintentional underreporting of taxable income on individual income tax returns?* Tese de Doutoramento, Northcentral University School of Business – Califórnia.
- Saldanha Sanches, José Luís (2000), *A quantificação da obrigação tributária: deveres de cooperação, autoavaliação e avaliação administrativa*, Lisboa: Lex.
- Saldanha Sanches, José Luís (2006), *Os limites do planeamento fiscal: substância e forma no direito fiscal português, comunitário e internacional*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, António Carlos (2013), "As ciências sociais e humanas e a fiscalidade: o olhar da Ciência Política" in Santos, António; Lopes, Cidália (coord.) - *Fiscalidade - Outros olhares*. Porto: Vida Económica - Editorial S.A. (pp. 13–46).

- SEAF, Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais (2019), *Combate à Fraude e evasão fiscais e aduaneiras 2018*, Lisboa.
- Sequeira, Bernardete (2008), "Aprendizagem Organizacional e a Gestão do Conhecimento: uma abordagem multidisciplinar", Comunicação apresentada no *VI Congresso Português de Sociologia*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Castro; Neves, Tiago (2008), "Planeamento fiscal abusivo: o caso português no contexto internacional" *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 9, n.º 3 (pp. 116-150). Coimbra: Almedina.
- Song, Y.D.; Yarbrough, T.E. (1978), "Tax ethics and taxpayers attitudes: a survey" *Public Administration Review*, 38 (5), (pp. 442-452).
- Vitalis, Aline (2019), "Compliance fiscal e regulação fiscal cooperativa" *Revista Direito GV*, Vol. 15, n.º 1, jan-abr, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201904>.



## **APÊNDICE**

## A Gestão do Conhecimento Fiscal em Portugal: a perceção dos intervenientes no sistema fiscal

Este questionário destina-se a analisar a gestão do conhecimento fiscal em Portugal, em especial a perceção dos contabilistas e outros consultores fiscais. O questionário é uma parte da investigação de uma dissertação de Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, da Coimbra Business School / ISCAC, sob orientação da Professora Doutora Cidália Maria da Mota Lopes e co-orientação da Professora Doutora Clara Viseu.

Todos os dados são absolutamente confidenciais e anónimos, pelo que não necessitará de se identificar. Agradecemos a sua colaboração.

Existem 26 perguntas neste inquérito.

### Secção 1:

### CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

#### 1- Idade

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

#### 2- Género

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Feminino  
☐ Masculino

#### 3- Grau académico

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Até ao 12º ano  
☐ Bacharelato  
☐ Licenciatura  
☐ Mestrado  
☐ Doutoramento  
☐ Outro. Indique qual:

#### 4- Região de atividade:

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Norte  
☐ Centro  
☐ Sul  
☐ Ilhas

### 5- Exercício de atividade no âmbito fiscal

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Contabilista
- ☐ Jurista/Consultor Jurídico
- ☐ Advogado
- ☐ Economista/Gestor
- ☐ Solicitador
- ☐ Outro. Indique qual

### 6- Número de anos de experiência profissional

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Até 5 anos
- ☐ Entre 6 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

### 7- Área de conhecimento (Licenciatura)

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Economia
- ☐ Contabilidade
- ☐ Direito
- ☐ Gestão
- ☐ Solicitadoria
- ☐ Outro. Indique qual:

### 8- Nível de conhecimento fiscal (considere 1 muito baixo e 5 muito elevado)

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tributação do rendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tributação do consumo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tributação do património	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Benefícios fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Secção 2:

### PERCEÇÃO DOS CONSULTORES FISCAIS SOBRE O POCESSO DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO FISCAL

**9- Quanto tempo despende, em média, anualmente na sua formação/atualização fiscal?**

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Menos de 25 horas  
☐ Entre 25 e 50 horas  
☐ Mais de 50 horas

**10- No âmbito da aquisição do conhecimento e esclarecimento de dúvidas sobre legislação fiscal, indique com que frequência recorre a cada uma das seguintes fontes:**

(1 - nunca; 2 - raramente; 3- algumas vezes; 4- muitas vezes; 5 - sempre)

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras Ordens de Profissionais (OROC, Ordem dos Advogados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sites e newsletters de Bancos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sites e newsletters de Consultoras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Newsletters/Boletins fiscais emitidos por empresas de contabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Newsletters/Boletins fiscais emitidos por empresas de advocacia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**11- No esclarecimento de dúvidas na interpretação de legislação fiscal, com que frequência recorre a cada um dos seguintes meios disponibilizados pela AT?**

(1 - nunca; 2 - raramente; 3- algumas vezes; 4- muitas vezes; 5 - sempre)

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Centro de Atendimento telefónico da AT (CAT - 217 206 707)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atendimento e-Balcão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atendimento presencial por marcação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços locais de Finanças/Lojas do Cidadão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direções de Finanças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pedido de informação vinculativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**12- Indique qual o seu grau de concordância relativamente às afirmações que se seguem sobre os fatores que têm impacto no nível de conhecimento fiscal do consultor fiscal.**

**(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)**

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Bom relacionamento com a AT tem um efeito positivo no nível de conhecimento fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de experiências positivas com a AT tem um efeito positivo no nível de conhecimento fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A complexidade do sistema fiscal contribui para o desconhecimento das matérias fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A grande quantidade de legislação avulsa, constante em Decretos-leis, decretos- regulamentares e portarias, têm impacto negativo no conhecimento fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A instabilidade legislativa tem impacto negativo no conhecimento fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A linguagem utilizada na legislação fiscal é de difícil compreensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O conhecimento transmitido pela AT é fácil de entender	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **Secção 3:**

### **GESTÃO FISCAL NA ORGANIZAÇÃO**

**13- Indique em que medida concorda com as afirmações que se seguem relativas às motivações dos clientes na decisão de contratação de um consultor fiscal.**

**(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3-não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)**

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Os clientes valorizam a capacidade de avaliar os seus riscos fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes valorizam a capacidade de facilitar o acordo com a AT	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes valorizam a capacidade de minimizar a sua carga tributária - Poupança fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes adquirem serviços fiscais por segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes adquirem serviços fiscais por imposição legal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes valorizam a experiência do consultor fiscal no cumprimento dos aspetos práticos da legislação tributária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes valorizam o conhecimento da legislação tributária por parte dos consultores fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**14- Indique em que medida concorda com as afirmações que se seguem sobre os serviços prestados e a partilha de conhecimento fiscal com os seus clientes.**

**(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3-não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)**

Por favor, seleccione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Os clientes dão um nível adequado de atenção aos assuntos fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes têm um nível necessário de literacia fiscal para identificar as suas próprias necessidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes fornecem ao consultor fiscal as informações necessárias relacionadas com impostos de forma adequada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Na comercialização dos seus serviços destaca potenciais riscos fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Na comercialização dos seus serviços destaca a possível redução de impostos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os clientes valorizam a experiência do consultor fiscal no cumprimento dos aspetos práticos da legislação tributária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No exercício da sua profissão é proativo sugerindo oportunidades de planeamento fiscal (lícito) aos seus clientes dos consultores fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**15- Indique em que medida concorda com as afirmações que se seguem sobre o processo de gestão do conhecimento fiscal na(s) organização(ões) com quem colabora**

**(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3-não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)**

Por favor, seleccione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Existem procedimentos que permitem que o conhecimento fiscal gerado internamente seja usado em situações futuras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os procedimentos existentes são eficazes na aquisição e partilha de conhecimento fiscal gerado internamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas que pertencem à organização estão motivadas para adquirir e partilhar conhecimento fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A organização dá um nível adequado de atenção às questões fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A aquisição de conhecimento fiscal é um aspeto importante da função de contabilista certificado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**16- Indique em que medida concorda com as afirmações que se seguem sobre a valorização da Gestão Fiscal na(s) organização(ões) com quem colabora.**

(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3-não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
As outras áreas de gestão (comercial, produção, recursos humanos) consideram os efeitos fiscais nas suas decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os gestores das outras áreas são proativos na procura de assessoria fiscal junto dos consultores fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os gestores das outras áreas prestam as informações relevantes para a gestão fiscal em tempo útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 17- Como perceciona a Gestão Fiscal?

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

- ☐ Estudo e Planeamento das opções fiscais
- ☐ Planeamento Fiscal Agressivo das opções fiscais
- ☐ Outro:

## Secção 4:

## CONHECIMENTO FISCAL E ERROS FISCAIS

**18- Já alguma vez incorreu em erros no preenchimento de declarações fiscais?**

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

- ☐ Sim
- ☐ Não

**NOTA:** Caso responda "Não", avance para a questão 21.

### 19- Em que declaração?

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Modelo 22 - Declaração anual de rendimentos
- ☐ IES - Declaração anual - Informação Empresarial Simplificada
- ☐ Declaração Periódica de IVA
- ☐ Outro:

## 20- Identifique a causa dos erros.

Por favor, selecione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Falta de conhecimento da legislação
- ☐ Complexidade dos modelos declarativos
- ☐ Insuficiente conhecimento do modelo e/ou anexos
- ☐ Distração
- ☐ Outro:

## 21- Relativamente ao processo de preenchimento das declarações fiscais, classifique-as segundo o grau de complexidade.

(Considere 1 - nada complexo e 5 -muito complexo)

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
Modelo 22 - Declaração anual de rendimentos (IRC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IES - Declaração anual - Informação Empresarial Simplificada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declaração Periódica de IVA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declaração Recapitulativa de IVA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declaração Mensal de Remunerações (DMR) / Modelo 10 - Rendimentos e Retenções - Residentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 3 - Declaração anual de rendimentos (IRS)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras declarações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 22- Alguma(s) das entidades com as quais colabora (ou colaborou) foi auditada(s) pela inspeção tributária?

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim
- ☐ Não

**NOTA:** Caso responda "Não", avance para a questão 26.

## 23- Dessa(s) inspeção(ões) resultaram correções meramente aritméticas (técnicas)?

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sim
- ☐ Não

**NOTA:** Caso responda "Não", avance para a questão 26.



**24- As correções meramente aritméticas efetuadas pela AT foram motivadas:**

Por favor, selecione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Divergências na interpretação da legislação
- ☐ Desconhecimento da legislação
- ☐ Erros de cálculo ou de contabilização
- ☐ Falta de documentos/informações por parte do cliente
- ☐ Outro:

**25- No âmbito de auditorias tributárias com que frequência os seus clientes regularizaram voluntariamente as situações detetadas pela AT com origem em correções meramente aritméticas?**

(Considere 1 - nada frequente e 5 - muito frequente)

Por favor, selecione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

## Secção 5:

### CONHECIMENTO FISCAL E CUSTOS DE CUMPRIMENTO

**26- Indique em que medida concorda com as afirmações que se seguem sobre a relação entre custos de cumprimento e conhecimento fiscal**

**(1-discordo totalmente; 2-discordo em parte; 3-não concordo nem discordo; 4- concordo em parte; 5- concordo totalmente)**

Por favor, selecione **uma resposta** apropriada para cada item:

	1	2	3	4	5
O estudo da legislação/atualização legislativa representa um custo elevado para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os honorários dos consultores fiscais representam um custo elevado para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O Planeamento fiscal (lícito) aumenta os custos de cumprimento da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O conhecimento fiscal permite às empresas reduzir a sua carga tributária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um maior conhecimento fiscal diminui o tempo de preparação da informação necessária ao preenchimento das declarações fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um maior conhecimento fiscal diminui os custos com contencioso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O contencioso tributário (administrativo e/ou judicial) representa um custo elevado para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As empresas recorreriam com maior frequência à via judicial, para contestar as decisões da AT, se os custos (financeiros e/ou de tempo) fossem menores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Obrigado pela sua colaboração!